

HORIZONTE DA HISTÓRIA

CADERNO DE APOIO AO PROFESSOR

Alice Costa
Marília Gago
Paula Marinho



Planificações



Testes



Provas globais



Dossiê
de fontes



Soluções

11.º Ano
História A



Texto



Introdução	2
Planificações	3
Planificação anual	4
Planificações a médio prazo	7
Modelo de plano de aula	21
Testes	23
1. A população da Europa nos séculos XVII e XVIII A Europa dos Estados absolutos e a Europa dos parlamentos	24
2. A construção da modernidade europeia A Revolução Americana e a Revolução Francesa	28
3. A implantação do liberalismo em Portugal O legado do liberalismo na primeira metade do século XIX	32
4. As transformações económicas na Europa e no mundo A sociedade industrial e urbana	36
5. Evolução democrática, nacionalismo e imperialismo Portugal: uma sociedade capitalista dependente	40
6. Os caminhos da cultura	44
Critérios de correção dos testes	48
Provas globais	63
Prova global 1	64
Prova global 2	70
Dossiê de fontes	77
Soluções das fichas do Caderno de Atividades	99

Caros colegas,

O momento histórico que vivemos desafia-nos a olhar a nossa realidade e a delinear um novo Horizonte. A História, através do conhecimento aprofundado da realidade humana e da compreensão de como os seres humanos se relacionam nas diferentes dimensões da sua existência, assume-se como uma área de saber que pode contribuir de forma muito relevante para a tomada de decisões informadas.

Na construção do novo **Horizonte da História** pretendeu-se promover aprendizagens, baseadas em conhecimento rigoroso e atual, em articulação natural com as operações e com a metodologia da História, através da interpretação de fontes, visando uma compreensão espacial, temporal e contextual das realidades históricas.

Este **Caderno de Apoio ao Professor** foi pensado numa lógica de partilha que possa ser útil para a construção de respostas educativas pelo professor no desenho e concretização do processo de ensino-aprendizagem do 11.º ano de escolaridade. Neste sentido, todos os materiais disponibilizados são editáveis, de modo a que possam ser adequados às realidades de cada professor, turma ou aluno.

Partilhamos, logo à partida, uma visão alargada de estruturação do processo de ensino-aprendizagem a longo prazo, que sirva como uma bússola na orientação do trabalho. Para uma ação mais esmiuçada, propomos uma abordagem das aprendizagens projetadas por unidade numa lógica de **planificação a médio prazo**. Consideramos que podíamos também contribuir com propostas de planificação de aula, surgindo, assim, uma **proposta-exemplo** de possibilidade de **plano de aula**.

A avaliação é um momento crucial e tem de ser devidamente aferida. Por isso, propomos também **seis testes** (dois por período), elaborados de acordo com as orientações para a organização do exame do ensino secundário, partilhando também uma lógica de crescente complexificação ao longo do ano letivo, e **duas provas globais** sobre os conteúdos de 11.º ano. A realidade educativa e escolar pauta-se por demandas cada vez mais exigentes e desgastantes e, como tal, fazemos acompanhar os testes por **critérios de avaliação**, a atender como norteadores da avaliação pelo professor ou, se partilhados, como meio de os alunos analisarem o seu desempenho.

Finalmente, a História, como a vida, pauta-se por múltiplos e diversos horizontes. Por isso, partilhamos um **dossiê de fontes históricas** como mais um meio de promover o sucesso educativo. E, no final, disponibilizamos ainda as **soluções das fichas do Caderno de Atividades**.

Assumimo-nos como parceiras deste percurso do *Horizonte da História*!

Construámos História consigo, conte connosco!

As Autoras

Planificações

Planificação anual

	Número de aulas previstas (3 aulas de 90 minutos por semana)			
	1.º Período	2.º Período	3.º Período	Totais
Aulas previstas (tratamento de conteúdos)	38 M4 e M5 U1, U2 e U3	33 M5 U4 e U5 e M6 U1 e U2	19 M6 U3, U4 e U5	90
Avaliação sumativa*	2	2	2	6
Aulas (de acordo com a organização do manual, incluindo as fichas de avaliação)	40	35	21	96

* 2 testes de avaliação por período.

1.º Período

Rubricas do Programa	Aulas (90 minutos)
Módulo IV – A Europa nos séculos XVII e XVIII – sociedade, poder e dinâmicas coloniais	30
1. População da Europa nos séculos XVII e XVIII: crises e crescimento	2
2 A Europa dos Estados absolutos e a Europa dos parlamentos 2.1 Estratificação social e poder político nas sociedades de Antigo Regime (aprofundamento) 2.2 A Europa dos parlamentos: sociedade e poder político	7
3. Triunfo dos Estados e dinâmicas económicas nos séculos XVII e XVIII (aprofundamento) 3.1 Reforço das economias nacionais e tentativas de controlo do comércio; o equilíbrio europeu e a disputa das áreas coloniais 3.2 A hegemonia económica britânica: condições de sucesso e arranque industrial 3.3 Portugal – dificuldades e crescimento económico	12

4. Construção da modernidade europeia 4.1 O método experimental e o progresso do conhecimento do Homem e da Natureza 4.2 A filosofia das Luzes: apologia da razão, do progresso e do valor do indivíduo (aprofundamento) 4.3 Portugal - o projeto pombalino de inspiração iluminista	9
Módulo V – O liberalismo – ideologia e revolução, modelos e prática nos séculos XVIII e XIX	26
1. A Revolução Americana – uma revolução fundadora	2
2. A Revolução Francesa – paradigma das revoluções liberais e burguesas 2.1 A França nas vésperas da Revolução 2.2 Da Nação soberana ao triunfo da Revolução Burguesa	4,5
3. A geografia dos movimentos revolucionários na primeira metade do século XIX: as vagas revolucionárias liberais e nacionais	1,5

2.º Período

Rubricas do Programa	Aulas (90 minutos)
4. A implantação do liberalismo em Portugal (aprofundamento) 4.1 Antecedentes e conjuntura (1807 a 1820) 4.2 A revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834) 4.3 O novo ordenamento político e socioeconómico (1834--1851): importância da legislação de Mouzinho da Silveira e dos projetos setembrista e cabralista	10
5. O legado do liberalismo na primeira metade do século XIX 5.1 O Estado como garante da ordem liberal (aprofundamento) 5.2 O romantismo, expressão da ideologia liberal	8

Módulo VI - A civilização industrial – economia e sociedade; nacionalismos e choques imperialistas		34
1. As transformações económicas na Europa e no Mundo 1.1 A expansão da revolução industrial 1.2 A geografia da industrialização 1.3 A agudização das diferenças (aprofundamento)		8
2. A sociedade industrial e urbana 2.1 A explosão populacional; a expansão urbana e o novo urbanismo; migrações internas e emigração 2.2 Unidade e diversidade da sociedade oitocentista (aprofundamento)		7

3.º Período

Rubricas do Programa	Aulas (90 minutos)
3. Evolução democrática, nacionalismo e imperialismo 3.1 As transformações políticas 3.2 Os afrontamentos imperialistas: o domínio da Europa sobre o Mundo	5
4. Portugal, uma sociedade capitalista dependente (aprofundamento) 4.1 A Regeneração, entre o livre-cambismo e o protecionismo (1850-1880) 4.2 Entre a depressão e a expansão (1880-1914): a crise financeira de 1880-1890 e o surto industrial de final de século 4.3 As transformações do regime político na viragem do século	8
5. Os caminhos da cultura (aprofundamento) 5.1 A confiança no progresso científico; avanço das ciências exatas e emergência das ciências sociais. A progressiva generalização do ensino público 5.2 O interesse pela realidade social na literatura e nas artes – as novas correntes estéticas na viragem do século 5.3 Portugal: o dinamismo cultural do último terço do século	6

Planificação a médio prazo

Módulo IV – A Europa dos séculos XVII e XVIII – sociedade, poder e dinâmicas coloniais

Unidade 1 – A população da Europa nos séculos XVII e XVIII: crises e crescimento

1.º Período – 2 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
1.1 A população da Europa nos séculos XVII e XVIII: crises e crescimento.	Contextualizar as temáticas a abordar ao longo do módulo IV. Situar cronológica e espacialmente o aparecimento de diversos fenómenos como as guerras, as fomes e as pestes, responsáveis pela estagnação do crescimento da população no séc. XVII. Distinguir a diversidade de fatores que convergiram para a crise demográfica no séc. XVII. Reconhecer nas crises demográficas um fator de agravamento das condições do mundo rural e de perturbação da tendência de crescimento da economia europeia. Caracterizar o modelo demográfico antigo. Compreender que o período de estagnação da população europeia justifica a tendência de perturbação no crescimento da economia da Europa pré-industrial. Reconhecer a existência de regiões onde a atividade comercial e o incremento de progressos técnicos na agricultura contribuíram para a diminuição da mortalidade e consequente inversão da tendência negativa de crescimento populacional. Relacionar a melhoria das condições de vida das populações com os avanços da medicina e com os progressos técnicos. Caracterizar a economia da Europa pré-industrial.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, relativamente à evolução da população na Europa nos séculos XVII e XVIII – páginas 8 e 9. Propõe-se que o aluno, ao longo das páginas 10 a 13, analise as diferentes fontes históricas inferindo acerca da ação política e social do Homem (guerras) e as circunstâncias proporcionadas pela Natureza (fatores climáticos como invernos rigorosos ou períodos de acalmia), como determinantes para a definição do modelo demográfico antigo. Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 10 e 12, o aluno compreenderá a designação de «modelo demográfico antigo» atribuída ao século XVII, presente nos diversos fatores que justificam os picos de elevada mortalidade e pela economia do Antigo Regime. O aluno, ao longo das páginas 14 e 16, analisará fontes históricas que visam reconhecer como as transformações ocorridas na agricultura provocaram a melhoria das condições de vida das populações. Pretende-se que o aluno, ao longo das páginas 14 a 17, reconheça que o declínio das guerras, as melhorias climáticas, o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas, bem como a introdução de novos alimentos e a criação de gado determinaram a tendência positiva do crescimento da população a partir de meados do século XVIII. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação das páginas 48 a 51 (em casa ou na aula).	Crise demográfica Economia pré-industrial* Surto demográfico	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos Formativa Formativa/Sumativa

Unidade 2 – A Europa dos Estados absolutos e a Europa dos parlamentos

1.º Período – 7 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
2.1 Estratificação social e poder político nas sociedades de Antigo Regime	Situar cronológica e espacialmente os diferentes momentos no processo de implantação do absolutismo vs parlamentarismo na Europa e em Portugal.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, relativamente à implantação do absolutismo na Europa no século XVIII – páginas 18 e 19.	Antigo Regime* Monarquia absoluta*	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos
	Compreender os fundamentos da organização político-social do Antigo Regime e as expressões que a mesma assumiu.	O aluno, ao longo das páginas 20 a 29, analisará fontes históricas que permitirão o aluno reconhecer: a pluralidade de estratos sociais que caracterizam a sociedade de Antigo Regime; a existência de privilégios baseados no princípio natural da hierarquização social; a relação entre nascimento e prestígio como garantia da posição e do estatuto social; a condição do terceiro estado como ordem não privilegiada, heterogénea e que assegurava as atividades produtivas e o sustento da nação.	Ordem ou Estado* Estratificação social* Mobilidade social Sociedade de corte Parlamento*	
	Relacionar a estrutura da sociedade de Antigo Regime com a preexistência de regras e códigos sociais bem definidos, ancorados na sociedade teocrática de direito divino.	Propõe-se ao aluno a observação e leitura de diferentes fontes históricas ao longo das páginas 30 a 32, analisando o papel do rei como garantia da unidade da nação, enquadrado na teoria do <i>Direito Natural</i> que sustentava o absolutismo régio.		
	Distinguir a pluralidade de privilégios e a importância do clero e da nobreza na sociedade do Antigo Regime.	Nas páginas 34 e 35, o aluno compreenderá as especificidades da sociedade portuguesa, nomeadamente a preponderância da nobreza fundiária e mercantilizada, que caracterizou o modelo português.		
	Compreender a heterogeneidade do terceiro estado e a sua função social e económica enquanto grupo não privilegiado, que assegurava as atividades produtivas e o sustento de toda a sociedade com o pagamento de impostos.	Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 36 a 39, o aluno compreenderá a influência dos valores sociais e políticos europeus em Portugal e que corresponderam à afirmação progressiva do absolutismo régio na época joanina.		
2.2 A Europa dos parlamentos: sociedade e poder político	Caracterizar o absolutismo régio.	Desafia-se o aluno, ao longo das páginas 40 a 47, a compreender que a consolidação do absolutismo na Europa não foi sinónimo de consenso político como evidenciado quer pela afirmação política da burguesia nas Províncias Unidas do Norte e pela revolta contra o domínio dos Habsburgo, quer pelos conflitos entre facções partidárias na Inglaterra no decorrer do século XVII.		Formativa
	Compreender o impacto das medidas políticas e administrativas de D. João V em Portugal. Compreender a importância da afirmação de parlamentos numa Europa de Estados absolutos. Caracterizar o parlamentarismo inglês.	Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação das páginas 48 a 51 (em casa ou na aula).		
				Formativa/ Sumativa

Unidade 3 – Triunfo dos Estados e dinâmicas económicas nos séculos XVII e XVIII

1.º Período – 12 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
3.1 Reforço das economias nacionais: o comércio transoceânico	Situar cronológica e espacialmente as dinâmicas económicas nos séculos XVII e XVIII.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diversas dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, acerca do comércio transoceânico nos séculos XVII-XVIII – páginas 52 e 53.	Capitalismo comercial*	Diagnóstica
	Compreender que o equilíbrio político dos Estados no sistema internacional dos séculos XVI e XVIII se articula com o domínio dos espaços coloniais.	Propõe-se que o aluno, ao longo das páginas 54 a 63, observe e interprete as diferentes fontes históricas inferindo a informação histórica relativa ao papel do comércio transoceânico no reforço das economias nacionais, da aplicação diferenciada da política mercantilista (o <i>colbertismo</i> e o protecionismo), do papel das companhias de comércio e do exclusivo comercial, e das rivalidades coloniais que despoletaram conflitos entre as várias potências europeias.	Protecionismo* Mercantilismo* Balança comercial* Exclusivo colonial	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos
	Explicar as consequências das rivalidades económico-coloniais entre as diversas potências europeias.		Companhia monopolista	
3.2 A hegemonia britânica: condições de sucesso	Compreender as medidas e as consequências da aplicação da política mercantilista.	Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 64 a 83, o aluno relacionará as condições de sucesso que promoveram a hegemonia inglesa considerando os progressos agrícolas (Revolução Agrícola), o crescimento demográfico, a urbanização como contributos para a formação de um mercado nacional e o reforço do mercado externo, bem como o papel do sistema financeiro britânico no desenvolvimento das atividades produtivas, nomeadamente da indústria, que conhece alterações profundas – Revolução Industrial.	Comércio triangular Tráfico negreiro Bandeirante Manufatura	Formativa
	Relacionar a formação de um mercado nacional e o arranque industrial ocorridos em Inglaterra com a transformação irreversível das estruturas económicas.	O aluno, ao longo das páginas 84 a 101, analisará fontes históricas que visam compreender o estado da economia e as dificuldades do sistema produtivo de Portugal até ao século XVIII, a crise comercial e as medidas mercantilistas de finais do século XVII, o papel do ouro do Brasil na economia portuguesa e das medidas políticas do marquês de Pombal.	Bolsa de valores Mercado nacional Revolução Industrial*	
	Identificar as alterações introduzidas na agricultura e na criação de gado que promoveram o desenvolvimento comercial – mercado nacional.			
3.3 Portugal – dificuldades e crescimento económico	Explicar as consequências da Revolução Agrícola em termos demográficos, urbanísticos, nos transportes e na indústria. Compreender a influência das relações internacionais nas políticas económicas portuguesas e na definição do papel de Portugal no espaço europeu e atlântico.	Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação das páginas 102 a 105 (em casa ou na aula).		Formativa/Sumativa

Unidade 4 – Construção da modernidade europeia

1.º Período – 9 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
4.1 O método experimental e o progresso do conhecimento do Homem e da Natureza	Situar cronológica e espacialmente o aparecimento dos novos centros de conhecimento europeus. Compreender como o conhecimento do Homem e da Natureza resulta da interação de diferentes áreas científicas, aliando o método experimental/indutivo e a linguagem matemática. Distinguir a diversidade de ciências e a sua base comum: o método experimental ou indutivo. Reconhecer como os caminhos da ciência potenciaram o aparecimento de uma sociedade baseada na Razão e no Progresso.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, relativamente ao aparecimento dos principais centros de conhecimento na Europa nos séculos XVII e XVIII – páginas 106 e 107. Propõe-se que o aluno, ao longo das páginas 108 a 119, observe e interprete as diferentes fontes históricas inferindo acerca do alargamento do conhecimento do Homem e da Natureza (aliando o conhecimento da Antiguidade Clássica e da Idade Média); da criação de uma rede de gabinetes de curiosidades e associações científicas; e da importância do método experimental na validação das teorias defendidas em diferentes áreas científicas.	Iluminismo*	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos
4.2 A filosofia das Luzes: apologia da razão, do progresso e do valor do indivíduo	Compreender que os filósofos iluministas criaram uma rutura com o passado, valorizando os direitos naturais do Homem, a Razão e o progresso da Humanidade. Articular o pensamento iluminista com a ação política, valorizando a liberdade dos cidadãos, a soberania popular e a clara divisão de poderes. Demonstrar a importância da liberdade de consciência e a profícua divulgação das ideias iluministas na aceitação do outro.	Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 120 a 129, o aluno compreenderá a designação atribuída ao século XVIII de «século das Luzes», presente na valorização dada à Razão e à Ciência para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada; pela defesa dos direitos naturais do Homem; pela aplicação política da soberania popular, defendendo o Contrato Social entre governo e povo e a separação dos poderes. O aluno, ao longo das páginas 130 a 135, analisará fontes históricas que visam reconhecer como o alargamento do conhecimento do Homem e da Natureza alterou a conceção de Homem, valorizando o indivíduo, os direitos naturais, promovendo a liberdade de consciência e a tolerância religiosa. O aluno também compreenderá a importância dos meios de comunicação para a difusão e implementação dos ideais iluministas. Pretende-se que o aluno, ao longo das páginas 136 a 143, reconheça os valores iluministas na sociedade portuguesa, através da ação de marquês de Pombal em termos políticos, económicos, judiciais e educacionais.		Formativa
4.3 Portugal – o projeto pombalino de inspiração iluminista	Articular os ideais iluministas num regime de despotismo esclarecido. Compreender como a ação de marquês de Pombal refletia os valores iluministas.	Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação das páginas 144 a 147 (em casa ou na aula). Para a consolidação dos conteúdos abordados do Módulo IV, propõe-se a realização da prova global constante nas páginas 148 a 151 (em casa ou na aula).		Formativa/ Sumativa

Módulo V – O liberalismo – ideologia e revolução, modelos e práticas nos séculos XVIII e XIX

Unidade 1 – A Revolução americana – uma revolução fundadora

1.º Período – 2 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
1.1 Nascimento de uma nação sobre a égide dos ideais iluministas	Contextualizar as temáticas a abordar ao longo do Módulo V. Situar cronológica e espacialmente as colónias inglesas na América do Norte e o processo de independência dos Estados Unidos da América. Identificar as medidas económico-financeiras tomadas pela Grã-Bretanha que surtiram o descontentamento dos colonos da América do Norte. Descrver as ações levadas a cabo pelos colonos do norte da América na defesa dos seus direitos. Identificar a revolução como momento de rutura e de mudança irreversível de estruturas. Compreender o fenómeno revolucionário liberal como afirmação da igualdade de direitos e da supremacia do princípio da soberania nacional sobre o da legitimidade dinástica.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, acerca das colónias americanas nas vésperas da Revolução – páginas 4 e 5. Propõe-se que o aluno, ao longo das páginas 6 a 9, observe e interprete as diferentes fontes históricas inferindo acerca dos antecedentes da independência americana e da reação das colónias americanas às leis comerciais impostas pela Grã-Bretanha. Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 10 a 13, o aluno explicará a guerra de independência americana e como se estruturou uma nova nação com uma constituição que se rege pelos princípios revolucionários liberais surgindo como uma nação precursora do liberalismo. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação das páginas 42 a 45 (em casa ou na aula).	Revolução liberal* Constituição* Idade Contemporânea	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos Formativa Formativa/ Sumativa

Unidade 2 – A Revolução Francesa – paradigma das revoluções liberais e burguesas

1.º Período – 4,5 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
2.1 A França nas vésperas da Revolução	Situar cronológica e espacialmente o Império francês em 1812. Identificar os antecedentes sociais, económico-financeiros e políticos da Revolução Francesa. Descrever o processo revolucionário de 1789 e as transformações operadas com a implantação da Monarquia Constitucional.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, acerca da Revolução Francesa – páginas 14 e 15. Propõe-se que o aluno, ao longo das páginas 16 a 21, observe e interprete as diferentes fontes históricas inferindo acerca dos antecedentes sociais e económico-financeiros da Revolução Francesa e o agravamento da tensão social devido à ação de Luís XVI nos Estados Gerais de 1789 – o princípio do fim do absolutismo.	Monarquia Constitucional* Soberania nacional* Sistema representativo* Estado laico	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos
2.2 Da Nação soberana ao triunfo da revolução burguesa	Caracterizar o regime de terror instaurado com a proclamação da República em França, 1791 Explicar o culminar do processo revolucionário francês com a criação do Império por Napoleão Bonaparte. Identificar a revolução como momento de rutura e de mudança irreversível de estruturas. Compreender o fenómeno revolucionário liberal como afirmação da igualdade de direitos e da supremacia do princípio da soberania nacional sobre o da legitimidade dinástica.	Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 22 a 27, o aluno explicará o processo revolucionário francês iniciado em 1789 relacionando a ação legislativa da Assembleia Constituinte com a instauração do liberalismo em França e a aprovação da Constituição de 1791. O aluno, ao longo das páginas 28 a 31, analisará fontes históricas que visam compreender a suspensão da Monarquia Constitucional e a proclamação da República, caracterizar as medidas implementadas e o regime de terror da República, principal motor do fim da República em 1794. Propõe-se que o aluno com base nas tarefas das páginas 32 e 33, compreenda a ação do Diretório ao Império, como o modo encontrado pela França sob o comando de Napoleão Bonaparte para a promoção da paz civil e de uma nova ordem, conjugando os valores da Revolução Francesa e do Antigo Regime. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação das páginas 42 a 45 (em casa ou na aula).	Sufrágio censitário	Formativa Formativa/ Sumativa

Unidade 3 – A geografia dos movimentos revolucionários na primeira metade do século XIX: as vagas revolucionárias liberais e nacionais

1.º Período – 1,5 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
3.1 As vagas revolucionárias liberais e nacionais	Situar cronológica e espacialmente os movimentos revolucionários na primeira metade do século XIX. Identificar a revolução como momento de rutura e de mudança irreversível de estruturas. Compreender o fenómeno revolucionário liberal como afirmação da igualdade de direitos e da supremacia do princípio da soberania nacional sobre o da legitimidade dinástica.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, acerca dos movimentos revolucionários na primeira metade do século XIX – páginas 34 e 35. Propõe-se que o aluno, ao longo das páginas 36 a 39, observe e interprete as diferentes fontes históricas, inferindo acerca do significado e das consequências da Revolução Americana e Revolução Francesa. Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 40 e 41, o aluno explicará as diferentes vagas revolucionárias e como se pode considerar o século XIX como a «era das revoluções» políticas. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação constantes do final da unidade nas páginas 42 a 45 (em casa ou na aula).		Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos Formativa Formativa/Sumativa

Unidade 4 – A implantação do liberalismo em Portugal

2.º Período – 10 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
4.1 Antecedentes e conjuntura (1807 a 1820)	Situar cronológica e espacialmente os diferentes momentos no processo de implantação do liberalismo em Portugal.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, relativamente ao percurso do liberalismo em Portugal no século XIX – páginas 46 e 47.	Carta constitucional*	Diagnóstica
4.2 A Revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834)	Compreender as razões da Revolução liberal de 1820 relacionando-as com as mudanças políticas, económicas, militares e sociais ocorridas em Portugal desde finais do século XVIII e início do século XIX. Relacionar a independência do Brasil como resultado de uma vaga de movimentos independentistas, de motivações nacionalistas e interesses económicos. Analisar os diplomas constitucionais como reflexo das ações políticas e, por vezes, não dos direitos do cidadão.	O aluno, ao longo das páginas 48 a 53, analisará fontes históricas que permitirão o aluno reconhecer a conexão entre os antecedentes e conjuntura histórica como as invasões francesas; o predomínio inglês; os valores da Revolução Francesa e o descontentamento popular, na promoção das ideias liberais e do movimento revolucionário liberal português, a 24 de agosto de 1820. Propõe-se ao aluno a observação e leitura de diferentes fontes históricas ao longo das páginas 54 a 65, analisando os fatores que contribuíram para o estabelecimento de um regime liberal em Portugal evidenciado pela criação de uma Junta Provisional do Supremo Governo do Reino; pela implementação de um sistema constitucional, a Constituição de 1822; assim como pelas contradições da legislação vintista num processo de mudança do Antigo Regime para o Liberalismo.	Vintismo Cartismo Setembrismo Cabralismo	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos Formativa
4.3 O novo ordenamento político e socioeconómico (1834-1851): importância da legislação de Mouzinho da Silveira e dos projetos setembrista e cabralista	Compreender as dificuldades de implantação da ordem liberal em Portugal devido à permanência de estruturas do Antigo Regime. Aprofundar os conhecimentos acerca dos conflitos entre liberais e absolutistas, compreendendo como a mudança nem sempre é bem aceite. Compreender o impacto das medidas políticas e administrativas pelos diferentes governos. Caracterizar o liberalismo português assinalando os jogos políticos e partidários até à segunda metade do século XIX.	Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 66 a 69, o aluno compreenderá a influência dos valores liberais na política externa portuguesa como a declaração de independência do Brasil por D. Pedro IV. Ao longo das páginas 70 a 77, o aluno analisará os fatores de resistência à mudança liberal influenciada pelo contexto político europeu e pelo problema de sucessão que desencadeou a guerra civil de 1832-1834. Desafia-se o aluno, ao longo das páginas 78 a 87, a compreender que a consolidação do liberalismo em Portugal não foi sinónimo de paz política como evidenciado quer pelos constantes conflitos entre fações partidárias – vintismo, cartismo, setembrismo e cabralismo –, quer pelas manifestações populares de contestação ao poder e medidas instituídas. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação constantes no final da unidade das páginas 88 a 91 (em casa ou na aula).		Formativa/ Sumativa

Unidade 5 – O legado do liberalismo na primeira metade do século XIX

2.º Período – 8 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
5.1 O Estado como garante da ordem liberal	Situar cronológica e espacialmente o aparecimento dos novos centros de conhecimento europeus. Caracterizar a ideologia liberal como resultado de um longo processo de maturação. Caracterizar o liberalismo como uma ideologia política que privilegia a ação do Homem e a sua relação com o Estado, opondo-se à sociedade do Antigo Regime, mas na qual ainda persistem algumas limitações (sufrágio censitário). Identificar as mudanças propostas pela ideologia liberal nos diplomas e na separação de poderes (legislativo, executivo e judicial) e sistemas representativos. Aprofundar as razões para a secularização das instituições, contrariando a influência da Igreja nos órgãos políticos. Compreender as mudanças económicas propostas pelo liberalismo, salientando o papel do indivíduo, a livre iniciativa e a livre concorrência, para o progresso económico e social.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, relativamente às expressões da ideologia liberal no século XIX – páginas 92 e 93. Propõe-se que o aluno, ao longo das páginas 94 a 99, observe e interprete as diferentes fontes históricas analisando as origens do liberalismo, a importância dada aos direitos naturais do Homem e a sua relação com o poder institucionalizado pela burguesia. Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 100 a 105, o aluno compreenderá como os filósofos entendiam que os Estados deviam garantir a ordem liberal através da existência de um diploma constitucional; da separação de poderes pelos diferentes órgãos de soberania e sistemas representativos; e, pela secularização das instituições, separando o temporal do espiritual perpetuando um Estado laico, respeitando direitos e garantias individuais. O aluno, ao longo das páginas 106 e 107, analisará fontes históricas que visam compreender o liberalismo económico, atendendo à liberdade individual, à livre concorrência e à reduzida intervenção do Estado. Ao longo das páginas 108 a 113, o aluno compreenderá de que forma a realidade histórica interrelaciona as várias dimensões históricas num processo complexo de explicação multifatorial, que condicionou ou promoveu a aplicabilidade dos direitos humanos devido aos interesses políticos e económicos. Pretende-se que os alunos perspetivem ao longo das páginas 114 a 125, a importância do romantismo como corrente artística e literária que valorizava o «eu» e a relação com a Natureza. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação do final da unidade (em casa ou na aula), constantes das páginas 126 a 129. Para a consolidação dos conteúdos abordados do Módulo V, propõe-se a realização da Prova Global constante nas páginas 130 a 133 (em casa ou na aula).	Liberalismo económico* Romantismo	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos Formativa Formativa/ Sumativa
5.2 O romantismo, expressão da ideologia liberal	Relacionar filosofia liberal como meio de afirmação dos direitos humanos, analisando o problema da abolição da escravatura.			

Módulo VI – A civilização industrial – economia e sociedade; nacionalismos e choques imperialistas

Unidade 1 – As transformações económicas na Europa e no mundo

2.º Período – 8 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
1.1 A expansão da Revolução Industrial	Contextualizar as temáticas a abordar ao longo do Módulo VI. Situar cronológica e espacialmente os impérios coloniais do início do século XX como uma consequência da expansão da industrialização. Relacionar a dinâmica do crescimento industrial com o carácter cumulativo dos progressos técnicos e a exigência de novas formas de organização do trabalho.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, acerca dos impérios coloniais no início do século XX – páginas 4 e 5. Propõe-se que o aluno, ao longo das páginas 6 a 19, observe e interprete as diferentes fontes históricas inferindo acerca da expansão da Revolução Industrial atendendo aos novos inventos, novas fontes de energia, à inovação nos transportes e comunicação fruto da ligação entre a ciência e a técnica, à concentração industrial e bancária, bem como às mudanças que ocorreram no modo de produção – racionalização do trabalho.	Progressos cumulativos Estandarização Livre-cambismo Crise cíclica Capitalismo industrial*	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos Formativa
1.2 A geografia da industrialização	Evidenciar, no processo de expansão do capitalismo industrial, o efeito potenciador da mundialização da economia e da desigualdade de desenvolvimento entre os países.	Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 20 a 27, o aluno explicará a primazia britânica em termos económicos e o surgimento de novas potências industriais que coexistem com formas de economia tradicional.		
1.3 A agudização das diferenças	Relacionar os desfasamentos cronológicos da industrialização com as relações de domínio ou de dependência estabelecidas a nível mundial. Reconhecer as características das crises do capitalismo liberal.	O aluno, ao longo das páginas 28 a 37, analisará fontes históricas que visam compreender os mecanismos de autorregulação do mercado numa política de liberalismo económico em que se agudizam as diferenças entre os vários países, como surgem e se caracterizam as crises cíclicas de superprodução do capitalismo, bem como o mercado internacional se organiza levando a uma divisão internacional do trabalho. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação do final da unidade, constantes das páginas 38 a 41 (em casa ou na aula).		Formativa/Sumativa

Unidade 2 – A sociedade industrial e urbana

2.º Período – 7 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
1. A sociedade industrial e urbana 2.1 A explosão populacional; a expansão urbana e o novo urbanismo; migrações internas e emigração 2.2 Unidade e diversidade da sociedade oitocentista	Justificar o crescimento demográfico da Europa e do mundo no século XIX. Situar cronológica e espacialmente e relacionar o fenómeno da explosão populacional com a expansão urbana e o novo urbanismo. Interpretar o fenómeno urbano nos países industrializados do século XIX. Explicar os grandes fluxos migratórios do século XIX. Caracterizar a sociedade de classes oitocentista. Distinguir a condição burguesa da condição operária. Compreender o movimento operário do século XIX. Conhecer as formas de luta do operariado. Integrar o movimento operário na(s) ideologia(s) socialista(s) emergentes.	Convidar os alunos a um olhar acerca das temáticas e das diversas dimensões históricas propostas nas páginas 42 a 45, problematizando os diferentes fenómenos (condição burguesa, luta do operariado, ideologias e arte) enquadrados nos conceitos a desenvolver ao longo da unidade. Pela análise de fontes históricas da página 44, o aluno compreenderá a designação de «explosão demográfica» atribuída ao século XIX, fruto das transformações económicas ocorridas nos países mais desenvolvidos após a revolução agrícola e industrial. Propõe-se que o aluno analise e interprete as diferentes fontes históricas (páginas 44 a 46), inferindo acerca as causas do crescimento demográfico a partir do século XVIII e na sua relação com a expansão urbana e o novo urbanismo. O aluno ao longo das páginas 48 a 50 analisará fontes históricas que visam explicar os fluxos migratórios do século XIX. Pretende-se que o aluno ao longo das páginas 52 a 61, reconheça a distinção entre a condição burguesa e a condição operário caracterizando as diferentes formas de vida dos diferentes grupos sociais. Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 64 a 66 o aluno conhecerá as razões e a forma de luta do operariado no século XIX. Propõe-se que o aluno ao longo das páginas ao longo das páginas 68 a 71 analise e interprete fontes históricas que lhe permita integrar o movimento operário na(s) ideologia(s) socialista(s) emergente(s). Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação do final da unidade, constantes das páginas 72 a 75 (em casa ou na aula).	Explosão demográfica* Profissão liberal Consciência de classe Sociedade de classes* Proletariado Movimento operário* Socialismo* Marxismo* Internacional operária	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos. Formativa Formativa/ Sumativa

Unidade 3 – Evolução democrática, nacionalismo e imperialismo

3.º Período – 5 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
3.1 As transformações políticas	Situar cronológica e espacialmente os vários territórios coloniais das diversas nações europeias coexistindo diferentes tipos de Estados. Filiar a afirmação do movimento das nacionalidades no ideário das revoluções liberais.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, acerca dos vários domínios coloniais das diversas nações europeias – páginas 76 e 77. Propõe-se que o aluno, ao longo das páginas 78 a 83, observe e interprete as diferentes fontes históricas inferindo acerca das transformações políticas que ocorrem ao longo do século XIX e início do século XX, nomeadamente, com o alargamento da participação política através do sufrágio universal e o surgimento de repúblicas parlamentares.	Sufrágio universal* Demoliberalismo* Imperialismo* Colonialismo* Nacionalismo	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos
3.2 Os confrontamentos imperialistas: o domínio da Europa sobre o Mundo	Relacionar as rivalidades e a partilha coloniais com a vontade de domínio político e com a necessidade de mercados de bens e de capitais por parte dos Estados. Valorizar a afirmação dos regimes demoliberais, não obstante a permanência de formas de discriminação.	Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 84 a 93, o aluno explicará o modo como as aspirações de liberdade nos Estados autoritários fizeram emergir movimentos de unificação nacional, nomeadamente o caso italiano e alemão. O aluno, ao longo das páginas 94 a 97, analisará fontes históricas que visam compreender os confrontamentos imperialistas espelhados nas diversas rivalidades entre as nações europeias que dominam o Mundo. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação do final da unidade das páginas 98 a 101 (em casa ou na aula).		Formativa Formativa/Sumativa

Unidade 4 – Portugal: uma sociedade capitalista dependente

3.º Período – 8 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
4.1 A Regeneração entre o livre-cambismo e o protecionismo (1850-80)	Situar cronológica e espacialmente o aparecimento dos grandes centros urbanos e industriais e o desenvolvimento dos meios de transporte em Portugal na segunda metade do século XIX. Compreender como o período da Regeneração em Portugal valorizava o progresso económico e social, numa série de medidas que visavam o desenvolvimento de infraestruturas de modo a acompanhar os países europeus. Integrar o processo de industrialização portuguesa no contexto geral, identificando os fatores que o limitaram e reconhecer que, apesar da dinamização da atividade produtiva, Portugal estava dependente dos capitais e investimentos estrangeiros, provocando a bancarrota.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, acerca do desenvolvimento populacional e sua relação com o crescimento industrial – páginas 102 e 103. Propõe-se que o aluno, ao longo das páginas 104 a 111, observe e interprete as diferentes fontes históricas analisando os fatores que contribuíram para a emergência de um novo quadro político em Portugal e as suas consequências no desenvolvimento de um programa de fomento económico que passou pela melhoria de infraestruturas, como os meios de transporte e o crescimento e/ou aparecimento de novos meios de comunicação, num processo de mudança e novo significado do espaço histórico em Portugal.	Regeneração*	Diagnóstica Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos
4.2 Entre a depressão e a expansão (1880-1914): a crise financeira de 1880-90 e o surto industrial de final de século	Compreender as condições em que ocorreu o esgotamento do liberalismo monárquico e o fortalecimento do projeto republicano de transformação social e política. Identificar as principais medidas tomadas pelos governos republicanos na construção de um Estado laico e parlamentar.	Pela análise de fontes históricas ao longo das páginas 112 a 117, o aluno compreenderá a política de fomento económico aplicada por Fontes Pereira de Melo, uma série de medidas protecionistas mas, por vezes, com tendências livre-cambistas na área da agricultura e da indústria, assinalando a tentativa de modernização, e como apesar dos esforços o mercado nacional foi incipiente para fazer frente ao mercado internacional. O aluno, ao longo das páginas 118 a 123, analisará fontes históricas que visam reconhecer a incapacidade portuguesa de assegurar na totalidade a produção nacional sem a necessidade de capitais e investimentos estrangeiros, o que ao longo das décadas, agravou a situação económica e financeira do país, assinalando os défices e posteriores impulsos, no final do século XIX e início do século XX. Ao longo das páginas 124 a 135, o aluno compreenderá de que forma a realidade histórica interrelaciona as várias dimensões históricas num processo complexo de explicação multifatorial, que fragilizou a imagem da monarquia e condicionou a Implantação da República em Portugal, refletidos na fragilidade social e política sentida na viragem do século XIX para o século XX.		Formativa
4.3 As transformações do regime político na viragem do século		Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação do final da unidade das páginas 136 a 139 (em casa ou na aula).		Formativa/ Sumativa

Unidade 5 – Os caminhos da cultura

3.º Período – 6 aulas

Conteúdos	Aprendizagens a desenvolver	Experiências de aprendizagem	Conceitos	Avaliação
5.1 A confiança no progresso científico	Situar cronológica e espacialmente o aparecimento dos novos centros de conhecimento europeus, no século XIX.	Levantamento das ideias dos alunos pela observação e análise do mapa, da cronologia, das diferentes dimensões históricas e dos conceitos inerentes às realidades históricas a estudar, acerca das principais descobertas científicas no século XIX – páginas 140 e 141.	Cientismo Positivismo	Diagnóstica
5.2 O interesse pela realidade social na literatura e nas artes - as novas correntes estéticas na viragem do século	Relacionar cientismo e positivismo como fatores fundamentais para o progresso do conhecimento do Homem e a sua crença na ciência para além do seu impacto na generalização do ensino público. Analisar o movimento literário e artístico na segunda metade do século XIX e início do século XX compreendendo a influência dos fatores políticos e económicos no seu desenvolvimento.	Ao longo das páginas 142 a 145, o aluno compreenderá de que forma a ciência e a técnica contribuíram para o alargamento do conhecimento do Homem – o cientismo – num avanço das Ciências Exatas e Naturais, destacando-se a Matemática, a Física, a Química e as Ciências da Vida. Propõe-se que o aluno, ao longo das páginas 146 a 149, observe e interprete fontes históricas reconhecendo o impacto do progresso científico nas ciências sociais – o positivismo – destacando-se a Sociologia, a História, a Geografia e a Psicologia, e de que forma contribuiu para a generalização do ensino público, numa mudança de paradigma baseado na ciência.	Realismo Impressionismo Simbolismo Arte Nova	Registo da participação (oral, escrita ou digital) dos alunos.
5.3 Portugal: o dinamismo cultural do último terço do século	Caracterizar o fenómeno literário e artístico em Portugal como resultado da nova realidade social e mudança de paradigma na política e na sociedade. Caracterizar o movimento de renovação no pensamento e nas artes de finais do século.	Nas páginas 150 a 157, propõe-se que o aluno analise fontes históricas que visam reconhecer os diferentes movimentos artísticos e literários – o realismo, o impressionismo, o simbolismo e a Arte Nova - conhecendo os seus contextos de produção, temas, autores, e técnicas, interrelacionando as várias dimensões históricas num processo de explicação multifatorial na segunda metade do século XIX e início do século XX. Pela análise das fontes históricas ao longo das páginas 158 a 163, o aluno compreenderá como a Regeneração se repercutiu a nível cultural, numa clara aposta educacional mas também pela emergência de uma consciência social e política que ganha voz na literatura exprimindo a realidade social. Pretende-se que o aluno, ao longo das páginas 164 e 165, contextualize internacionalmente o naturalismo em Portugal e assinala as duas características na área da pintura e escultura. Para a promoção de monitorização da aprendizagem, propõe-se a sistematização de conhecimentos e a ficha de avaliação do final da unidade das páginas 166 a 169 (em casa ou na aula). Para a consolidação dos conteúdos abordados do Módulo VI, propõe-se a realização da Prova Global constante nas páginas 170 a 173 (em casa ou na aula).	Formativa	Formativa/ Sumativa

Modelo de plano de aula

Módulo IV – A Europa nos séculos XVII e XVIII – sociedade, poderes e dinâmicas coloniais

4. A construção da modernidade europeia

4.2 A filosofia das Luzes

O desenvolvimento científico pode ajudar a construir uma sociedade mais equilibrada e progressiva?

Será que depende apenas do Homem o alcance da sua felicidade?

Conteúdo(s)

A apologia da Razão e do Progresso; a defesa da Razão

Aprendizagens relevantes desejadas

- Contextualizar cronológica e espacialmente a realidade em estudo atendendo ao espaço europeu como lugar de inovações e mudanças de paradigmas.
- Reconhecer como os caminhos da ciência potenciaram o aparecimento de uma sociedade baseada na Razão e no Progresso.
- Compreender que os filósofos criaram uma rutura com o passado, valorizando a Razão, o Progresso, a Liberdade e a Igualdade.
- Interpretar fontes históricas de natureza diversa inferindo informações que sustentem a construção do conhecimento histórico.
- Formular hipóteses explicativas de factos históricos baseado em fontes históricas diversas.

Conceito(s)

Iluminismo

Recursos

Manual – págs. 120-123

Caderno de Atividades – Ficha 10

AULA DIGITAL

- Vídeo – Pensamentos e vozes do iluminismo
- PPT – O Tempo das Luzes: princípio e difusão

Momento 1

Contextualização da realidade histórica proposta para estudo através da leitura do Horizonte da História, levando os alunos a compreender como o progresso científico do século XVII contribuiu para a mudança do pensamento europeu. Atender que as mudanças vivenciadas resultaram do surto científico vivido no século XVII, do espírito crítico e da adoção do método experimental/científico.

Nota: propõe-se neste momento a análise da cronologia inicial, que espelha os progressos técnico-científicos ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Desenvolvimento

Trabalhar os documentos propostos nas páginas 120 e 122, de forma cruzada, seguindo o guia orientador de questões, que devem ser respondidas pelos alunos a pares. As questões propostas estão direcionadas para o trabalho da inferência de informações com base nas fontes históricas diversas acerca dos principais progressos técnico-científicos nos séculos XVII e XVIII, da crença no Progresso, no desenvolvimento do pensamento esclarecido e na perpetuação do pensamento iluminista evidenciado, por exemplo, na compilação do conhecimento produzido pelo Homem até à época, por Denis Diderot e Jean le Rond D'Alembert.

Simultaneamente, propõe-se que os alunos através das questões propostas reflitam acerca da designação atribuída ao século XVIII de «século das Luzes», presente na valorização da ciência e da Razão na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada – Iluminismo.

Síntese

Individualmente, a pares ou em grande grupo-turma, analisar o esquema «Em síntese» e realizar as propostas de tarefas das páginas 121 e 123 na sala de aula ou em casa. A sua correção poderá ser utilizada como meio de iniciar a aula seguinte.

Avaliação

Formativa – todos os materiais produzidos pelos alunos, as suas respostas às tarefas realizadas.

Testes

Teste 1

A população da Europa nos séculos XVII e XVIII
A Europa dos Estados absolutos e a Europa dos parlamentos

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Leia o seguinte documento.

Doc. 1 – O papel das guerras nas crises demográficas

Avançam-se três causas para explicar as crises demográficas, suscetíveis de aparecer isoladamente ou conjuntamente: a guerra, a fome, a epidemia. Durante muito tempo (...) à primeira atribui-se uma importância considerável. O seu papel geral foi reduzido e é mais ou menos certo que as crises francesas do reino de Luís XIV são independentes disso.

Contudo, as guerras desempenharam o seu papel. Ao estudar *La Fronde des Princes dans la Région Parisienne et ses Conséquences Matérielles*, J. Jacquart mostra-o bem: «Toda a vida normal estava mais ou menos parada. Os trabalhos nos campos tinham sido abandonados. (...) Por toda a parte onde as tropas tinham acampado, a partida das mesmas deixava cidades e aldeias infetadas. (...) 1652 foi o ano mais mortífero do século (...). As zonas de estância das tropas (...) destacam-se pela importância da mortalidade. Os números mais elevados são os das cidades-refúgio onde a epidemia encontra terreno favorável (...).

Se considerarmos a curva das conceções, é o ano de 1650, o da catástrofe. As colheitas haviam sido medíocres, na continuação de anos anteriores. A guerra amplificou em proporções inabituais um fenómeno frequente da demografia antiga. A epidemia rebentou numa região que sofria já de subalimentação encontrando aí um meio propício à sua extensão».

Foi também o que se passou na Alemanha, ao longo da Guerra dos Trinta Anos, onde largas zonas perderam 2/3 da população. As batalhas foram pouco mortíferas, mas a devastação veio dos bairros, tomados pelas tropas, provocando razias, o abandono das explorações, o regresso ao deserto e dos terrenos incultos. Assim, em Wütemberg, simples zona de passagem, mas onde a confiscação das subsistências foi grande, a população desceu de 450 000 para 100 000 habitantes. No Palatino, a queda foi superior a 70% em seguida às destruições sistemáticas. Contudo não esqueçamos que os efeitos da guerra não seriam tão profundos sem o contributo das epidemias, o resultado da deterioração económica e também uma conjuntura europeia bastante difícil nesta primeira metade do século XVII.

Guillaume et Poussou, *Demographie Historique*, Paris, 1970 (adaptado).

1.1 Refira qual a importância das guerras no *modelo demográfico antigo*.

1.2 Indique o que terá causado a maior percentagem de mortalidade: a fome, a peste ou a guerra.

1.3 Associe os elementos da coluna A com os elementos da coluna B sobre a população da Europa nos séculos XVII e XVIII.

A	B
a) Crise demográfica	1. Sistema económico desenvolvido na Europa no século XVII que se caracterizava pelo predomínio da agricultura que ocupava a maior parte da população ativa, utilizando as fontes de energia humana e animal. A indústria era de tipo artesanal e pouco especializada.
b) Surto demográfico	2. Quebra brusca da população provocada por picos de elevada mortalidade e recuo da natalidade.
c) Economia pré-industrial	3. Período que ocorreu entre finais do século XVII e o século XVIII e que correspondeu a um aumento da taxa de natalidade e à diminuição brusca da taxa de mortalidade.

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A sociedade de ordens

Em princípio, a sociedade do Antigo Regime só conhece as ordens. Portanto, só se pode falar de classes a seu respeito. Pelo contrário, a noção de ordem inscrita nos textos corresponde à mentalidade do tempo. É uma noção essencialmente jurídica.

A ordem define-se por um estatuto. Daí que possamos falar indiferentemente de ordem ou de estado: o terceiro estado é a terceira ordem. Os dois termos são intermutáveis, sendo «estado» outra forma da palavra «estatuto». A ordem define-se, efetivamente, por um estatuto que comporta ao mesmo tempo, prerrogativas e obrigações, devendo umas e outras normalmente equilibrar-se. As obrigações encontram a sua contrapartida nas prerrogativas e estas justificam-se pelo desempenho dos cargos que incumbem à ordem considerada.

Noção e realidade jurídicas são completamente estranhas à economia. Com as ordens, a fortuna, tal como a atividade profissional, não é um critério decisivo. Pessoas com níveis de vida muito diferentes podem perfeitamente pertencer à mesma ordem. Por exemplo, a burguesia mais rica coabita, no seio da mesma ordem – o terceiro estado –, com os mendigos e os vagabundos (...). Juridicamente, a sua situação é a mesma: têm o mesmo estatuto. Reciprocamente, dois homens pertencentes a duas ordens diferentes podem ter um rendimento comparável e o mesmo nível de vida. Trata-se, pois, de uma realidade social irredutível à classe.

Pertence-se a uma ordem pelo nascimento no seio da nobreza ou do terceiro estado. Pode ascender-se por vocação no caso do clero, que propõe possibilidades de ascensão social aos plebeus: muitos conseguiram, fazendo carreira na Igreja, ascender aos mais altos cargos não só eclesiásticos, mas também políticos e administrativos, ministeriais ou diplomáticos. (...) as ordens não são castas; há a possibilidade de enobrecimento.

René Rémond, *Introdução à História do Nosso Tempo*, Gradiva, 1994.

1.1 Caracterize a sociedade de ordens do Antigo Regime, considerando:

- as diferentes categorias e estratos sociais dos grupos privilegiados e dos grupos não privilegiados;
- a pluralidade de privilégios da nobreza e do clero;
- as obrigações do terceiro estado.



Doc. 2 – Cardeal de Richelieu, duque de Richelieu e de Fronsac, primeiro-ministro de Luís XIII, de 1628 a 1642.



Doc. 3 – Marc-Pierre de Voyer de Paulmy, conde d'Argenson. Foi chanceler do duque de Orleães e secretário de Estado da Guerra de Luís XV (1743- 1757).

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – Etiqueta, distinção e hierarquia

Através da etiqueta, a sociedade de corte faz a sua autorrepresentação, as pessoas distinguem-se umas das outras e, todas juntas, distinguem-se dos que são estranhos ao grupo, dando a todos e a cada um a prova do valor absoluto da sua existência.

A vida de corte é um jogo sério, melancólico, que exige aplicação; é preciso dispor de peças e baterias, ter um fito, persegui-lo, evitar o adversário, arriscar quando for caso disso, e jogar a capricho, e depois de tantos cálculos, fica-se em xeque, por vezes xeque-mate.

A vida na sociedade de corte não estava isenta de percalços. O número de pessoas que evoluíam contínua e fatalmente no mesmo círculo era muito elevado. Colidiam entre si, lutavam por prestígio, pela posição na hierarquia da corte (...) os escândalos, as intrigas, as disputas por favores não tinham fim. Todos dependiam uns dos outros e todos dependiam do rei.

Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1987 (adaptado).



Doc. 2 – Cerimonial do «levantar do rei» Luís XIV.

«O que mais impressiona neste cerimonial é o seu ordenamento metódico. (...) O rei usava os seus gestos mais íntimos para reforçar as diferenças de posição social, para confirmar prestígios, para conceder favores ou para manifestar desagrado. Como se vê, a etiqueta assumia nesta sociedade e neste tipo de governo uma função simbólica do maior alcance. (...)»

in Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1987 (adaptado).

1.1 Na sua opinião, qual a importância da vida na corte para o reforço da hierarquia social do Antigo Regime? Justifique.

1.2 Caracterize a corte de Luís XIV de França.

1.3 Selecione a afirmação correta. O absolutismo régio foi um:

- (A) sistema político que se demarcou pela aplicação de série de medidas de fortalecimento do poder régio.
- (B) sistema político que vigorou na Europa do Antigo Regime e consistia numa forma de governo concentrada na pessoa do rei que recebia o poder das mãos de Deus, que lhe conferia a totalidade de poderes e a legitimidade para governar em seu nome, submetendo todos os súbditos ao seu poder.
- (C) período que marcou uma etapa do absolutismo em Portugal, através do reforço do aparelho de Estado no reinado de D. João V.
- (D) poder divino dos reis que, durante o Antigo Regime, consideravam que só tinham de prestar contas a Deus pela sua governação, assegurando a liberdade de escolha dos seus súbditos.

1.4 Enuncie as medidas do rei D. João V no plano político nacional para o reforço do absolutismo.

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A política económica de Colbert

Nada atesta melhor a grandeza e o poder de um estado como a abundância de dinheiro (...)

É necessário remover todos os regulamentos de polícia do Reino para o restabelecimento de todas as manufaturas. É necessário examinar todas as tarifas de direitos de entrada e saída.

Jean-Baptiste Colbert, 1661.

Doc. 2 – Em defesa do livre comércio entre as nações

As diferentes nações da Europa, algumas sem muito êxito, esforçaram-se por encontrar as maneiras possíveis de acumular o ouro e a prata nos respetivos países (...) ensinaram os povos a acreditar que o seu interesse consistia em arruinarem todos os vizinhos, acabando cada nação por lançar um olhar de inveja à prosperidade de todas as nações com quem comerciava e por considerar como perda sua tudo aquilo que elas ganhavam. **O comércio, que, por natureza, deveria ser para as nações, como para os indivíduos, um elo de concórdia e de amizade, tornou-se a mais fecunda fonte das querelas e das guerras.**

Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, 1776.

1.1 Na sua opinião, os autores dos documentos 1 e 2, apresentam opiniões convergentes ou divergentes? Justifique.

1.2 Demonstre como as medidas aplicadas sob orientação de Colbert impulsionaram a economia da França nos séculos XVII-XVIII.

1.3 Comente a frase destacada no documento 2.

1.4 Associe os elementos da coluna A às respetivas afirmações da coluna B.

A	B
a) Tráfico negreiro	1. «... protecionista cujo objetivo (...) a baixo preço, bem como (...) do país dominador.»
b) Capitalismo comercial	2. «... de comércio atlântico que ligava (...) e prosperou (...) suportado pelas necessidades de mão-de-obra das...»
c) Protecionismo	3. «... comércio de escravos (...) na sua maioria...»
d) Comércio triangular	4. «... exploração (...) que reserva para a metrópole os recursos e o mercado das...»
e) Mercantilismo	5. «... que defende uma forte intervenção (...). O objetivo dessa intervenção (...), identificada com a quantidade de...»
f) Exclusivo colonial	6. «... económico que se afirmou nos séculos XVI e XVII e se caracteriza pela procura do maior lucro, (...) como motor de desenvolvimento...»

Teste 2

A construção da modernidade europeia
A Revolução Americana e a Revolução Francesa

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Faça corresponder os elementos da coluna A com os elementos da coluna B.

A	B
a) Viagens de exploração	1. Galileu Galilei
b) <i>Enciclopédia</i>	2. Francis Bacon
c) Teoria da lei gravitacional universal	3. James Cook e Bougainville
d) Teoria da circulação do sangue	4. Diderot e D'Alembert
e) Teoria heliocêntrica	5. William Harvey
f) Deísmo	6. Turgot e Condorcet
g) Contrato Social	7. René Descartes
h) Etapas do método experimental ou indutivo	8. Isaac Newton
i) Separação dos poderes	9. Rousseau
j) Crença na razão e no progresso	10. Montesquieu
k) Liberalismo político	11. John Locke
l) Método científico	12. Voltaire

II

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A revolução científica

Se entrarmos no jogo das origens, parece igualmente legítimo recuarmos meio século (...). A revolução científica iniciou-se (...) nos anos de 1620-1640. Em 1623, Galileu já tinha declarado (...) que a «Natureza está escrita em linguagem matemática» e, em 1623, nos seus *Diálogos sobre os Dois Sistemas do Mundo*, punha em cena dois engenheiros para simbolizar perfeitamente que a Natureza era um mecanismo que o Homem podia dominar e transformar. O *Discurso do Método*, de 1637, pode ser considerado o manifesto do racionalismo dominante: são muitos os temas dos fins do século que já se encontram em Descartes, como a relatividade dos costumes ou a superioridade dos modernos sobre os antigos.

Philippe Joutard, «A crise do pensamento europeu no limiar do século XVIII»
in *História Universal*, vol. IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1985 (adaptado).

Doc. 2 – A ciência no século XVII

No processo de aquisição de conhecimentos científicos estabeleciam-se quatro fases: a observação, que consistia em reunir o maior número possível de dados e informações sobre o objeto cuja natureza se procura conhecer; a elaboração de hipóteses explicativas, que incluía uma interpretação racional dos fenómenos observados e das suas relações, interpretação que devia reduzir-se a uma formulação matemática, isto é, a uma linguagem precisa e inequívoca; chegava-se finalmente à verificação da hipótese elaborada, mediante uma nova observação ou experimentação.

Miguel Avilés, in *Grande História Universal*, vol. XIX, Lisboa, Ediclube (adaptado).

- 1.1** Refira-se o Homem moderno considerava que tinha, ou não, de suplantar o conhecimento dos Antigos.
- 1.2** Indique de que forma se deveria construir e comunicar o conhecimento segundo os Homens do século XVII.
- 1.3** Explique em que consistia o método experimental.



1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A Razão libertadora

As Luzes representam a saída do Homem do estado de tutela que impôs a si próprio. O estado de tutela é a incapacidade de se servir do seu próprio entendimento (raciocínio) sem orientação de outrem. (...) A tutela não resulta da falta de Razão mas da falta de determinação ou coragem para a usar sem a orientação de outro Homem. *Sapere aude* [Ousa conhecer e agir]! Tem coragem para usar a tua própria Razão! Essa é a divisa do iluminismo.

Immanuel Kant, *O Que é o Iluminismo?*, 1784 (adaptado).

Doc. 2 – A crença no progresso e a busca da felicidade

A. Deverá a espécie humana melhorar, quer por novas descobertas nas ciências e nas artes e, como consequência necessária, nos meios de bem-estar individual e da prosperidade comum; quer por progressos nos princípios de conduta e de moral prática; quer, enfim, pelo aperfeiçoamento real das faculdades intelectuais, morais e físicas...

Condorcet, *Quadro dos Progressos do Espírito Humano*, 1793.

B. Fazia-se descer o céu à terra. Já não podia sequer existir a diferença de espécie entre o céu e a terra. Supondo que fosse concebível uma outra existência, como se poderia acreditar que, para se ser feliz, ela deveria ser comprada com a moeda da infelicidade? Como acreditar que, para ser feliz, era necessário partir do sofrimento? Era impossível que Deus se tivesse dado ao gracejo de nos privar da felicidade enquanto existimos, para no-la dar quando já não somos deste mundo.

Paul Hazard, *O Pensamento Europeu no século XVIII*, 1989.

Doc. 3 – Os ideais iluministas

Para compreender bem o que é o poder político e recuar à sua, torna-se necessário considerar o estado em que todos os Homens se encontram naturalmente: é um estado de perfeita liberdade, em que regulam as suas ações e dispõem dos seus bens e pessoas como muito bem entendem (...). É também um estado de igualdade, no qual todo o poder e toda a jurisdição são recíprocos, ninguém dispondo mais deles do que outro. (...) De cada vez que um certo número de Homens, unindo-se para formar uma sociedade, renunciavam, cada um por si, ao seu poder de fazer executar a lei natural [poder executivo] e a cedem à coletividade, então, e só então nasce uma sociedade política ou civil. (...) Em todos os Estados, a lei positiva primeira e fundamental é a que estabelece o poder legislativo (...) Esse poder legislativo constitui não somente o poder supremo do Estado. (...) Cada vez que os legisladores se apossam (...) dum poder absoluto sobre as vidas, as liberdades e os bens do povo, perdem, ao falharem a sua missão, poder confiado pelo povo com fins diretamente opostos. O poder regressa então a este [povo], que tem o direito de retomar a liberdade original, e, instituindo um novo poder legislativo, de garantir a sua própria segurança, que é a razão de ser da sociedade.

John Locke, *Ensaio Sobre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Poder Civil*, 1690 (adaptado).

1.1 Explique os princípios do iluminismo.

A sua resposta deve integrar, pela ordem que entender, os seguintes elementos:

- a apologia da Razão e o Progresso como caminho para a Felicidade;
- os valores naturais do indivíduo, a separação dos poderes e a defesa do contrato social;
- as novas ideias relativas à religião.

IV

1. Analise os seguintes documentos.



Doc. 1 – Frederico II, rei da Prússia, com Voltaire e vários cientistas da Academia das Ciências de Berlim (pintura de A. Menzel, 1850).



Doc. 2 – O marquês de Pombal e a reconstrução da Baixa de Lisboa (pintura de Louis-Michel van Loo, Museu da Cidade de Lisboa).

Doc. 3 – As ideias de Ribeiro Sanches acerca do ensino

Mostrei que as Universidades Católicas são de Instituição Eclesiástica [religiosa], e que nelas ensinam somente aqueles conhecimentos, que conservam e aumentam a autoridade e a primazia dos Eclesiásticos [Clero]; que nas Universidade não se ensinam a Física, a História Natural, as Matemáticas, a Astronomia, a Filosofia Moral, o Direito das Gentes, nem as nossas Ordenações, Ciências das quais necessita o Estado para o seu bom governo, e aumento; e que só ao Soberano pertence fundar estes Estudos, e aos Mestres seculares [não religiosos] ensinar neles; do mesmo modo que só é da competência dos Eclesiásticos ensinar a Teologia, Escritura Sagrada e Cânones, e a eles mesmos estudar estas ciências.

Ribeiro Sanches, colaborador português da *Enciclopédia, Cartas Sobre a Educação da Mocidade*, 1760 (adaptado).

1.1 Identifique, com base nos documentos 1 e 3, os meios de difusão das ideias iluministas.

1.2 Explique se o marquês de Pombal, ministro de D. José I, partilhava, ou não, das ideias políticas de Frederico II, rei da Prússia.

1.3 Relatone o papel dos «estrangeirados», como Ribeiro Sanches, para a reforma do ensino em Portugal.

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A Revolução Americana: o seu significado

A Revolução Americana pode ser considerada como a primeira de uma série de revoltas coloniais que se viriam a desenrolar por cerca de 50 anos (...). A época do domínio colonial direto sobre populações europeias além-mar tinha terminado. Outra consequência da Revolução Americana foi que a América do Norte passou a ser explorada, povoada e dominada por um povo independente, de língua inglesa, e partilhando muito da cultura inglesa. (...) A história do Mundo teria sido muito diferente se os colonos tivessem sido formados, por exemplo, pelas ideias francesas (...) de monarquia absolutista. (...) Os Estados Unidos da América eram também o primeiro Estado importante a tornar-se uma república (...). O novo Estado era também uma democracia – talvez não no sentido perfeito, mas de uma forma mais completa que outros grandes Estados. Era uma questão de princípio: as palavras iniciais da Constituição são «Nós, o Povo».

J. M. Roberts, *A Europa à Conquista do Mundo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1981 (adaptado).

Doc. 2 – A Revolução Francesa

A França, porém, fez as suas revoluções e deu-lhes as suas ideias até ao ponto de a bandeira tricolor inspirar os emblemas de todas as nações e a política europeia, entre 1789 e 1917, ser em grande parte a luta contra ou a favor dos princípios de 1789, ou dos princípios incendiários de 1793. (...) A última parte do século XVIII foi uma época de crise para os antigos regimes da Europa e para os seus sistemas económicos, estando as últimas décadas repletas de agitações políticas por vezes culminando em revolta.

Eric Hobsbawm, *A Era das Revoluções*, Lisboa, Presença, 1962 (adaptado).

1.1 Para responder a cada um dos itens (1 e 2) selecione a opção que lhe parece mais adequada.

1.1.1 Segundo J. M. Roberts, a Revolução Americana ocorreu devido:

- (A) ao poder absoluto inglês sobre os treze territórios do norte da América que deram origem aos Estados Unidos da América.
- (B) às medidas económicas e fiscais tomadas pela Inglaterra sem ter em consideração a perspetiva dos colonos americanos.
- (C) à partilha dos princípios do despotismo esclarecido que pretendiam a concretização de alguns princípios iluministas.
- (D) à partilha dos princípios liberais que foram colocados em prática com a Revolução de 1789 em França.

1.1.2 Segundo J. M. Roberts, a Revolução Americana foi inovadora e inspiradora porque:

- (A) instaurou um Estado Federal segundo os princípios republicanos e democráticos tendo sido um exemplo seguido pela Venezuela, Argentina e outros países da América do Sul.
- (B) instaurou uma Monarquia que respeitava os princípios definidos pela Constituição e a *Declaração dos Direitos do Homem* tendo sido inspiradora de revoltas na Europa.
- (C) demonstrou que era possível libertar-se das estruturas do Antigo Regime a nível político, social e económico, funcionando como um tubo de ensaio para outros países.
- (D) instaurou uma monarquia em que o poder se encontrava concentrado nas mãos dos representantes do Senado e do Presidente da República.

1.2 Distinga o contexto e os regimes políticos instaurados com a Revolução Americana e a Revolução Francesa (docs. 1 e 2).

Teste 3

A implantação do liberalismo em Portugal
O legado do liberalismo na primeira metade do século XIX

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A importância do Brasil no século XIX

Lastimavam-se todos da continuação da ausência de Sua Majestade e da real família, o que não podia deixar de reduzir este reino ao estado de colônia: eram palpáveis os efeitos do tratado de comércio feito pelo conde de Linhares e da livre entrada das nações estrangeiras nos portos do Brasil (...). Entretanto saíram daqui para o Brasil as nossas tropas e o nosso dinheiro, e duas partes dos rendimentos públicos, que não tinham proporção com os recursos da Nação, e que estava governado por um chefe estrangeiro.

Memórias de Francisco Manuel Trígoso de Aragão Morato (adaptado).

Doc. 2 – O liberalismo em Portugal

A revolução liberal foi, paradoxalmente, um movimento de expectativas antagônicas, pois os seus mentores eram conservadores, quando esperavam retomar a hegemonia sobre o Brasil retirando-lhe a categoria de reino, ao mesmo tempo que eram progressistas ao quererem introduzir o constitucionalismo em Portugal. A primeira reunião das cortes teve lugar a 21 de janeiro de 1821, e a 19 de fevereiro os parlamentares ordenaram que o príncipe regressasse, mas foi el-rei D. João VI que voltou, tendo chegado a Lisboa a 4 de julho.

O ano de 1820 marcou, (...), o princípio do fim da monarquia absoluta em Portugal, consumada definitivamente catorze anos depois. O parlamentarismo assumia-se como a fonte do poder legislativo e o legitimador do poder executivo, e o rei via os seus poderes significativamente diminuídos. Os liberais chegaram facilmente ao poder, mas as forças tradicionalistas, agarradas aos ideais do Antigo Regime, não tardaram a reagir e o país prepara-se para a mais longa guerra civil da sua História.

João Paulo Oliveira e Costa, *Episódios da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

Doc. 3 – A precaridade da legislação vintista

Não há aqui outra indústria, outros meios de subsistência que os da agricultura; porém, esta fonte de riqueza vai estancando com os enormes pesos que a espezinham. Pagamos foros, pagamos jugadas, pagamos dízimas, sisas, subsídios, décimas, etc. Que pode ficar ao agricultor para sustentar a vida? Penúria, miséria, lágrimas em prémio dos seus suores estéreis, porque só aproveitam a indivíduos que mantêm a ociosidade dos trabalhos do pobre. Os efeitos deste estado de coisas são os que naturalmente podem ser, a lavoura está em abandono, a população diminui progressivamente e por conseguinte, faltando os braços, a ruína inteira da população é o resultado infalível.

Petição às Cortes de 16 de maio de 1821 in Albert Silbert,
Le Problème Agrarie Portugais au Temps des Premières Cortes Liberales (adaptado).

1.1 Indique os principais fatores que conduziram à Revolução Liberal Portuguesa (doc. 1).

1.2 Caracterize a Constituição de 1822 (docs. 2 e 3).

1.3 Refira as principais dificuldades na concretização das medidas legislativas vintistas (docs. 2 e 3).

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A independência do Brasil

Pedro! Se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para alguns desses aventureiros.

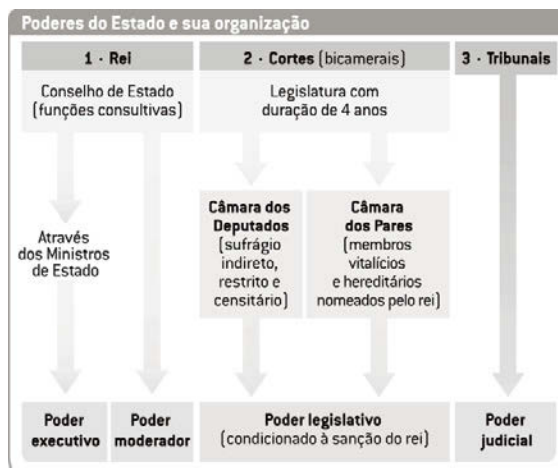
Palavras tradicionalmente atribuídas ao rei D. João VI, dirigidas ao seu filho D. Pedro antes de regressar a Portugal, em 1821.



Doc. 2 – D. Miguel.



Doc. 3 – D. Carlota Joaquina.



Doc. 4 – Organização de poderes da Carta Constitucional de 1826.

Doc. 5 – O setembrismo

A guerra civil, que só termina em 1834, bloqueia este ligeiro surto industrial e desorganiza totalmente a débil economia nacional.

Terminada a guerra civil, a partir de 1836 deteta-se um novo surto industrial que irá prolongar-se até 1842 e que decorre de um período de baixa de preços e de forte défice da balança comercial. Os estabelecimentos industriais aumentam, ao mesmo tempo de que vão instalando máquinas a vapor. Este arranque industrial é devido à tarifa alfandegária de 1837, elaborada pelos setembristas e que constitui a primeira reação ao monopólio inglês institucionalizado pelo tratado de 1808 e, possivelmente, a única tentativa de proteção da indústria portuguesa até finais do século XIX. A experiência setembrista foi porém demasiado curta para que a sua política económica pudesse produzir um impacto significativo na débil indústria portuguesa. Logo em 1842, a retomada do poder pelos cartistas que representavam os interesses dos grandes comerciantes, marca o fim desta experiência, renovando o tratado de comércio com a Inglaterra, o qual, como se sabe, ligava os dois países desde o tratado de Methuen (1703).

Fernando de Sousa, «A industrialização em Portugal no século XIX», in *Reflexões sobre a História e Cultura Portuguesa*, Lisboa, 1982 (adaptado).

Doc. 6 – O cabralismo

A crise agrícola europeia, que se agudizava desde 1837, acentua-se após o inverno rigoroso de 1844-1845, que agrava o decréscimo da produção. Em 1846-1847, a situação económica é ainda mais preocupante devido à praga da batata, à intensa seca que se fez sentir e, consequentemente, às más colheitas. O aumento do preço dos cereais e dos produtos de primeira necessidade, a crise geral de subsistência e a baixa de salários fazem recrudescer o mal-estar social. A par de uma

situação débil da agricultura, subsiste um inquietante estado financeiro, que se repercute no campo industrial e a nível comercial.

A fome, o desemprego, a instabilidade política, o crescente descontentamento em relação à administração opressora e ao poder oligárquico explicam a persistência das insurreições, das guerrilhas, do aumento do banditismo e, enfim, da tentativa de reorganização das forças setembristas e do alento da fação miguelista.

Maria Manuela Tavares Ribeiro, «A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Estampa, 1998.

1.1 Relacione a independência do Brasil com o regresso a Portugal de D. João VI.

1.2 Demonstre, partindo da análise dos documentos, de que forma o liberalismo em Portugal resultou de um percurso revolucionário, e por vezes contrarrevolucionário, e não apenas da revolução de 1820.

A sua resposta deve integrar, pela ordem que entender, os seguintes elementos:

- dificuldades na implementação do regime liberal;
- oposição entre cartismo e setembrismo;
- o cabralismo e a indignação popular.

1.3 Associe os conceitos da coluna A à respetiva definição da coluna B.

A	B
a) Carta Constitucional	1. Tendência do liberalismo português que se caracterizava pela restrição do poder do rei, valorização da soberania nacional e restrições aos privilégios da nobreza e do clero.
b) Vintismo	2. Movimento que defendia os princípios presentes na Constituição de 1822, afirmando a soberania popular.
c) Cartismo	3. Movimento político associado à governação de Costa Cabral e que se distinguiu pelo abuso do poder, pela reposição da Carta Constitucional e pela aplicação de medidas modernizadoras na administração e na fiscalidade.
d) Setembrismo	4. Forma de governo que valorizava a Carta Constitucional de 1826, reafirmou o poder régio e repôs alguns dos privilégios da nobreza e do clero.
e) Cabralismo	5. Lei fundamental de um Governo que estabelece os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, definindo os poderes do Estado.



1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – O voto universal

Muita gente, na Europa, acredita sem dizer ou diz sem acreditar, que uma das grandes vantagens do voto universal é o de chamar à direção dos negócios os homens dignos de confiança pública. (...) À minha chegada aos Estados Unidos da América fui tomado de surpresa, ao descobrir até que ponto o mérito era comum entre os governadores, e quanto era pouco nos governantes. (...)

Logo que entráis na sala dos Representantes [Câmara dos Representantes] em Washington, sentis-vos surpreendidos com o aspeto vulgar desta grande assembleia. São na maior parte advogados de aldeia, comerciantes, ou mesmo homens que pertencem às classes mais baixas. Num país onde a instrução está quase completamente difundida, diz-se que os representantes do povo nem sempre sabem escrever corretamente.

A dois passos de lá abre-se a sala do Senado. (...) Qual a causa deste bizarro contraste? Porque é que a primeira assembleia reúne tantos elementos vulgares, enquanto a segunda parece ter o monopólio dos talentos e das «luzes»? Uma e outra, no entanto emanam do povo, uma e outra são o produto do sufrágio universal, e nenhuma voz, até agora, se ergueu na América para afirmar que o Senado fosse inimigo dos interesses populares (...): a eleição que cria a Câmara dos Representantes é direta; aquela donde o Senado provém está sujeita a dois graus. (...) Não terei dificuldade em reconhecê-lo: vejo no duplo nível eleitoral o único meio de colocar o uso da liberdade política ao alcance de todas as classes do povo.

Alexis de Tocqueville, historiador e político francês, *Da Democracia na América*, 1835.

Doc. 2 – O liberalismo económico

O argumento social da economia política de Adam Smith era, a um tempo, elegante e consolador. É verdade que a humanidade consistia essencialmente em indivíduos soberanos com uma certa constituição psicológica, que perseguiram o interesse próprio em concorrência uns com os outros. (...)

O progresso era, portanto, tão «natural» como o capitalismo. A sua marcha era inevitável, se se removessem todos os obstáculos artificiais que se haviam erguido no passado, e era evidente que o progresso da produção caminhava lado a lado com o das artes, das ciências e da civilização em geral.

Eric Hobsbawm, *A Era das Revoluções*, Lisboa, Presença.

1.1 Exponha os fundamentos sobre os quais assenta o liberalismo no século XIX.

IV

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – O romantismo

Durante este período [1789-1848], é um facto indelmentível que os artistas eram diretamente inspirados pelas questões públicas e que nelas se deixavam envolver. Mozart escreveu uma ópera de propaganda – *A Flauta Mágica* [1790] – para uma organização altamente política, a Maçonaria, Beethoven dedicou *A Heroica* a Napoleão, como herdeiro da Revolução Francesa. (...) Dickens escreveu romances em que atacou os abusos sociais. (...) Wagner e Goya viram-se forçados a partir para o exílio por razões de ordem política

Eric Hobsbawm, *A Era das Revoluções*, Lisboa, Presença, 1.ª edição, 1978.



Doc. 2 – Os massacres de Quíos, de Delacroix, 1824. A temática deste quadro inspira-se na guerra da independência do povo grego.

1.1 Explique de que forma o romantismo valorizou o liberalismo.

1.2 Associe os autores da coluna A com as áreas artísticas na coluna B.

A	B
1. Almeida Garrett, Victor Hugo, Alexandre Herculano, Baudelaire, Madame de Staël, Alexandre Dumas, Schiller, Lord Byron.	a) Pintura
2. Charles Barry, Augustus Pugin, James Knowles, Albano Cascão.	b) Literatura
3. Richard Wagner, Chopin, Lizst, Sibelius, Grieg, Tchaikovsky, Verdi.	c) Escultura
4. François Rude, Soares dos Reis, Simões de Almeida, Alberto Nunes.	d) Arquitetura
5. Goya, Domingos António Sequeira, Delacroix, Turner, Tomás de Anunciação.	e) Música

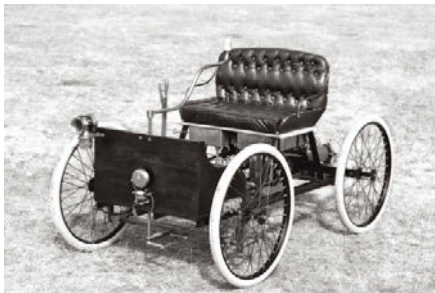
Teste 4

As transformações económicas na Europa e no mundo
A sociedade industrial e urbana

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Analise os seguintes documentos.



Doc. 1 – Quadriciclo: primeiro veículo com motor de Henry Ford (1898).



Doc. 2 – Máquinas na Exposição Universal de Paris (1900).



Doc. 3 – Conversor de Bessemer (1856). Permitia purificar o ferro em apenas 20 minutos – processo que costumava demorar um dia inteiro.



Doc. 4 – O Turbina, um dos primeiros barcos com turbinas movidas a vapor, em 1897.



Doc. 5 – A aspirina, Bayer, Alemanha (1899).

1.1 Refira as três indústrias que detinham o papel mais relevante na economia do século XIX.

1.2 Descreva os investimentos realizados na investigação e desenvolvimento de novas tecnologias no quadro da expansão da Revolução Industrial do século XIX.

1.3 Selecione a(s) afirmação(ões) correta(s).

A Revolução industrial conheceu uma progressiva evolução ao longo do século XIX, nomeadamente através da(s):

- (A) indústria metalúrgica que teve um desenvolvimento acelerado obtendo avanços muito significativos em termos tecnológicos e técnicos.
- (B) inovações já existentes no século XVIII como a utilização do coque para a fundição dos metais e a invenção de um conversor que transformava o ferro em aço de forma mais eficaz.
- (C) descobertas científicas e progresso tecnológico a que se assistiu no século XIX numa linha de progressos cumulativos. Ou seja, uma nova descoberta científica conduzia à produção de um novo bem, fosse este para consumo ou para uma nova máquina.
- (D) utilização do carvão utilizado inicialmente no fabrico de pez e betume e para calafetar os barcos, e logo de seguida na produção de lubrificantes e na iluminação contribuindo para os avanços da indústria petroquímica.

1. Analise os seguintes documentos.



Doc. 1 – A linha de montagem do Ford T (1908).

Doc. 2 – O Ford, modelo T: o primeiro carro de produção em série

O primeiro carro de produção em série do mundo: o Ford T. (...) Era um carro bem construído e relativamente fácil de conduzir graças à sua transmissão semiautomática cíclica de 3 marchas. (...) O Ford T foi o primeiro carro mundial a ser fabricado em vários países simultaneamente. As sobras de madeira usadas na produção do carro eram reaproveitadas para serem transformadas em carvão vegetal, o que comprova que Henry Ford (1863-1947) estava à frente de seu tempo. A sua produção iniciou-se em 1908 e em 19 anos alcançou mais de 15 milhões de unidades comercializadas, marca ultrapassada apenas em 1972 pelo Volkswagen Beetle (o Carocha).

Adaptado de <http://autogaragem.wordpress.com>, consultado em março de 2014.

Doc. 3 – A industrialização da agricultura

Durante o século XIX, uma série cada vez maior de melhorias técnicas ficou à disposição dos agricultores europeus, e como a rede de transportes se alargou, a especialização e a produção para o mercado tornaram-se um fenómeno generalizado. (...) A própria agricultura estava a tornar-se "industrializada". Muitos dos seus ingredientes provinham de uma indústria ou mecânica avançada ou eram trazidos para a quinta por um sistema de transporte altamente capitalizado. (...) Os consumidores exigiam uma produção estandardizada e qualificada, bem empacotada e enviada para mercados distantes nas melhores condições.

Tom Kemp, *A Revolução Industrial na Europa*, Lisboa, Edições 70, 1987.

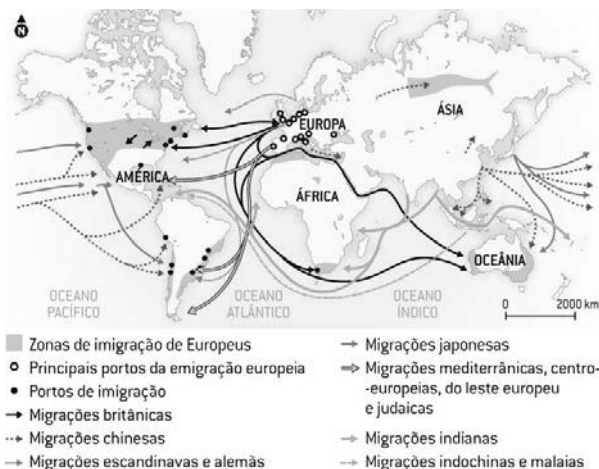
Doc. 4 – A relação entre a liberdade e a riqueza

Cada indivíduo em particular põe toda a sua energia para empregar, com a maior vantagem, o capital de que dispõe. O que, desde logo, se propõe é o seu próprio interesse, não o da sociedade; porém, estes mesmos esforços para com o seu interesse coincidem com a utilidade social (...). Todo o sistema baseado nas preferências ou nas restrições [medidas protecionistas – monopólios, impostos alfandegários] deve ser prescrito [abolido], para que dê lugar a um sistema resultante da liberdade agrícola, mercantil e manufatureira. Conquanto não viole as leis da justiça, todo o homem deve ser perfeitamente livre para escolher o seu modo de vida e os seus interesses. E as suas produções devem competir com as de qualquer outro indivíduo.

Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, 1776.

- 1.1 Explique o processo de trabalho aplicado à indústria automóvel lançado por Henry Ford.
- 1.2 Relacione a divisão do trabalho e a especialização de tarefas com o início da sociedade de consumo.
- 1.3 Caracterize as transformações económicas na Europa e no mundo, no século XIX, considerando: a confiança nos mecanismos autorreguladores do mercado; as crises do capitalismo; o mercado internacional.

1. Analise os seguintes documentos.



Doc. 1 – Fluxos migratórios internacionais no século XIX.

Doc. 2 O fascínio da emigração

Os homens transitam do Norte para o Sul, de Leste para Oeste, de país para país, em busca de pão e de um futuro melhor (...).

A terra em que nasceram (...) existe apenas, como o resto do mundo, para fruição de uma minoria. Eles (...) querem também viver, querem usufruir regalias iguais às que desfrutam os homens privilegiados. E deslocam-se, e emigram, e transitam de continente a continente, de hemisfério a hemisfério, em busca do seu pão.

Ferreira de Castro, *Emigrantes*, Lisboa, Guimarães Editores, 1982

- 1.1 Indique os fluxos migratórios internos e externos provocados pelo crescimento acelerado da população.
- 1.2 Distinga «migrações regionais» e «êxodo rural».
- 1.3 Explique o fascínio exercido pelos novos países americanos sobre os emigrantes europeus.

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – Crianças operárias

Na Fábrica de Lanifícios da Arentela são admitidos menores do sexo masculino, de 9 anos para cima e de feminino de 10 anos para cima; a duração do trabalho é de sol a sol. Na de Produtos Químicos e Sabão, na vila do Seixal, só se admitem, além dos operários maiores, mulheres de 15 anos para cima e não há trabalho noturno.

As condições em que vivem os menores nelas empregados, quando não sejam muito boas, não me parece contudo o trabalho por eles prestado deixar de ser compatível com as suas forças, atendendo mesmo à pobreza deles, que por grande necessidade se dedicam.

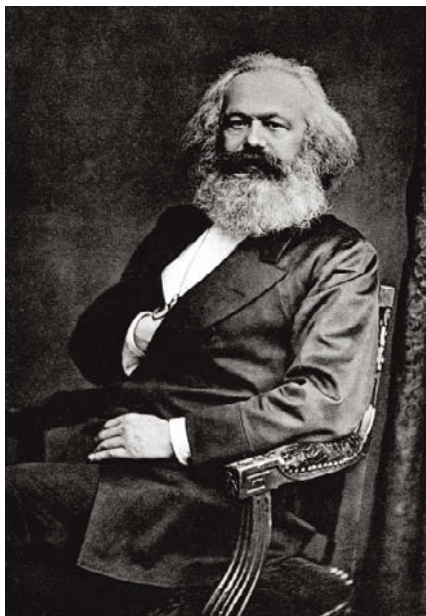
O Administrador, G.J. d'Oliveira Braga Fonte,
Arquivo Municipal do Seixal (sem data).



Doc. 2 – O trabalho na fábrica processava-se ao ritmo da(s) máquina(s). Era controlado por capatazes que exerciam uma apertada vigilância sobre o(s) operário(s), neste caso, uma criança.

- 1.1 Caracterize as condições de trabalho dos operários no século XIX, considerando:
 - o vínculo laboral;
 - a duração do dia de trabalho;
 - o trabalho infantil.

1. Analise os seguintes documentos.



Doc. 1 – Karl Marx (1818-1883).

Doc. 2 – O movimento operário

O *Congresso de Amiens* (1906) confirma o art.º 2.º constitutivo da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores).

O Congresso considera que esta declaração é um reconhecimento económico dos trabalhadores em revolta contra todas as formas de exploração e de opressão, tanto materiais como morais, dirigidas pela classe capitalista contra a classe operária.

O Congresso precisa, pelos pontos seguintes, esta afirmação teórica: na obra reivindicativa quotidiana, o sindicato prossegue a coordenação dos esforços operários, o crescimento do bem-estar dos trabalhadores pela realização de melhoramentos imediatos, tais como a diminuição das horas de trabalho, o aumento de salários, etc.

Mas esta tarefa é apenas um aspeto da obra do sindicalismo: prepara a emancipação integral que só pode acontecer pela expropriação do capitalismo; preconiza como meio de ação a greve geral e considera que o sindicato, hoje agrupamento de resistência, será, no futuro, o grupo de produção e de repartição, base da reorganização social.

«Carta de Amiens» in
René Rémond, *Introdução à História do Nosso Tempo, do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Lisboa, Gradiva, 1994.

1.1 Enquadre a organização do movimento operário expresso no documento 2 nas propostas socialistas preconizadas por Karl Marx.

1.2 Associe os conceitos da coluna A às respetivas definições da coluna B.

A	B
a) Internacional Operária	1. «(...) criada na segunda metade do século XIX, com o propósito de lutar pela defesa dos seus (...) profissionais. Distingue-se das restantes associações pela ação organizada e constante de todos os seus membros unidos no combate pela melhoria (...)»
b) Marxismo	2. «(...) de trabalhadores de inspiração marxista que agrega as organizações (...) espalhadas pelo mundo. Fundada em Londres, em 1864, contribuiu (...)»
c) Sindicato	3. «(...) defendida por Karl Marx que defendia a coletivização (...) e a tomada do poder político pelo (...) através da união de todos os operários do mundo de forma a levar a cabo uma revolução (...)»

Teste 5

Evolução democrática, nacionalismo e imperialismo
Portugal: uma sociedade capitalista dependente

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Faça corresponder os conceitos da coluna A às definições da coluna B.

A	B
a) Colonialismo	1. Modo de organização política que vigorou desde o fim do século XIX e início do século XX no mundo ocidental e que se caracterizou pelo reforço da representação da vontade da Nação.
b) Demoliberalismo	2. Um Estado domina militar, política, económica e culturalmente outros territórios que não são independentes.
c) Imperialismo	3. Sentir pertença e identificar-se com um povo ou uma comunidade, partilhando a língua, a religião, as tradições culturais, os costumes e uma história comuns.
d) Nacionalismo	4. Um Estado domina militar, política, económica e culturalmente outros países independentes em todas estas dimensões ou só em algumas.

II

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A defesa do sufrágio universal

Hoje, cidadãos, se o sufrágio universal fosse anulado, o que seria da ordem em França, pois a ordem verdadeira – esta ordem profunda e durável a que chamo ordem republicana – não pode existir, ser protegida, defendida, assegurada, a não ser em nome da maioria que se exprime pelo sufrágio universal. (...) Ora bem, eu não faço a defesa do sufrágio universal para os republicanos, para os democratas puros; eu falo para os conservadores que se preocupam com a moderação praticada na vida pública.

Discurso de Gambetta, presidente da III República Francesa, a 9 de outubro de 1877 (adaptado).

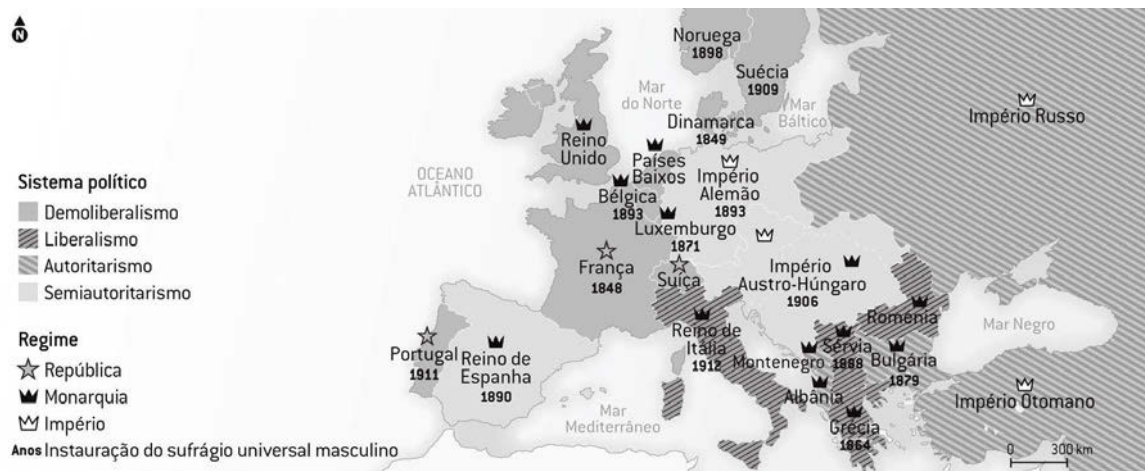


Doc. 2 – Movimento sufragista em Manchester (1865).

1.1 Distinga os regimes liberais: monarquia constitucional e república.

1.2 Relacione os documentos 1 e 2 com os conceitos de sufrágio censitário e de sufrágio universal.

1. Analise o seguinte documento.



Doc. 1 – A Europa política no início do século XX.

1.1 Assinale com **V** as afirmações que considera verdadeiras e com **F** as afirmações que considera falsas. Corrija as afirmações falsas.

- No fim do século XIX, início do século XX, coexistiam Estados demoliberais com regimes autoritários e conservadores.
- Os sistemas políticos autocráticos respeitavam os órgãos e os direitos concedidos aos cidadãos, tendo o imperador frequentemente imposto a sua vontade.
- Os regimes autocráticos mantiveram os privilégios da nobreza, dos militares e do clero, apoiando a Igreja e a religião oficial, pois esta era mais uma forma de controlar as ideias de liberdade.
- A língua e a religião dos povos dominados pelos Impérios Europeus eram respeitadas, não existindo qualquer meio de repressão por parte dos dominadores.
- Os movimentos nacionais de unificação inspirados pelas ideias demoliberais lutavam pelo ideal de nacionalismo.
- A Itália, em 1871, conseguiu unificar-se num só país realizando o desejo de Vítor Emanuel II e teve como capital Milão.
- Na unificação dos Estados alemães destacou-se Garibaldi, ao serviço de Guilherme I.

2. Analise o seguinte documento.

Doc. 2 – As rivalidades industriais e coloniais

Deste modo, entre 1880 e 1914, a Alemanha deu o salto económico mais prodigioso da História. Seguindo o exemplo dos Ingleses e dos Franceses, [a Alemanha] adotou a ideia de expansão para o ultramar, quer para se abastecer de matérias-primas, quer para ampliar os seus mercados. Mas o mundo inteiro, ou quase, estava já conquistado e dividido e a Alemanha dificilmente podia encontrar um «lugar ao sol» (...).

Marc Ferro, «A Grande Guerra – 1914-1918», *História Universal*, vol. IX, Publicações Alfa, 1985 (adaptado).

2.1 Relacione a expansão do desenvolvimento económico europeu com o clima crescente de rivalidade colonial.

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A política de Fontes Pereira de Melo

Temos tido cinco anos de paz profunda, e a mais completa liberdade. Temos (...) satisfeitos os encargos da dívida interna e externa. (...) Uma secção de trinta e seis km de caminhos-de-ferro dentro em pouco vai abrir-se à exploração e trabalha-se nas linhas de Vendas Novas e de Sintra. Noventa e duas léguas de estrada foram construídas (...). Fizeram-se dezassete pontes importantes e trabalha-se em vinte e oito. Está-se montando um telégrafo elétrico.

Fontes Pereira de Melo, *Discursos do Ministro da Fazenda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

Doc. 2 – A industrialização na segunda metade do século XIX em Portugal

Em 1871 havia apenas oito fábricas de fiação e tecelagem de algodão, equipadas com cinco mil fusos e quatrocentos teares; as fábricas de tinturaria e estamparia, todas de pequena importância, eram também oito. Atualmente [1891], o número de fábricas de fiação e tecelagem orça por trinta, com trezentos mil fusos e cerca de quatro mil teares; devendo, porém, notar-se que dos aperfeiçoamentos introduzidos nas máquinas de fiar resulta que os fusos modernos produzem 150% mais do que os antigos.

Relatório da Exposição Industrial Portuguesa, 1891.

Período	N.º de debulhadoras a vapor	Utilização de adubos químicos (toneladas)
1886-1890	8	2 612
1891-1895	8	4 198
1896-1900	9	18 935
1901-1905	69	61 039

Doc. 3 – Máquinas agrícolas e adubos em Portugal.

Anos	N.º de máquinas
1835	1
1845	25
1852	70
1881	328

Doc. 4 – Máquinas a vapor em Portugal.

1.1 Explique a ação dos governos durante o período da Regeneração para o desenvolvimento de Portugal. A sua resposta deve integrar pela ordem que entender, os seguintes elementos:

- quadro político promotor de medidas que visem o progresso do país;
- o desenvolvimento de infraestruturas e meios de comunicação;
- a promoção da agricultura e o processo de industrialização português na segunda metade do século XIX.

2. Analise o seguinte documento.

Doc. 5 – A relação de Portugal com o estrangeiro

Os caminhos-de-ferro que não são do Estado pertencem a estrangeiros; a estrangeiros o melhor das nossas minas; os estrangeiros levam e trazem o que mandamos e recebemos por mar. Só o solo nos pertence, só o líquido do rendimento agrícola nos enriquece? Não. À fartura de uma população rural ignorante, junta-se a opulência das classes capitalistas de Lisboa e das cidades do Norte (...). Uma granja e um banco: eis o Portugal português.

J. P. Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 1881.

2.1 Refira se a situação de Portugal face ao estrangeiro era de dependência ou de independência. Justifique.

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A situação económico-social de Portugal no fim do século XIX

Em 1892, a crise do crédito do Estado entrelaçou-se com uma depressão económica que afetou a maior parte dos países europeus. (...) Em Portugal, o Tesouro Público viu-se sem meios para honrar as suas dívidas, o Terreiro do Paço encheu-se de desempregados a exigir trabalho, centenas de lojas fechadas na baixa lisboeta, bancos e grandes companhias abriam falência.

José Mattoso, (dir. de), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

Doc. 2 – A situação político-financeira de Portugal no fim do século XIX

Apesar de a política económica do *Fontismo* ter dado alguns frutos, muito especialmente no campo das comunicações, não houve aquele clima de euforia económica (...). A balança comercial acusava um défice permanente (...). O *Ultimatum* de 1890 provoca um alarme na consciência portuguesa, motivando grandes agitações patrióticas e antimonárquicas, pois os republicanos eram convictos imperialistas e acusavam o Governo e a Coroa de falta de patriotismo.

Manuel Pedro Rio-Carvalho, *Lisboa nos Princípios do Século - Aspetos da sua Vida e Fisionomia*, 1977.

1.1 Caracterize a situação económica, financeira e social de Portugal nos finais do século XIX.

1.2 Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos:

- | | |
|-------------------------------------|--|
| a) Revolta de 31 de janeiro de 1891 | f) Fundação do Partido Republicano Português |
| b) Instauração da República | g) Ditadura de João Franco |
| c) «Mapa Cor-de-Rosa» | h) Ultimato Britânico |
| d) Regicídio | |
| e) Constituição de 1911 | |

2. Analise o seguinte documento.

Doc. 3 – A Constituição de 1911

Título II – Art.º 3.º - A República Portuguesa não admite privilégio de nascimento, nem foros de nobreza, extingue os títulos nobiliárquicos e de conselho. (...)

Art.º 5.º - O Estado reconhece a igualdade política e civil de todos os cultos [religiões] (...).

Art.º 6.º - Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, nem perguntado por autoridade alguma acerca da que professa. (...)

Art.º 11.º - O ensino primário elementar será obrigatório e gratuito.

Título III – (...) Art.º 5.º - A soberania reside essencialmente na Nação.

Art.º 6.º - São órgãos de Soberania Nacional o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judicial, independentes e harmónicos entre si.

Art.º 7.º - O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso da República, formado por duas Câmaras, que se denominam Câmara de Deputados e Senado. (...)

Art.º 26.º - Compete privativamente ao Congresso da República: 1.º Fazer as leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las.

Constituição da República Portuguesa, 1911 (adaptado).

2.1 Identifique os artigos da Constituição que podem estar relacionados, respetivamente, com:

- | | |
|---|------------------------|
| a) modo de organização do Estado português; | c) reforma do ensino; |
| b) medidas anticlericais; | d) reforma da Justiça. |

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Analise o seguinte documento.

Doc. 1 – A ciência

A partir dos finais do século XVIII, a ciência tem vindo a crescer a um ritmo cada vez mais acelerado, de década para década. Avançou-se mais nos dois últimos séculos do que nos milénios anteriores da História da Humanidade. Por isso, atualmente, as histórias da ciência são obras de uma equipa numerosa de estudiosos e especialistas nas variadas disciplinas que constituem o universo científico. (...)

O século XIX é intencionalmente conhecido como um «século de explosões» no domínio científico (René Taton, 1981). Pretende-se, deste modo, dizer que no século XIX se deu uma profunda renovação e desenvolvimento das matérias científicas no quadro de um clima mental de indagação afirmativa e expansionista. Por toda a Europa, o estado otimista do espírito científico dava frutos novos: uns recriados a partir de investigações pretéritas, a qual faltava a inequívoca marca de cientificidade (ciências da terra, da vida, do Homem e biomédicas), outros no prolongamento de resultados anteriormente estabelecidos (matemáticas, físicas e químicas).

Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, «Ciências»,
in José Mattoso, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Estampa, 1994.

1.1 Para responder a cada um dos itens, selecione a opção que lhe parece ser a mais adequada.

1.1.1 Segundo os autores do documento 1, a ciência:

- (A) desenvolveu-se a partir dos finais do século XVII e prolongou-se no século XVIII.
- (B) desenvolveu-se a um ritmo acelerado a partir dos finais do século XVIII e no século XIX.
- (C) desenvolveu-se a partir da década de 50 do século XVIII.
- (D) desenvolveu-se desde a Idade Moderna com o alargamento do conhecimento do mundo.

1.1.2 Segundo o documento 1, o século XIX é conhecido como «século de explosões», porque:

- (A) a Europa conheceu um grande dinamismo intelectual com o desenvolvimento científico de novos ramos de saber.
- (B) a América foi palco de inúmeras investigações científicas.
- (C) a Europa acreditava no desenvolvimento das sociedades industrializadas.
- (D) os EUA promoveram através de medidas educativas a ciência e a cultura.

1.1.3 Os autores evidenciam que a vida no século XIX era pautada pela crença:

- (A) na cultura.
- (B) na política.
- (C) na ciência.
- (D) na educação.

1.1.4 De acordo com os autores o espírito científico demarcou-se em áreas como:

- (A) as ciências sociais.
- (B) as ciências naturais, matemáticas e físico-químicas.
- (C) as ciências farmacêuticas.
- (D) as ciências políticas.

1. Analise os seguintes documentos.



Doc. 1 – Laboratório Químico da Escola Politécnica de Lisboa (c. 1857).

Doc. 2 – A importância da ciência na sociedade

No período histórico em questão, o sentido atribuído à ciência não é propriamente original relativamente ao pensamento iluminista. Pelo contrário prolonga-se e reforça-se a ideia de que a investigação científica não tem um fim em si mesma. Em Portugal, o reconhecimento da utilidade social da ciência é o princípio que preside à fundação de Academias das Ciências de Lisboa (1779), à reforma de Passos Manuel, que cria, nomeadamente, a Academia Politécnica do Porto e a Escola Politécnica de Lisboa (1837), as escolas

médico-cirúrgicas do Porto e de Lisboa (1836) e as primeiras escolas de farmácia, também em Lisboa e no Porto. O mesmo princípio norteou a fundação da sociedade das ciências médicas (1835), da Sociedade de Geografia de Lisboa (1865), do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana (1892) e outros. **Assim, a ciência é considerada válida e soberana, na medida em que se realiza a sua vocação social através da tecnologia.**

Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, «Ciências»,
in José Mattoso, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Estampa, 1994.

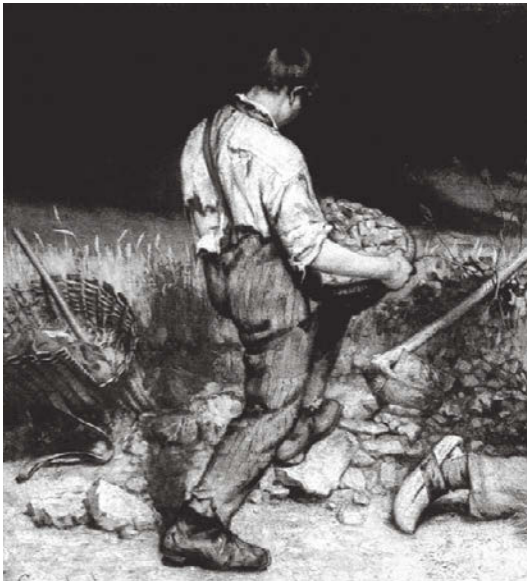
1.1 Relacione a frase destacada no documento 2 com a corrente de pensamento positivista.

1.2 Indique de que forma os documentos 1 e 2 refletem a progressiva generalização do ensino público.

1.3 Associe os nomes dos cientistas (coluna A) às respetivas áreas de investigação (coluna B).

A	B
a) Auguste Comte	1. Psicanálise
b) Sigmund Freud	2. Ondas elétricas
c) Marie e Pierre Curie	3. Descoberta dos elementos químicos: radio e polónio
d) Mendeleiev	4. Tabela periódica dos elementos químicos
e) Joule	5. Teoria da evolução através da seleção
f) Hertz	6. Criação da Sociologia
g) Becquerel	7. Descoberta dos eletrões
h) Lorenz	8. Descoberta da radioatividade
i) Jean-Baptiste de Lamarck	9. Positivismo
j) Charles Darwin	10. Teoria da evolução através da herança hereditária
k) Émile Durkheim	11. Estudos na área da Física

1. Analise os seguintes documentos.



Doc. 1 – *Os Britadores de Pedra*, Gustave Coubert, 1851 (pormenor).



Doc. 2 – *Exame de Dança*, Edgar Degas, 1874.



Doc. 3 – *A Morte do Escavador*, Carlos Schwabe, c. 1890.



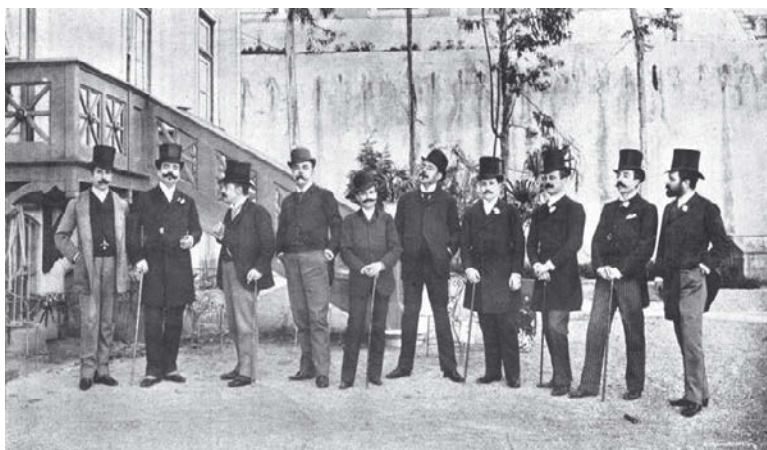
Doc. 4 – *Palácio da Música Catalã*, (pormenor do interior), Barcelona, Domènech i Montaner, 1905-1908.

- 1.1 Identifique a corrente artística de cada uma das obras apresentadas.
- 1.2 Explique de que forma o cientismo e o positivismo se refletem nas obras do realismo.
- 1.3 Evidencie os aspetos que diferenciam o documento 2 do documento 1.
- 1.4 Demonstre de que forma o documento 3 representa simbolicamente as ideias do artista.
- 1.5 Considera que a Arte Nova reflete, ou não, os ideais da sociedade industrializada? Justifique.

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – Acordar Portugal

De «conferências democráticas», assim as definiam os arautos desse movimento ideológico que pretendia acordar Portugal para as grandes transformações da Europa e do Mundo. O isolamento nacional não era apenas geográfico, pelo fatalismo a que a península Ibérica nos condenara. Era sobretudo cultural, na medida em que o País vivia alheado «das grandes preocupações intelectuais do seu tempo». Passara a época em que as nações faziam uma força da sua unidade intrínseca, encerradas num estreito patriotismo que olhava os demais países com indiferença ou, tratando-se de vizinhos, com aguerridade. A consciência de que urgia fazer comunidades mais amplas, unidas em



torno de ideias políticas que tornassem os povos mais senhores do seu destino, tal a meta que os progressistas de 1870 anteviam para o futuro das nações europeias.

Joaquim Veríssimo Serrão,
História de Portugal, volume IX,
Lisboa, Verbo, 2007.

Doc. 2 – A Geração de 70: os «Vencidos da Vida». Da esquerda para a direita, António Maria Vasco de Melo César e Meneses, Luís Augusto Pinto de Soveral, Carlos Félix de Lima Mayer, Francisco Manuel de Melo Breyner, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, Carlos Lobo d'Ávila, Bernardo Pinheiro Correia de Melo, Eça de Queirós e J. P. de Oliveira Martins.

Doc. 3 – A criação do Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes

Um povo cuja instrução é insuficiente, não pode ocupar condignamente o lugar que deve ambicionar entre as nações cultas e prósperas e independentes da época moderna. Só a cultura intelectual dá a consciência plena dos direitos, o verdadeiro amor da independência, o apreço das instituições e o incitamento ao progresso. E, diga-se a verdade, apesar do que neste ramo se tem feito por parte dos poderes públicos, e das vantagens que inegavelmente se tem colhido, Portugal é ainda, infelizmente, um dos povos da Europa menos adiantados na difusão da instrução pública pelas classes populares. As belas artes são o ornamento da cultura intelectual, e o seu estudo e a difusão do gosto que elas trazem consigo não são também causas indiferentes ao progresso industrial. Neste ramo a nossa inferioridade é ainda maior do que no da instrução propriamente dita.

«Relatório do ministro João Arroio ao decreto de 5 de abril de 1890», in *Diário do Governo*, n.º 76, de 7 de abril.

1.1 Desenvolva o seguinte tema: «A Geração de 70, reflexo da mudança para Portugal.». A sua resposta deve integrar os dados disponíveis nos documentos 1 a 3 e, pela ordem que entender, os seguintes elementos:

- o dinamismo cultural no último terço do século;
- o contributo da *Geração de 70*;
- o realismo na literatura, na pintura e na escultura naturalista.

Teste 1

Questão	Tópicos de correção
GRUPO I	
1.1 Refira qual a importância das guerras no <i>modelo demográfico antigo</i> .	Considerar o ponto de vista do autor do documento 1, citando Jacques Callot, que atribui às guerras uma importância considerável (embora em França não tenha tido a mesma importância), sublinhando o abandono dos campos e a destruição causada pelo acampamento das tropas, além das epidemias que as mesmas provocavam. Se as batalhas não eram causadoras dos altos índices de mortalidade, a devastação provocada pelo abandono das explorações agrícolas, a confiscação de bens, as destruições sistemáticas e as epidemias resultantes da deterioração económica provocavam elevada mortalidade.
1.2 Indique o que terá causado maior percentagem de mortalidade: a fome, a peste ou a guerra.	Na perspetiva do autor, as batalhas não eram diretamente causadoras dos altos índices de mortalidade, mas sim a devastação provocada pelo abandono das explorações agrícolas, a confiscação de bens, as destruições sistemáticas e as epidemias resultantes da deterioração económica que as mesmas criavam. Assim, quer a fome, quer as epidemias estavam diretamente relacionadas com as guerras, e todos os fatores são válidos.
1.3 Associe os elementos da coluna A com os elementos da coluna B sobre a população da Europa nos séculos XVII e XVIII.	A-2; B-3; C-1
GRUPO II	
1.1 Caracterize a sociedade de ordens do Antigo Regime, considerando: • as diferentes categorias e estratos sociais dos grupos privilegiados e dos grupos não privilegiados; • a pluralidade de privilégios da nobreza e do clero; • as obrigações do terceiro estado.	Referir que, no Antigo Regime, a sociedade europeia era uma sociedade de ordens, tripartida e hierarquizada. Isto é, encontrava-se dividida em três grupos sociais distintos e ordenados hierarquicamente segundo a sua importância social. O clero, a nobreza e o terceiro estado constituíam as três ordens que se subdividiam em diferentes categorias. Cada ordem tinha funções específicas, direitos e deveres próprios, gozando ou não de privilégios de acordo com o seu estatuto (docs. 1 a 3). Considerar as diferentes categorias dos grupos privilegiados (clero e nobreza) e do grupo não privilegiado (terceiro estado). Distinguir: alto clero e baixo clero (cardeais, arcebispos, bispos e abades; padres e monges); alta nobreza e pequena nobreza (nobreza de espada e nobreza de toga; nobreza de solar); terceiro estado (alta burguesia, média e pequena burguesias e agricultores; criados, jornaleiros e mendigos). Indicar os privilégios do clero e da nobreza: posse de propriedades, cobrança de rendas e impostos, acesso a cargos, justiça própria e, no caso do clero, isenção do serviço militar.

GRUPO III	
1.1 Na sua opinião, qual a importância da vida na corte para o reforço da hierarquia social do Antigo Regime? Justifique.	Explicar que na sociedade de ordens o estatuto e o prestígio se adquiriam por um sistema de valores que deveria refletir-se no comportamento dos indivíduos e no tratamento que esperavam receber da sociedade. Sublinhar a opinião do autor do documento 5 relativamente às formas de representação da sociedade de corte que, através da etiqueta, assumia diferentes papéis, num jogo de favores e intrigas que tinham por fim assegurar o lugar de cada um na hierarquia rígida que formava o corpo de cortesãos (colaboradores do rei), no qual a nobreza ocupava lugar de destaque, aspirando a grandeza e reconhecimento público.
1.2 Caracterize a corte de Luís XIV de França.	A corte de Luís XIV, símbolo do absolutismo régio, revestiu-se de um carácter representativo e central na maior parte dos países europeus. O palácio real simbolizava toda a autoridade que o rei exercia sobre os seus súbditos, espelhava toda a magnificência, luxo, riqueza e grandiosidade. Um palco imenso no qual o monarca era o supremo encenador e o primeiro ator, modelo de todas as cortes, local central das funções representativas do Estado Absoluto.
1.3 Selecione a afirmação correta.	(B)
1.4 Enuncie as medidas do rei D. João V no plano político nacional para o reforço do absolutismo.	Referir que o rei D. João V nunca reuniu Cortes, diminuiu o papel dos Conselhos e redefiniu as funções das Secretarias, reforçando o poder e o controle do Estado.
GRUPO IV	
1.1 Na sua opinião, os autores dos documentos 1 e 2 apresentam opiniões convergentes ou divergentes? Justifique.	Considerar a convergência da opinião dos autores dos documentos 1 e 2 quanto à política económica enunciada (mercantilismo), embora o autor do último defendesse que essa não era a via ideal para a prosperidade das nações, defendendo o comércio livre.
1.2 Demonstre como as medidas aplicadas sob orientação de Colbert impulsionaram a economia da França nos séculos XVII-XVIII.	Explicar que Colbert impulsionou o mercantilismo, em França, através da criação de manufaturas (doc. 1), com o objetivo de diminuir a quantidade de produtos importados do estrangeiro. Mencionar que concedeu privilégios aos investidores em termos fiscais, subsidiou e permitiu a criação de monopólios de fabrico e criou as manufaturas reais. Salientar que as suas medidas se focalizaram na produção manufatureira, além da criação de companhias monopolistas, com direito exclusivo de comércio de produtos de determinada região. Estas medidas protecionistas altamente reguladoras acabariam por limitar a iniciativa e a liberdade dos investidores particulares
1.3 Comente a frase destacada no documento 1.	Considerar que Adam Smith, com a frase «... o comércio, que, por natureza, deveria ser para as nações, como para os indivíduos, um elo de concórdia e de amizade, tornou-se a mais fecunda fonte das querelas e das guerras», quis destacar a importância de liberdade de comércio entre as nações que, em vez de desenvolver estratégias económicas protecionistas, fechando-se relativamente ao exterior, deveriam promover as relações entre si, deixando de lado invejas e guerras.
1.4 Associe os elementos da coluna A às respetivas afirmações (coluna B), presentes no documento 2.	A-3; B-6; C-1; D-2; E-5; F-4.

Teste 2

Questão/Item	Tópicos de correção
GRUPO I	
1. Faça corresponder os elementos da coluna A com os elementos da coluna B.	A-3; B-4; C-8; D-5; E-1; F-12; G-9; H-2; I-10; J-6; K-11; L-7.
GRUPO II	
1.1 Refira se o Homem moderno considerava que tinha, ou não, de suplantar o conhecimento dos Antigos.	O Homem da modernidade considerava ser necessário desenvolver o conhecimento científico, valorizando o método experimental e utilizando meios mais avançados de observação ultrapassando os conhecimentos dos clássicos e da Idade Média, como é referido na última frase do documento 1.
1.2 Indique de que forma se deveria construir e comunicar o conhecimento segundo os Homens do século XVII.	O conhecimento deveria ser construído através do método experimental seguindo as diferentes etapas definidas (doc. 2) e ser comunicado utilizando a linguagem matemática que é considerada «uma linguagem precisa e inequívoca» (doc. 2).
1.3 Explique em que consistia o método experimental.	O método experimental consiste num conjunto de regras e etapas que devem ser respeitadas de forma meticulosa para garantir a construção válida do conhecimento, baseado na experiência. Para este fim, e como referido no documento 2, tem algumas etapas definidas: observação, formulação de hipóteses explicativas, repetição do fenómeno através da experiência e determinação de leis gerais que expliquem/determinem as relações entre os fenómenos.
GRUPO III	
1.1 Explique os princípios do iluminismo. A sua resposta deve integrar pela ordem que entender, os seguintes elementos: • a apologia da Razão e o Progresso como caminho para a Felicidade; • os valores naturais do indivíduo, a separação dos poderes e a defesa do contrato social; • as novas ideias relativas à religião.	Os filósofos iluministas acreditavam que era através da Razão que o Homem garantia a prosperidade individual e social, sem necessidade de servir alguém ou alguma instituição (doc. 1). Através do uso da Razão, os Homens conseguiam dissipar a ignorância e o preconceito, libertando-se e procurando a felicidade individual e social (docs. 1 e 2). Para a concretização deste ideário de felicidade e de libertação pela Razão era necessário promover a liberdade e a igualdade entre os Homens, pois estes eram valores encarados como naturais do Homem (doc. 3). Os iluministas consideravam que, através do contrato social estabelecido entre o povo e os governantes, se aplicava a soberania popular que visava a separação de poderes, a valorização de um diploma constitucional que guiasse a Nação, e a tolerância religiosa, último bastião da liberdade (docs. 2B e 3).

GRUPO IV	
1.1 Identifique, com base nos documentos 1 e 3, os meios de difusão das ideias iluministas.	Os Homens da modernidade, iluministas, difundiam os conhecimentos através de livros (<i>Enciclopédia</i> – doc. 3) e jornais; associações e clubes culturais (Academias – doc. 1); reuniões em salões e cafés; lojas maçônicas; e correspondência entre os vários intelectuais e casas reais.
1.2 Explique se o marquês de Pombal, ministro de D. José I, partilhava, ou não, das ideias políticas de Frederico II, rei da Prússia.	O marquês de Pombal partilhava das ideias políticas de Frederico II, rei da Prússia, que era um déspota esclarecido, como se pode inferir pelas medidas tomadas: a centralização do poder; a supressão dos privilégios da nobreza e do clero; na reconstrução da cidade de Lisboa aplicando os princípios racionais do iluminismo com traçado geométrico, ruas largas e retilíneas, edifícios com divisão funcional e homogêneos (doc. 2); e a reforma no ensino com a aplicação de novas pedagogias que combatiam o dogmatismo e promoviam o experiencialismo (doc. 3).
1.3 Relacione o papel dos estrangeirados, como Ribeiro Sanches, para a reforma do ensino em Portugal.	Os estrangeirados, como Ribeiro Sanches, cujas ideias estão presentes no documento 3, tiveram um papel fundamental na denúncia do atraso da sociedade portuguesa, mas também propuseram reformas muito relevantes, nomeadamente a laicização do ensino, a introdução do ensino experimental, a integração da língua materna no ensino e a promoção da educação das mulheres.
GRUPO V	
1.1 Para responder a cada um dos itens (1 e 2), selecione a opção que lhe parece mais adequada.	1.1.1 - B; 1.1.2 - A.
1.2 Distinga o contexto e os regimes políticos instaurados com a Revolução Americana e com a Revolução Francesa (docs. 1 e 2).	A Revolução Americana ocorreu num território colonial em que os colonos, revoltados com o conjunto de medidas tomadas pela sua metrópole, lutaram pela independência, pois consideravam que tinham direito à liberdade, igualdade e que deveriam ser ouvidos em termos de decisão política (soberania popular). Desta forma, instauraram um regime republicano, regulado por uma Constituição, em que todos os órgãos políticos eram eleitos pelos cidadãos. No caso da Revolução Francesa, existia uma Monarquia Absoluta e a mudança foi motivada, principalmente, pelo terceiro estado, que vivia oprimido e subjugado pelas ordens privilegiadas. A revolução promoveu a liberdade e a igualdade, bem como a separação de poderes e a soberania nacional, mas num quadro de alguma permanência – manteve a monarquia, mas sujeita a uma constituição (Monarquia Constitucional).

Teste 3

Questão/Item	Tópicos de correção
GRUPO I	
1.1 Indique os principais fatores que conduziram à Revolução Liberal Portuguesa (doc. 1).	A Revolução Liberal Portuguesa resultou de um conjunto de fatores que proporcionaram um cenário de descontentamento da população com a continuidade de um aparelho de Estado absolutista; a sociedade de ordens assente na manutenção dos direitos quase feudais; e o grave atraso económico e técnico. Este contexto de descontentamento foi agravado com a divulgação das ideias liberais, fruto da Revolução Francesa, que entraram em Portugal através das obras clandestinas de autores franceses e emigrantes, dos estrangeirados e da Maçonaria; o Bloqueio Continental e as invasões francesas, que provocaram a destruição de muitas regiões; o domínio inglês após as invasões que suprimia a autonomia nacional; e a ida de D. João VI e família real para o Brasil, referida no documento 1, levaram o rei a abrir os portos do Brasil ao comércio internacional (1808) e a celebrar um tratado comercial com a Inglaterra, reduzindo o reino «ao estado de colónia».
1.2 Caracterize a Constituição de 1822 (docs. 2 e 3).	A Constituição de 1822 caracteriza-se pela valorização da Nação, afirmando-se a monarquia constitucional hereditária; pela afirmação dos princípios liberais – liberdade, igualdade, segurança e propriedade; pela separação tripartida do poder, sendo que o poder executivo cabia ao rei, o poder legislativo às Cortes como Câmara única (doc. 2), e o poder judicial aos tribunais. A Constituição de 1822 pretendia afirmar a soberania popular, restringindo o poder do rei, extinguindo os privilégios da nobreza e do clero (doc. 2), fomentando o direito de voto (sufrágio censitário) e limitando o direito de veto do rei.
1.3 Refira as principais dificuldades na concretização das medidas legislativas vintistas (docs. 2 e 3).	As Cortes portuguesas pretendiam banir as estruturas do Antigo Regime, com a extinção da Inquisição e da censura prévia, a aplicação da liberdade de imprensa e ensino, a supressão dos poderes da Igreja e a supressão da justiça privada, entre outras medidas. Contudo, as reformas do liberalismo foram mais ideológicas do que práticas, como foi visível na questão da reforma dos forais, que pretendia a libertação dos camponeses em relação ao poder senhorial. Contudo, como está refletido no documento 3, a extinção dos direitos banais tornou-se problemática e de difícil aplicação, visto que colidia com os interesses dos senhores (alguns dos quais eram deputados na Câmara), assistindo-se a um progressivo afastamento das reformas pretendidas. Da mesma forma, como se refere no documento 3, os camponeses, apesar das medidas legislativas, continuaram a pagar tributos aos proprietários.
GRUPO II	
1.1 Relacione a independência do Brasil com o regresso a Portugal de D. João VI.	O regresso de D. João VI a Portugal para jurar a Constituição de 1822 gerou instabilidade política, económica e social no Brasil porque as Cortes não tiveram em conta as intenções dos Brasileiros e foram tomadas medidas para diminuir a autonomia brasileira. Os burgueses brasileiros que tinham usufruído do estatuto de Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves viam agora os seus direitos colocados em causa. As Cortes consideraram que Lisboa devia ser novamente a capital do reino e com isso todas as decisões e benefícios comerciais, fiscais e judiciais passariam para a capital, provocando descontentamento no seio de alguns

	grupos sociais brasileiros que até à data tinham beneficiado dessa situação. D. João VI, temendo uma revolução por parte dos grupos brasileiros, deixou a regência ao seu filho mais velho, D. Pedro (doc. 1). Contudo as Cortes exigiram o regresso de D. Pedro sob o pretexto de terminar os seus estudos na Europa, mas este não cumpriu a exigência, os Brasileiros opuseram-se considerando que devia existir um governo e um parlamento do Brasil, e D. Pedro sensível à questão, não querendo sujeitar-se às decisões das Cortes Portuguesas proclamou a independência do Brasil a 7 de setembro de 1822, assumindo o título de imperador do Brasil.
1.2 Demonstre, partindo da análise dos documentos, de que forma o liberalismo em Portugal resultou de um percurso revolucionário e, por vezes, contrarrevolucionário, e não apenas da Revolução de 1820. A sua resposta deve integrar pela ordem que entender, os seguintes elementos: • dificuldades na implementação do regime liberal; • oposição entre cartismo e setembrismo; • o cabralismo e a indignação popular.	A implantação do liberalismo em Portugal foi o resultado de um percurso que começou antes de 1820 e terminou apenas em 1834, com mudanças ideológicas até 1851. Os primeiros anos do liberalismo em Portugal foram ameaçados pela oposição que pretendia restaurar a monarquia absoluta, em linha com os movimentos internacionais como a Santa Aliança. Assim, D. Miguel, apoiado pela sua mãe, D. Carlota Joaquina (docs. 2 e 3), encabeçou dois movimentos militares: a <i>Vila-Francada</i> (1823) e a <i>Abrilada</i> (1824), que não surtiram os efeitos desejados. D. Miguel foi, em consequência, exilado em Viena da Áustria. Com a morte de D. João VI (doc. 1), sucedeu-lhe D. Pedro, que era simultaneamente imperador do Brasil. Como não pretendia abandonar o Brasil, abdicou dos seus direitos à Coroa Portuguesa a favor da sua filha, D. Maria da Glória. Como esta era menor de idade, foi acordado que D. Miguel regressaria do exílio para casar com a sua sobrinha e jurar a Carta Constitucional de 1826. Este diploma legal pretendia, como é visível no documento 4, serenar os ânimos de absolutistas e liberais, instituindo duas Câmaras (Deputados e Pares) e restaurando alguns dos privilégios da nobreza, reafirmar o poder único do rei com a introdução de um quarto poder – moderador – e desvalorizar alguns dos direitos e deveres dos indivíduos. O Cartismo perdurou alguns anos, afirmando a autoridade régia e os privilégios da nobreza e do clero, o que permitiu a D. Miguel restaurar o absolutismo, voltar a convocar Cortes por ordens e reprimir os adeptos do liberalismo desencadeando a guerra civil de 1832 e 1834. O liberalismo teve uma vitória definitiva, mas a instabilidade governativa manteve-se, com conflitos entre a facção mais moderada – apoiante da Carta – e a mais radical – que pretendia a restauração da Constituição de 1822. Já com D. Maria no poder, deu-se a Revolução de Setembro de 1836 e aprovou-se a nova Constituição de 1838. O Setembrismo pretendia reagir contra as injustiças sociais e afirmar o poder tripartido, valorizar o ensino e apostar na modernização da economia (doc. 5). Contudo, os Cartistas não deram tréguas e o governo caiu novamente, ascendendo ao poder Costa Cabral, que restaurou a Carta Constitucional. Contudo, as suas medidas legislativas, inovadoras mas de difícil aceitação, e uma ação repressiva e autoritária (doc. 6) provocaram manifestações populares, que culminaram nas revoltas da <i>Maria da Fonte</i> (1846) e da <i>Patuleia</i> (1847). O país só iria ter paz após 1851.
1.3 Associe os conceitos da coluna A com a respetiva definição da coluna B.	A-5; B-1; C-4; D-2; E-3.

GRUPO III

1.1 Exponha os fundamentos sobre os quais assenta o liberalismo europeu no século XIX.

O liberalismo é uma ideologia e filosofia política que rejeitava qualquer forma de poder opressivo, opondo-se ao poder absoluto e à repressão das liberdades. A sua teoria baseava-se no indivíduo, considerando que a sociedade devia assegurar os direitos naturais dos Homens: liberdade, igualdade, propriedade e segurança, afirmando a ideia de que todos os Homens «são livres e iguais de direitos». O documento 1 refere-se à aplicação do liberalismo nos EUA, assegurando o papel político do cidadão de forma interventiva na sociedade e nas instituições, sendo que a lei reconhecia os mesmos direitos e deveres a todos. Para o liberalismo era importante a representatividade da Nação através da soberania popular colocando o «uso da liberdade política ao alcance de todas as classes do povo», num sistema bicameral (doc. 1).

Os regimes liberais também reconheciam a existência do diploma constitucional alternando entre constituição e carta constitucional enumerando as funções e os poderes dos diferentes órgãos de soberania: poder legislativo, executivo, judicial e moderador. Para além da vertente política, economicamente os liberais reagiram contra os valores do Antigo Regime, defendendo a liberdade absoluta dos indivíduos (doc. 2), a valorização da iniciativa privada, a livre iniciativa e a reduzida intervenção do Estado.

GRUPO IV

1.1 Explique de que forma o romantismo valorizou o liberalismo.

O romantismo valorizou a liberdade de sentir do indivíduo. Para os românticos era fundamental romper com as regras dos clássicos e transmitir a crença na liberdade de expressão, de criação, fosse ela individual ou coletiva. Promoviam o culto do eu, criando um herói romântico que partilha as suas emoções, desejos e intenções. Como refere o autor do documento 1 «os artistas eram diretamente inspirados pelas questões públicas», transmitindo os valores de liberdade e igualdade social. O romantismo desenvolveu-se na literatura, na música, na arquitetura, na escultura e na pintura, valorizando a liberdade, a celebração/denúncia histórica (doc. 2), a História e o património cultural.

1.2 Associe os autores da coluna A com as áreas artísticas da coluna B.

1-B; 2-D; 3-E; 4-C; 5-A.

Teste 4

Questão	Tópicos de correção
GRUPO I	
1.1 Refira as três indústrias que detinham um papel mais relevante na economia do século XIX.	As indústrias que se destacaram na economia no século XIX foram a siderúrgica, a química e a petroquímica.
1.2 Descreva os investimentos realizados na investigação e desenvolvimento de novas tecnologias no quadro da expansão da Revolução Industrial do século XIX.	No quadro da Revolução Industrial desenvolveram-se novas tecnologias, como a utilização do coque para a fundição dos metais e a invenção de um conversor que transformava o ferro em aço de forma mais eficaz (doc. 3). Também o desenvolvimento de investigação permitiu revolucionar a indústria tintureira e a indústria têxtil, com o aparecimento dos primeiros corantes sintéticos. Realçar a pesquisa desenvolvida na Alemanha, surgindo várias empresas químicas como a <i>BASF</i> e a <i>Bayer</i>, que desenvolveram fertilizantes e químicos direcionados para a indústria alimentar (doc. 5). Sublinha-se o desenvolvimento de vários produtos relevantes ao nível dos medicamentos, fertilizantes e inseticidas conseguidos pela articulação de saberes entre a ciência e a indústria.
1.3 Selecione a(s) afirmação(ões) correta(s).	(A); (C).
GRUPO II	
1.1 Explique o processo de trabalho aplicado à indústria automóvel, lançado por Henry Ford.	Indicar o <i>fordismo</i> como um novo processo de trabalho aplicado à indústria, lançado por Henry Ford. Explicar que os operários executavam as tarefas definidas pelo ritmo da linha de produção, tal como a imagem (doc. 1) demonstra. Ou seja, os operários faziam as suas tarefas de forma mecanizada, repetitiva e muito rapidamente, como se fossem uma máquina. Tratava-se de um trabalho em série. Este processo de fabrico em série provocou o aumento do número de peças construídas e diminuiu os custos de produção, como refere o documento 2 relativamente ao sucesso de vendas do <i>Ford</i> modelo T: «... a produção iniciou-se em 1908 e em 19 anos alcançou mais de 15 milhões de unidades comercializadas, marca ultrapassada apenas em 1972 pelo <i>Volkswagen Beetle</i> (o <i>Carocha</i>)».
1.2 Relacione a divisão do trabalho e da especialização de tarefas com o início da sociedade de consumo.	Referir que o crescimento económico acelerado vivido na segunda metade do século XIX, início do século XX, foi acompanhado pela criação progressiva em quantidade e complexidade de invenções e colocou os investidores e industriais, novos desafios em termos de competitividade. Foi necessário repensar o modo de produção para rentabilizar melhor pessoas e máquinas e, assim, reduzir os custos de produção e melhorar a qualidade dos produtos. Mencionar Frederick Taylor como o mentor de um novo método de trabalho em série, em resposta a esse desafio de rentabilização e otimização da produção industrial rapidamente implantado na indústria (docs. 1 e 2). Os objetos produzidos eram todos iguais, isto é, eram standardizados, servindo efetivamente um mercado de massas que pretendia obter produtos a um baixo preço e com determinada qualidade.

	Referir que a especialização se alargou também à agricultura, que, como refere o documento 3, estava a tornar-se «industrializada», fruto da melhoria das técnicas à disposição dos agricultores e as exigências do mercado que requeria uma produção estandardizada e de melhor qualidade.
1.3 Caracterize as transformações económicas na Europa e no mundo, no século XIX, considerando: a confiança nos mecanismos autorreguladores do mercado; as crises do capitalismo; o mercado internacional.	Considerar a ideia inovadora de livre circulação de produtos e mercadorias defendida por Adam Smith como garante do desenvolvimento e riqueza de todas as nações (doc. 4), considerando que, se o mercado fosse livre, todos seriam impelidos a competir, pois a concorrência assim os obrigava. Neste sentido, cada região/cada nação teria de produzir os bens em que fosse mais competitiva e a especialização das regiões/dos países seria regulada pelo próprio mercado – melhor qualidade/preço, e em termos concorrenciais, melhor competitividade, logo, mais sucesso. Sublinhar que estas ideias (livre-cambismo) foram aplicadas primeiro na Grã-Bretanha e depois noutros países da Europa e EUA, dando novo impulso ao comércio internacional. Registrar que a grande abundância de bens associada ao excesso de investimento industrial e económico acabaria por gerar momentos de crise económica. A superprodução, fruto da livre iniciativa e do carácter competitivo demonstrados pelos empresários em busca de maiores lucros, prejudicou os investidores, uma vez que o mercado não conseguia absorver todos os bens produzidos, fazendo decrescer o preço dos produtos. Indicar que o ritmo de produção dos séculos XIX e XX se tornou mais acelerado, tal como aconteceu com estes novos momentos de crise económica que causavam agora sérios problemas ao bem-estar da população.
GRUPO III	
1.1 Indique fluxos migratórios internos e externos provocados pelo crescimento acelerado da população.	Indicar o século XIX como um período de grandes fluxos migratórios. Cerca de 70 milhões de emigrantes (50 dos quais a título definitivo), saíram da Europa para outros continentes, a maioria para a América do Norte. Outros dirigiram-se para destinos como a Sibéria, a América Latina e a Austrália. Com exceção da França, que pouco contribuiu para o contingente da emigração europeia, quase todas as regiões, dentro e fora do velho continente, conheceram transferências migratórias motivadas pelo crescimento da população e pelas necessidades da economia que procurava garantir as bases da sua expansão universal. Cotejar a informação do documento 1 (rotas das migrações transcontinentais assinaladas no mapa) com o conteúdo do documento 2, no que respeita aos fluxos migratórios em busca de pão, referidos no romance de Ferreira de Castro.
1.2 Distinga «migrações regionais» e «êxodo rural».	Considerar que as «migrações regionais» dizem respeito a migrações internas, de carácter temporário e/ou sazonal, que ocupam mão-de-obra disponível dos campos e outros trabalhadores, e que não provocam grandes alterações demográficas. «Êxodo rural» diz respeito à migração definitiva dos camponeses em direção às cidades, procurando dar respostas ao desejo individual de promoção social. Tem implicações demográficas, como a diminuição e o envelhecimento da população rural.
1.3 Explique o fascínio exercido pelos novos países americanos sobre os emigrantes europeus.	Explicar que os novos países americanos, em franco desenvolvimento, ofereciam oportunidade de ascensão económica e social, concedendo facilidades aos imigrantes, como concessão de terras e de crédito. A emigração transformou-se numa condição de sobrevivência para milhões de indivíduos e o fascínio exercido pelos progressos económicos fora da Europa, associado aos progressos nos transportes terrestres e marítimos, e ao desenvolvimento das comunicações transatlânticas que facilitaram a saída de milhões de europeus. Sublinhar as palavras do autor do documento 2, referindo-se aos emigrantes: «Os homens transitam do Norte para o Sul, de Leste para Oeste, de país para país, em busca de pão e de um futuro melhor (...) eles querem também viver, querem usufruir regalias iguais às que desfrutavam os homens privilegiados.»

GRUPO IV

1.1 Caracterize as condições de trabalho dos operários no século XIX, considerando:

- o vínculo laboral;
- a duração do dia de trabalho;
- o trabalho infantil.

Considerar que a Revolução Industrial deu origem à formação de um grande grupo social de assalariados que trabalhavam por conta de outrem, com condições de vida e de trabalho muito duras.

Referir que se tratava do proletariado, assim designado por não possuir os instrumentos de produção nem ser dono daquilo que produzia, vivendo apenas dos salários pagos pelos patrões (donos das fábricas, das matérias primas e dos edifícios), para quem trabalhava.

O proletariado era um grupo heterogêneo, sem consciência de classe e com um vínculo de trabalho precário. Os patrões despediam-nos com facilidade e o contrato definia apenas os direitos do patronato e ignorava os do assalariado, sem poder reivindicativo, a não ser a necessidade.

Sublinhar que as condições de trabalho nas fábricas eram extremamente duras, submetendo homens, mulheres e crianças a longas jornadas de trabalho, quase contínuo, de dez a dezasseis horas por dia, com curtas interrupções para as refeições, trabalhando enquanto a luz do dia permitia, sem descanso e sem direito a férias, ininterruptamente desrespeitando domingos e feriados.

As famílias numerosas e necessitadas recorriam ao trabalho de todos os membros da família, chegando a trabalhar nas fábricas inúmeras crianças de tenra idade.

Os baixos salários pagos às crianças e às mulheres promoviam o predomínio desta mão de obra barata em diversos setores da indústria. Para além disto, o trabalho processava-se ao ritmo da(s) máquina(s), controlado por capatazes que exerciam uma apertada vigilância sobre o(s) operário(s), como a imagem do documento 2 demonstra. Muitos sofriam castigos e outros adoeciam devido ao trabalho excessivo, sobretudo as crianças.

Cotejar os documentos 1 e 2, relacionando as condições de trabalho e da mão de obra feminina e infantil, apesar de o autor considerar o trabalho adequado às suas forças.

GRUPO V

1.1 Enquadre a organização do movimento operário expresso no documento 2 nas propostas socialistas preconizadas por Karl Marx.

Referir que a ação doutrinária de Marx e Engels conduziu à formação de associações internacionais operárias. Foi o caso da fundação da I Internacional ou Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), cujos estatutos foram redigidos por Marx e aprovados no primeiro encontro realizado em Londres 1864, por acordo entre os dirigentes sindicais britânicos e franceses. O seu preâmbulo, de orientação marxista impunha desde logo a participação direta dos trabalhadores na luta pela sua emancipação e conquista do poder político.

Cotejar com a informação do documento 2, sobre o *Congresso de Amiens* da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), em 1906, onde se considerou que os trabalhadores se manifestavam contra todas as formas de exploração e de opressão, tanto materiais como morais, dirigidas pela classe capitalista contra a classe operária.

1.2 Associe os elementos da coluna A às respetivas definições da coluna B.

A-2; B-3; C-1.

Teste 5

Questão/Item	Tópicos de correção
GRUPO I	
1. Faça corresponder os elementos da coluna A com os elementos da coluna B.	A-2; B-1; C-4; D-3.
GRUPO II	
1.1 Distinga os regimes liberais: monarquia constitucional e república.	A monarquia constitucional garante a separação dos poderes, a liberdade e a igualdade perante a lei e a existência de uma Constituição. Porém, a soberania popular é limitada, pois o rei, chefe supremo, não é eleito e detém frequentemente um poder moderador (veto), como é referido na última frase do documento 1. Por outro lado, a República garante que a soberania popular possa existir na sua plenitude sendo todos os órgãos eleitos pelos cidadãos e todos os cidadãos têm o direito de ser eleitos, pretendendo-se a extensão do direito de sufrágio – sufrágio universal (doc. 1).
1.2 Relacione os documentos 1 e 2 com os conceitos de sufrágio censitário e de sufrágio universal.	O autor do documento 1 pretende falar diretamente para os conservadores, que repudiam o sufrágio universal e defendem o sufrágio censitário – só têm direito ao voto os cidadãos que paguem determinada quantia de impostos e/ou detenham determinada riqueza. No documento 2 podemos ver duas mulheres a lutar pelo direito de sufrágio, isto é, para que todas as pessoas, independentemente do género, tenham direito de votar e de ser eleitas – sufrágio universal –, o que, na sua plenitude, deve ser um direito de todos, independentemente da riqueza, género, etnia ou educação/cultura.
GRUPO III	
1.1 Assinale com V as afirmações que considera verdadeiras e com F as afirmações que considera falsas. Corrija as afirmações falsas.	a) V; b) F; c) V; d) F; e) V; f) F; g) F. b) Nos sistemas autocráticos os imperadores impunham a sua vontade, não respeitando as deliberações dos órgãos e dos direitos concedidos, revogando as leis e promulgando decretos imperiais. d) A língua e a religião dos povos dominados não eram respeitadas, existindo inclusivamente a imposição da língua do povo dominador (russificação e germanização) e havia também vários meios de repressão (censura, polícia secreta...). f) A Itália, em 1871, conseguiu unificar-se num só país, realizando o desejo de Vítor Emanuel II. Teve como capital Roma. g) Na unificação dos Estados alemães destacou-se Otto von Bismarck, ao serviço de Guilherme I.
2.1 Relacione a expansão do desenvolvimento económico europeu com o clima crescente de rivalidade colonial.	As grandes potências industriais nos finais do século XIX viam nos territórios coloniais a possibilidade de fazer crescer os seus mercados de escoamento de produtos manufaturados, mas também excedentes populacionais. Para além disso, as colónias poderiam abastecer estas grandes potências industriais com matérias-primas (doc. 2). Os territórios coloniais eram fulcrais a nível económico e político para as grandes potências industriais e, naturalmente, provocaram grandes disputas e contribuíram para o crescimento contínuo de rivalidades e da agressividade, que culminou num clima de «paz armada» – política de alianças e corrida ao armamento.

GRUPO IV

1.1 Explique a ação dos governos durante o período da Regeneração para o desenvolvimento de Portugal. A sua resposta deve integrar, pela ordem que entender, os seguintes elementos: • quadro político promotor de medidas que visem o progresso do país; • o desenvolvimento de infraestruturas e meios de comunicação; • a promoção da agricultura e o processo de industrialização português na segunda metade do século XIX.	O <i>fontismo</i> iniciou a sua política de desenvolvimento de obras públicas após ter conseguido a estabilidade política, como é referido na primeira frase do documento 1. A rede rodoviária e ferroviária portuguesa foi incrementada, assim como as infraestruturas (pontes, faróis, portos), e os meios de comunicação (telégrafo, telefone, correio) (doc. 1). Para além da sua ação ao nível dos transportes e comunicação, os governos da Regeneração fomentaram a indústria com a aplicação de máquinas a vapor (doc. 2), formação técnica, incentivos do Estado com subsídios e recursos, e ainda com a criação de novas indústrias. A agricultura também foi alvo de medidas de modernização: como podemos observar nos documentos 3 e 4, houve um aumento crescente da aplicação de máquinas agrícolas e adubos. Por outro lado, foram extintas as estruturas feudais que limitavam o uso da terra, e promoveu-se o crescimento da produção agrícola de produtos como o vinho, o azeite, a fruta, o gado e a cortiça.
2.1 Refira se a situação de Portugal com o estrangeiro era de dependência ou de independência. Justifique.	O autor do documento 5 denuncia a situação de dependência económica portuguesa a nível de investimentos, recursos e empréstimos estrangeiros, que consequentemente provocavam o endividamento e o défice orçamental, colocando as finanças públicas numa situação de bancarrota.

GRUPO V

1.1 Caracterize a situação económica, financeira e social de Portugal nos finais do século XIX.	Nos finais do século XIX, Portugal vivia endividado incorrendo numa crise de crédito do Estado – bancarrota –, que foi agravada com a depressão económica internacional na década de 1890. Tal situação levou a falências, a desemprego e a revolta social (doc. 1). Para além desta grave situação económica e social, a monarquia portuguesa não soube gerir a situação política cedendo ao Ultimato Britânico e abandonando o projeto do «Mapa Cor-de-rosa». Esta situação como é referido no documento 2 alimentou as ideias patrióticas, antimonárquicas e republicanas.
1.2 Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos.	f); c); h) a); g); d); b); e).
2.1 Identifique os artigos da Constituição que podem estar relacionados, respetivamente, com:	a) Título III Art.º 3.º, 5.º, 6.º, 7.º e 26.º; b) Título II Art.º 5.º, 6.º; c) Título II Art.º 11.º; d) Título III Art.º 6.º.

Teste 6

Questão/Item	Tópicos de correção
GRUPO I	
1.1 Para responder a cada um dos itens, selecione a opção que lhe parece ser a mais adequada.	1.1.1 B 1.1.2 A 1.1.3 C 1.1.4 B
GRUPO II	
1.1 Relacione a frase destacada no documento 2 com a corrente de pensamento positivista.	Na segunda metade do século XIX assistiram-se a avanços nas áreas da ciência e da técnica, sendo este um período de grande dinamismo intelectual e criativo, que contribuiu para o desenvolvimento de novos ramos do saber. Como nos é referido no documento 2, assistiu-se a uma confiança no progresso científico como sinónimo do progresso e bem-estar do Homem. Valorizou-se o pensamento e o método científico, considerando que, através da ciência, se podiam descobrir todas as leis da Natureza – o cientismo. Como consequência, em Portugal apostou-se na criação de novos laboratórios e de associações como a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Politécnica do Porto, a Escola Politécnica de Lisboa e a Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outras. Influenciado pelo cientismo, Augusto Comte definiu uma nova doutrina filosófica – o positivismo – afirmando que o conhecimento científico se construiu passando por três estados: teológico, metafísico e positivo. Os progressos verificados nas ciências exatas e naturais e as teorias positivistas tiveram repercussões a nível social «na medida em que se realiza a sua vocação social», influenciando pensadores de outras áreas de conhecimento desde a Filosofia, a Economia Política, a Geografia, a Psicologia e a História.
1.2 Indique de que forma os documentos 1 e 2 refletem a progressiva generalização do ensino público.	Como constatamos pela análise aos documentos 1 e 2, na segunda metade do século XIX assistiu-se à progressiva generalização do ensino público através de medidas que pretendiam contribuir para uma mudança de paradigma, conjugando o espírito iluminista e o espírito positivista baseado na ciência. A criação de laboratórios (doc. 1) e a criação de institutos vocacionados para a promoção da ciência lançaram um novo olhar sobre o ensino público, apostando-se na educação como elemento fundamental para a instrução de cidadãos esclarecidos e conscientes.
1.3 Associe os nomes dos cientistas (coluna A) à respetiva área de investigação (coluna B).	A-9; B-1; C-3; D-4; E-11; F-2; G-8; H-7; I-10; J-5; K-6.
GRUPO III	
1.1 Identifique a corrente artística de cada uma das obras apresentadas.	Doc. 1 – Realismo Doc. 2 – Impressionismo Doc. 3 – Simbolismo Doc. 4 – Arte Nova

1.2 Explique de que forma o cientismo e o positivismo se refletem nas obras do realismo.	Na segunda metade do século XIX, o realismo é influenciado pela Revolução Industrial e pelos acontecimentos políticos e sociais, num movimento claramente positivista, que rejeita toda a subjetividade e aposta na representação do real. O artista, influenciado pela crença na ciência e no positivismo, elimina as influências românticas, desvaloriza a beleza para mostrar a realidade. O autor centra-se nos temas do quotidiano, sempre com a preocupação de reproduzir a realidade social (doc. 1), que por vezes denuncia, criticando as desigualdades sociais.
1.3 Evidencie os aspetos que diferenciam o documento 2 do documento 1.	O documento 2 (pintura impressionista) diferencia-se do documento 1 (pintura realista) no jogo de cores e de luzes. Os pintores impressionistas entram em rutura com as ideias académicas vigentes, assistindo-se a uma decomposição cromática. Não se misturam as cores e o ato pictórico resulta das pinceladas soltas e sobrepostas, numa justaposição de cores de textura grossa e empastelada. É dada uma maior relevância ao contraste de luz e sombra com recurso às cores. Por último, os impressionistas também pintam diretamente na tela, deixando de lado os esboços e valorizando o contato com o meio envolvente.
1.4 Demonstre de que forma o documento 3 representa simbolicamente as ideias do autor.	A pintura do documento 3 (simbolismo) demonstra a preocupação do autor em transmitir simbolicamente as suas ideias, através da construção de uma tela que nos leva numa busca entre o consciente e o inconsciente, pela representação de realidades ocultas ao ser humano, numa busca pelas emoções, pensamentos, sonhos, misticismo, valorizando o sobrenatural e transmitindo os pensamentos íntimos do indivíduo (doc. 3).
1.5 Considera que a Arte Nova reflete, ou não, os ideais da sociedade industrializada? Justifique.	A Arte Nova surgiu com o propósito de contrariar a sociedade marcada pela industrialização e pela construção mecânica dos objetos. Era uma arte urbana, industrializada e burguesa mas que pretendia inovar adaptando-se a uma nova realidade social. Para isso promoveu uma relação entre o trabalho do Homem e a Natureza, ampliando a relação entre a arquitetura, a escultura e a pintura visível no documento 4. No interior do palácio da Música Catalã é clara a inspiração naturalista, principalmente vegetalista.
GRUPO IV	
1.1 Desenvolva o seguinte tema: «A Geração de 70, reflexo da mudança para Portugal.» A sua resposta deve integrar pela ordem que entender, os seguintes elementos: • o dinamismo cultural no último terço do século; • o contributo da Geração de 70; • o realismo na literatura, na pintura e escultura naturalista.	A industrialização e o projeto da Regeneração em Portugal favoreceram o progresso cultural no último terço do século XIX. Assistiu-se a uma preocupação na promoção da cultura, aprovando-se um conjunto de reformas desde o ensino primário até ao universitário porque, como é referido no documento 3, «um povo cuja instrução é insuficiente, não pode ocupar condignamente o lugar que deve ambicionar entre as nações cultas e prósperas». A imprensa também cresceu, quer pelo número de jornais que surgem, quer pelo aumento de tiragens, que resultou de um interesse acrescido pela realidade social portuguesa. Este novo interesse cultural foi afirmado pelos intelectuais e artistas da época que manifestaram a sua inquietação e desejo de modernidade (doc. 1). Exemplo disso foi a Questão Coimbrã que pretendeu romper com os valores do romantismo e demarcar-se pela inovação. É neste quadro cultural que se insere a Geração de 70 (doc. 2) – do qual faziam parte Eça de Queirós e Oliveira Martins, entre outros –, com a realização das Conferências do Casino (doc. 1) em que se debatia, através de uma análise crítica e feroz, o poder político vigente e a situação económica, social, científica e cultural do país numa «consciência de que urgia fazer comunidades mais amplas, unidas em torno de ideias políticas...para o futuro das nações europeias». O desejo de modernidade também foi visível na literatura, que se tornou num instrumento de denúncia social, e na arte com a criação do Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes (doc. 3), apostando-se numa pintura e escultura realista, mas com motivos naturalistas, influenciados pela escola francesa.

Provas globais

Prova global 1

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A sociedade do Antigo Regime

O Antigo Regime caracteriza-se pela hierarquização da sociedade em três ordens ou estados (...), das quais as duas primeiras constituem uma minoria acumulada de privilégios, enquanto a última, o terceiro estado, que engloba a maioria da população numa diversidade que vai da burguesia capitalista aos vagabundos, se encontra despojada de todos os direitos, exceto o de trabalhar. (...) A expressão «Antigo Regime» é indissociável da Revolução Francesa, com a qual (...) entra em rutura. (...) A estrutura social e a respetiva justificação teórica e jurídica remontam ao período medieval, quando as nacionalidades europeias se constituem. A sociedade mantinha-se então dividida em três «ordens» ou «estados» – *oratores, belatores, laboratores*, conforme a consagrada expressão latina (...).

As ordens ou estados são, pois grupos que se constituem a partir do exercício de uma função social essencial – orar, combater, trabalhar – estabelecida pelo poder político que se afirma e legitima pela origem divina. Ou seja, é por vontade divina que a sociedade está subdividida em diversas categorias, sendo as do clero as mais universais e por isso as mais fáceis de sistematizar (...) e as do povo as mais difíceis de catalogar, não só pelas múltiplas designações das suas relações com a propriedade fundiária, mas ainda pela grande diversidade de atividades de carácter oficial ou profissional. Na sociedade trinitária, a nobreza é a ordem com a missão essencial de defesa do reino, mas progressivamente outras atribuições lhe são conferidas. O povo situa-se na base da pirâmide social por constituir a grande maioria da população, pela desqualificação social de que sofria e ainda porque é efetivamente ele que carrega com a obrigação de sustentar todo o reino.

Filomena Belo e Ana Oliveira, *A Revolução Francesa*, Coimbra, Quimera, 2001 (adaptado).

Doc. 2 – A Corte

Os convites para as festas ou para os passeios privados em Versalhes foram os meios de que o rei se serviu para distinguir os cortesãos e para manter todos eles sempre ansiosos por agradar-lhe (...). O rei olhava continuamente à direita e à esquerda, quando se levantava, ao deitar-se, durante as refeições, ao passar pelas salas e jardins de Versalhes, único lugar onde todos os cortesãos tinham liberdade de segui-lo: via e notava toda a gente, ninguém lhe escapava, nem mesmo aqueles que julgavam não ser vistos (...). Para as pessoas de maior distinção, era vergonha não viver permanentemente na corte ou ir lá só de quando em quando. (...) E a respeito dos que se apresentavam raramente na corte dizia «Nunca o vejo».

Duque de Saint-Simon, *Memórias*, 1.ª edição c. 1820 (adaptado).



Doc. 3 – Luís XIV em 1648, numa demonstração do direito divino do rei (pintura de Henri Testelin, 1648).

1.1 Para responder a cada um dos itens de 1 a 4, selecione a(s) opção(ões) que lhe parece(m) mais adequada(s).

1.1.1 O Antigo Regime foi um período:

- (A) entre os séculos XVI-XVIII que se caracterizou politicamente pelo absolutismo régio, economicamente pela existência de estruturas feudais e socialmente pela hierarquização da sociedade em ordens.
- (B) entre os séculos XV e XVI que se caracterizou politicamente pelo absolutismo régio, economicamente pela existência de estruturas feudais e socialmente pela hierarquização da sociedade em classes.
- (C) entre os séculos XVI-XVIII que se caracterizou pelo despotismo, pela aplicação ou adoção do mercantilismo na economia e pela estratificação da sociedade em ordens.
- (D) entre os séculos XVI-XVIII que se caracterizou politicamente pelo liberalismo, pela valorização da agricultura na economia e socialmente pela hierarquização das ordens.

1.1.2 A sociedade do Antigo Regime era formada por:

- (A) dois grupos sociais privilegiados – nobreza e clero – e um grupo não privilegiado – povo – que se diferenciavam pela sua condição económica.
- (B) três ordens sociais estratificadas e ordenadas pela condição económica.
- (C) classes sociais hierarquizadas e diferenciadas juridicamente, em que a nobreza e o clero eram os grupos mais privilegiados e o povo o menos privilegiado.
- (D) três grandes grupos ou estratos sociais distintos e diferenciados juridicamente pelo nascimento, dignidade e prestígio independentemente da sua condição económica.

1.1.3 Segundo as autoras do documento 1, a justificação da diferenciação social no período do Antigo Regime encontrava-se:

- (A) na teorização jurídica que teve origem no Direito Romano.
- (B) na diferenciação social demarcada e assente no princípio de desigualdade natural dos súbditos perante o Estado.
- (C) nos direitos e deveres atribuídos a cada indivíduo à nascença.
- (D) no mérito pessoal que cada indivíduo recebia do rei pelos serviços prestados.

1.1.4 Segundo as autoras do documento 1, «o povo situa-se na base da pirâmide social» porque era:

- (A) uma ordem não privilegiada, inferior em prestígio, que assegurava as atividades produtivas, com obrigações para com a nobreza e o clero, e que sustentava toda a sociedade com pesados impostos e tributação.
- (B) o estrato social mais desqualificado que englobava categorias deste o clero regular ao burguês enriquecido.
- (C) uma ordem no último lugar da hierarquia social da Idade Média que apenas exercia as atividades na área da agricultura e artesanato, temendo os pesados impostos e tributações da nobreza e do clero.
- (D) o grupo mais heterogéneo que reunia uma diversidade de pessoas e que o seu direito era o trabalho usufruindo de algum poder jurídico.

1.2 Relacione o poder absoluto do rei com os modelos estéticos de encenação do poder (docs. 2 e 3).

2. Analise os seguintes documentos.

Doc. 4 – O discurso de Jaime I

A monarquia está acima de todas as coisas, pois os reis não são apenas lugares-tenentes de Deus na Terra, sentando-se num trono divino, mas o próprio Deus lhes chama deuses.

Discurso proferido pelo rei Jaime I,
perante o Parlamento, 1610.



Doc. 5 – Guilherme III.

2.1 Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos.

- Declaração dos Direitos*
- Execução de Carlos I, acusado de traição
- Reinado de Carlos I: governo absolutista
- Início do reinado de Jaime II
- Revolução Gloriosa*
- Guerra civil entre adeptos do rei D. Carlos I (os «cavaleiros») e os apoiantes do Parlamento (os «cabeças redondas»)
- Reinado de Jaime I
- Petição dos Direitos*

2.2 Demonstre como o absolutismo foi rejeitado na Inglaterra.

II

1. Analise o seguinte documento.

Doc. 1 – O mercantilismo

Encontramos nos financeiros e nos economistas dos séculos XVI e XVII um certo número de temas comuns: a apologia do trabalho e das trocas, e a extrema atenção prestada à balança comercial, a vontade do domínio estatal e nacional. O mercantilismo exalta o trabalho manufatureiro, a prática comercial e a aventura colonial. Preocupa-se muito menos com definir uma política agrícola (...). Não há dúvida de que os mercantilistas se resignam à quase estagnação das técnicas agrícolas e à inelasticidade da produção e também não há dúvida de que a predominância da nobreza fundiária tolhe a intervenção do Estado. É sobre o comércio e as manufaturas que vai exercer-se a vontade de enriquecimento e de domínio. Para favorecer a produção nacional, todos os autores recomendam a mesma política aduaneira: redução das taxas que incidem sobre as exportações de produtos manufaturados e proibição, de direito ou de facto das importações concorrentes.

Pierre Léon, *História Económica e Social do Mundo*, Lisboa, Sá da Costa, 1981.

1.1 Explique a afirmação do historiador Pierre Léon «Cada reino, cada república procura reduzir a sua dependência diversificando a produção, valorizando as suas exportações e reduzindo as matérias-primas indispensáveis às suas compras no estrangeiro». Na sua resposta deve atender aos seguintes elementos:

- reforço das economias nacionais;
- medidas mercantilistas em França e na Inglaterra;
- exclusivo comercial nas áreas coloniais.

2. Analise os seguintes documentos.

Doc. 2 – A Revolução Industrial em Inglaterra

[Com a Revolução Industrial] o aspeto de Inglaterra modificou-se profundamente. Extensões de terreno que durante séculos tinham sido cultivadas como campos livres ou conservadas como pasto comuns foram demarcadas ou valadas; algumas aldeolas transformaram-se em cidades populosas, onde os canos das chaminés, ao crescerem, escondiam os velhos campanários. Fizeram-se estradas mais alinhadas, mais resistentes e largas (...). No norte, assentaram-se as primeiras linhas férreas para as locomotivas havia ainda pouco construídas. Os navios a vapor começaram a povoar estuários e estreitos (...).

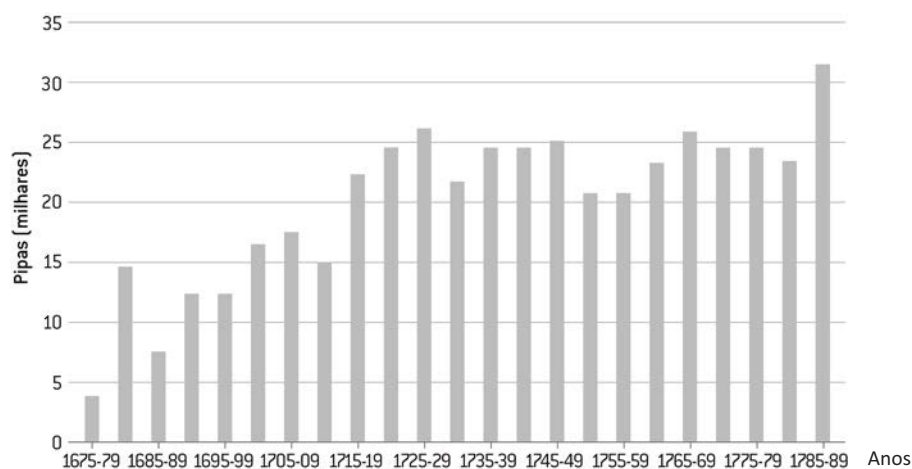
O número de habitantes aumentou muito e a proporção de crianças e jovens também deve ter aumentado. (...) Homens e mulheres nascido e criados no campo passaram a viver apinhados, ganhando a vida não já como famílias ou grupos de vizinhos, mas como unidade de mão de obra fabril mais especializada; (...) a mão de obra tornou-se mais móvel, proporcionando mais altos padrões de bem estar aos que podiam e sabiam deslocar-se para os centros onde essas oportunidades se ofereciam. Ao mesmo tempo, exploraram-se novas fontes de matérias-primas, abriram-se novos mercados e criaram-se técnicas comerciais novas.

T. S. Ashton, *A Revolução Industrial*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1997.

Doc. 3 – O mercantilismo em Portugal

O único meio que há para evitar este dano [das importações] e impedir que o dinheiro saia do Reino, é introduzir nele as artes [as indústrias]. A introdução das artes evitará o dano que fazem ao reino o luxo e as modas; tirará a ociosidade do Reino, fá-lo-á mais povoado e abundante de gente e frutos (...); as rendas reais aumentarão.

Duarte Ribeiro de Macedo, *Sobre a Introdução das Artes no Reino*, segunda metade do século XVII.



Doc. 4 – Exportação de vinhos portugueses para Inglaterra (1675-1789).

2.1 Indique as razões que conduziram à Revolução Industrial Inglesa (doc. 2).

2.2 Caracterize a política mercantilista portuguesa no final do século XVII e início do século XVIII.

III

1. Analise o seguinte documento.

Doc. 1 – A Razão é a luz

«A luz da razão é o mais poderoso meio para fazer o Homem feliz», assim sintetiza Kant uma das grandes máximas do iluminismo, e exorta os seus concidadãos a terem coragem para a usar. Progresso, bem-estar, felicidade decorrem do primado da razão, mas é preciso que os Homens se instruem, se eduquem, para pôr termo a séculos de ignorância em que se tinham limitado a ser conduzidos e usados. (...) A razão deve ser aplicada a todas as áreas do saber, desde a economia à política passando pelo direito, pela administração e pela organização doméstica. Para que funcione enquanto alavanca para o aumento do bem-estar geral outra conquista tem de ser alcançada: a liberdade.

Filomena Belo e Ana Oliveira, *A Revolução Francesa*, Coimbra, Quimera, 2001.

1.1 Relacione os princípios das «luzes» com a frase destacada no documento 1.

IV

1. Observe os documentos.



1. Beresford



2. Manuel Fernandes Tomás



3. D. Miguel, rei de Portugal



4. Costa Cabral

1.1 Associe os elementos da coluna A com os elementos presentes na coluna B.

A	B
(A) <i>Sinédrio</i>	(1) Documento escrito por Manuel Fernandes Tomás, clarificando as intenções do grupo que pretendia abolir o regime monárquico de cariz absolutista e a presença inglesa em Portugal, valorizar as Cortes, regenerar a sociedade portuguesa e criar uma Constituição liberal.
(B) Conselho de Regência	(2) Período de governação liberal marcado pelo exercício autoritário do poder, reposição da Carta Constitucional e imposição de medidas inovadoras nas obras públicas, administração e fiscalidade.
(C) <i>Manifesto aos Portugueses</i>	(3) Nomeado por D. João VI aquando da sua partida para o Brasil, dando claras instruções sobre como atuar em caso de invasão.
(D) Constituição de 1822	(4) Diploma de cariz liberal jurado por D. João VI e assinado pelos deputados representantes nas Cortes Constituintes.
(E) Grito de Ipiranga	(5) Organização secreta em prol da liberdade, justiça social e fidelidade à dinastia de Bragança, fundada por Manuel Fernandes Tomás.
(F) Vila-Francada e Abrilada	(6) Tentativas de restauração da monarquia absoluta por D. Miguel e D. Carlota Joaquina.
(G) Carta Constitucional de 1826	(7) Movimento mais radical do liberalismo português que defendia os princípios do vintismo como a soberania nacional.
(H) Guerra Civil de 1832-1834	(8) Declaração de independência do Brasil por D. Pedro.
(I) Setembrismo	(9) Conflito armado entre os adeptos liberais comandados por D. Pedro e absolutistas chefiados por D. Miguel.
(J) Cabralismo	(10) Diploma de cariz liberal que conciliava os valores do Antigo Regime com os valores liberais, pela afirmação da autoridade régia e manutenção de alguns dos privilégios da nobreza e do clero.

V

1. Analise o seguinte documento.

1.1 Indique de que forma o documento 1 reflete o percurso ideológico do liberalismo (direitos naturais do Homem, cidadão político, valorização da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*).

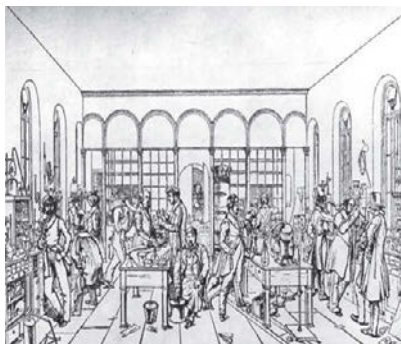
Doc. 1 – Igualdade racial (estampa francesa de 1791).
A Razão, segunda figura da esquerda, segura um nível por cima da cabeça dos dois homens: um branco e outro negro. Este último segura a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* numa mão e, na outra, o decreto de 15 de maio de 1791 que concedia direitos cívicos aos negros que fossem livres. A escravatura só foi abolida em 1848.



Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

I

1. Analise os seguintes documentos.



Doc. 1 – O laboratório do químico Justus von Liebig.

Doc. 2 – As mudanças nos transportes e nos meios de comunicação

A trilogia telégrafo, caminho-de-ferro e barco a vapor expande as notícias, homens e mercadorias a uma velocidade inusitada até então e a preços que desciam continuamente. A generalização do telégrafo elétrico revolucionou o mundo das finanças e o comércio. (...) Há um paralelismo entre a difusão do telégrafo e a maior presença de valores estrangeiros nas bolsas nacionais.

Ángel Bahamonde Magro, *Grande História Universal*, vol. XXIII, Lisboa, Ediclube, 1985.

Doc. 3 – O grande grupo de indústria siderúrgica alemão Thyssen

Em 1871 [Augusto Thyssen] fundou em Mülheim-sur-Ruhr uma fábrica que, sob a designação de Thyssen & Cia., se tornou a base de todas as suas empresas. (...) Os começos foram modestos: em 1871, trabalhavam 70 operários nas forjas e laminações de Mülheim (...). Depois da morte do pai, Thyssen associou-se ao seu irmão mais novo e, em 1881, acrescentaram à forja uma oficina de galvanização de zinco. Em 1884, Thyssen & Cia. adquiriu uma fundição e uma fábrica de máquinas vizinha da sua empresa. (...) Todos os processos novos [de fabrico] foram adotados na fábrica, à medida que apareciam (...). Quarenta anos se passaram: a fábrica de Mülheim tornou-se gigantesca: 7000 operários e 800 empregados.

Victor Cambon, engenheiro francês (1852-1927),
Les Deniers Progrès de L'Allemagne, 1909.

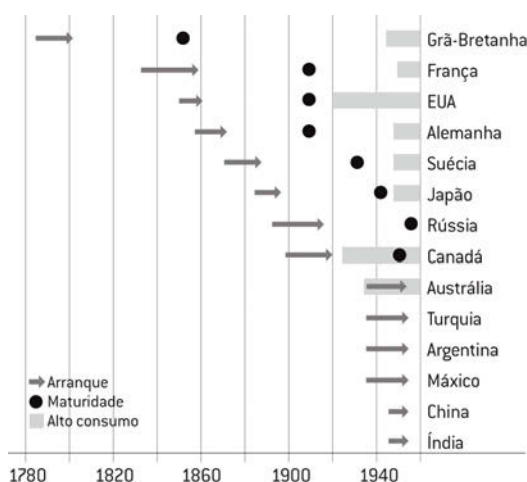


Doc. 4 – Um bairro confuso
(caricatura de Albert Robida, 1890).

1.1 Relacione o crescimento industrial com os progressos cumulativos no século XIX. Na sua resposta, deve integrar, pela ordem que entender, os seguintes elementos:

- as indústrias de vanguarda e a relação ciência-técnica;
- os novos inventos, as novas fontes de energia, as novas indústrias e os novos processos de trabalho -racionalização;
- o capitalismo industrial: concentração industrial e bancária.

2. Analise os seguintes documentos.



Doc. 5 – Etapas da industrialização (1780-1940).

Doc. 6 – O livre-cambismo e as crises do capitalismo

A. Assim que forem abandonados os sistemas preferenciais ou restritivos (...), o simples sistema da liberdade natural estabelecerá por si mesmo o seu próprio equilíbrio. Cada indivíduo, desde que não viole as leis da justiça, será deixado em liberdade para prosseguir os seus interesses e colocar a sua indústria ou o seu capital em concorrência com o de qualquer outro Homem.

Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, 1776.

B. De facto, desde 1825, altura em que estalou a primeira crise, o mundo da indústria e do comércio, da produção e das trocas (...) descarrila todos os dez anos.

F. Engels, *Anti-Dühring*, 1878.

2.1 Identifique os Estados que colocaram em causa a hegemonia industrial inglesa.

2.2 Explique se o liberalismo económico defendido pelo autor do documento 6.A é, ou não, isento de momentos de crise económica.

II

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A sociedade do século XIX

A. O estilo de vida da burguesia

Uma boa parte da riqueza acumulada ao longo do século XIX destinou-se a transformar, em todas as dimensões, as condições e hábitos materiais (...). Viver como um burguês era rodear-se de uma habitação confortável no mobiliário, no serviço e, inclusivamente, no espaço urbano (...). No interior das suas casas, o mobiliário, as utilidades domésticas e demais objetos de uso e consumo pretendiam ter uma aparência elegante e um certo luxo, comum a todas as classes ricas europeias. Aí se desenvolvia uma vida familiar agradável, dedicada às leituras, música, e ao culto social de fazer e receber visitas e às obras de caridade. A criadagem, que em muitos casos era numerosa, contribui para manter esta vida familiar fora de qualquer preocupação doméstica. (...) Viver como um burguês era, também, fazer da vida familiar um cenário e um prolongamento da vida das suas empresas e das suas propriedades – nunca, como agora, o património e a família tinham mantido um vínculo social tão estreito. Era preparar os filhos para o futuro governo da economia familiar, com uma formação académica e mundana. (...) Verificava-se o mesmo gosto pelo luxo e pela boa vida, por gostos idênticos de vestuário, cada vez mais sujeito à moda de Paris ou de Londres, pelo seu interesse quanto às mesmas atividades recreativas e pelos mesmos espetáculos (o baile, o teatro, a ópera, os desportos e os jogos de sorte-azar).

Ángel Bahamonde Magro, *Grande História Universal*, vol. XXIII, Lisboa, Ediclube, 1985.

B. As condições de vida das classes populares

Nos meios rurais, amplas camadas de trabalhadores agrícolas e de pequenos proprietários viram piorar as suas condições de vida e de trabalho, como consequência da extensão da agricultura capitalista e da rutura das formas tradicionais de aproveitamento de terras comuns. Para a população rural que se deslocou para as cidades, o impacto da marginalização urbana foi brutal, sucedendo o mesmo com os artesãos, na sua transferência para o mundo do trabalho dependente, dentro das fábricas. (...) A disciplina industrial foi um dos motivos de maior rejeição popular, que travou a coesão, no espaço e no tempo, da classe proletária. As horas de trabalho, longe de diminuir (...). A economia familiar assentou, cada vez mais, no trabalho conjunto de todos os membros: homens, mulheres e crianças. A alimentação tornou-se mais escassa e pobre. (...) O mercado funcionou sempre contra o trabalho, de tal forma que o colocava próximo nos níveis de subsistência.

Ángel Bahamonde Magro, *Grande História Universal*, vol. XXIII, Lisboa, Ediclube, 1985.

1.1 Para responder a cada um dos itens de 1 a 4, selecione a(s) opção(ões) que lhe parece(m) mais adequada(s).

1.1.1 Segundo o autor do documento 1A, no século XIX, as cidades:

- (A) cresceram a um ritmo acelerado com espaços diferentes para a burguesia e o operariado, onde era visível o contraste do poder económico e das condições de vida.
- (B) mantiveram o seu ciclo de crescimento com a criação de espaços adequados para receber a população rural e outros meios de assistência e diversão.
- (C) cresceram mas mantiveram a sua estrutura inicial em que os diferentes grupos sociais conviviam entre si e comungavam de forma igualitária os espaços.
- (D) mantiveram o seu tamanho inicial, mas de forma gradual foram-se reestruturando com espaços diferentes destinados aos mais ricos e aos mais pobres.

1.1.2 Segundo o autor do documento 1A, no século XIX, a mentalidade burguesa:

- (A) acreditava e defendia a propriedade e a família vendo o trabalho, o esforço, a poupança e o mérito como os meios que permitiam o bem-estar material, a diferenciação e a ascensão social.
- (B) era focalizada no luxo e na ostentação sem preocupações com os custos que o divertimento e as modas poderiam custar, pois pretendiam demonstrar a sua riqueza.
- (C) defendia os contrastes sociais, acreditando que os indivíduos eram diferentes à nascença e que a riqueza determinava o grupo social a que cada indivíduo pertencia.
- (D) era focalizada na caridade e na promoção de bem-estar económico e social a todos os membros da sociedade independentemente da sua riqueza ou origem.

1.1.3 Quando o autor do documento 1B se refere «à sua transferência para o mundo do trabalho dependente, dentro das fábricas», está a falar do proletariado que se define por:

- (A) agrupar numa classe social todos aqueles que são donos dos meios de produção e vende o fruto do seu trabalho e investimento gerando continuamente lucros que voltam a investir.
- (B) serem todos aqueles que sendo assalariados só têm a caridade para subsistir e que existem desde que as sociedades se estruturaram e desenvolveram economicamente.
- (C) agrupar numa classe social todos aqueles que apenas dispõem da sua força de trabalho para obterem uma remuneração que lhes permita subsistir.
- (D) serem todos aqueles que têm a sua atividade e são detentores de algum meio económico que lhes permite subsistir e alimentar a sua família.

1.1.4 «As horas de trabalho, longe de diminuírem (...). A economia familiar assentou, cada vez mais, no trabalho conjunto de todos os membros: homens, mulheres e crianças. A alimentação tornou-se mais escassa e pobre.» Esta situação levou ao surgimento do movimento operário, isto é:

- (A) a uma forma de luta dos operários, organizada através de associações de entreajuda, manifestações, greves ou de movimentos sindicalistas que visavam a defesa dos interesses dos profissionais.
- (B) a uma forma de luta organizada através de associações de entreajuda, manifestações, greves ou de movimentos sindicalistas que visavam a defesa dos interesses da burguesia industrial.
- (C) a organização de assalariados associados numa instituição específica, sindicatos, que defendem os interesses e os direitos dos donos dos meios de produção.
- (D) a uma doutrina política e social que pretende chegar à igualdade social e à repartição da riqueza segundo a fórmula «de cada um como puder, para cada um segundo que necessitar».

III

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A crítica à Regeneração

Quando observarmos que, sem uma crise, sem uma guerra, apenas com estradas e caminhos-de-ferro; sem justificação cabal, a não ser o nosso desgoverno, nos temos endividado de modo que, se em 1854 cada Português pagava 600 reis, cada Português paga (...), em 1879-1880, 3 077 reis de juros da dívida nacional. (...) A nós sucede-nos que, além de nos faltar o carvão, matéria-prima industrial, nos faltam matérias-primas incomparavelmente mais graves ainda: juízo, saber, educação adquirida, tradição ganha, firmeza do governo e inteligência no capital, Todas estas faltas essenciais, e o avanço ganho pelos outros povos da Europa, (...) condenaram-nos a ficar decididamente ocupados a lavrar terras e emigrar para o Brasil. Os lucros agrícolas e o dinheiro dos emigrantes são o mais líquido das economias nacionais.

J.P. Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, 1881.



Doc. 2 – O rotativismo partidário entre o Partido Regenerador e o Partido Histórico Progressista (Rafael Bordalo Pinheiro, *A Paródia*, 1902).

Doc. 3 – A questão do «Mapa Cor-de-Rosa» e a cedência ao Ultimato Britânico.

Doc. 4 – O republicanismo em Portugal

Ser republicano, por volta de 1890, 1900 ou 1910, queria dizer ser contra a Monarquia, contra a Igreja, contra os Jesuítas, contra a corrupção política e os partidos monárquicos. Mas a favor de quê? As respostas mostravam-se vagas e variadas. (...) A tendência geral era antes para se conceder à palavra «república» algo de carismático e místico [mágico], e para acreditar que bastaria a sua proclamação para libertar o país de toda a injustiça e de todos os males. «Eu, meu senhor – dizia no Tribunal um dos soldados implicados na revolta de 31 de janeiro [de 1890] – não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa. (...)».

A.H. de Oliveira Marques (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Ed. Presença, 1991.

- 1.1 Caracterize o descontentamento português em termos económicos, sociais e políticos na década de 1890.
- 1.2 Identifique o regime político que era desejado pelos Portugueses no fim do século XIX e início do século XX.
- 1.3 Refira quando se implantou a República em Portugal.

IV

1. Analise os seguintes documentos.

Doc. 1 – A ciência e o realismo

Grande e poderosa arte, fazendo um profundo e subtil inquérito a toda a sociedade e a toda a vida contemporânea, pintando-lhe cruamente e sinceramente o feio e o mau, e não podendo na sua santa missão da verdade ocultar detalhe nenhum por mais torpe, como na sua científica necessidade a exatidão, um livro de anatomia não pode omitir o estado de nenhuma função e de nenhum órgão.

Eça de Queirós, *Os Maias*, 1888.

Doc. 2 – O impressionismo

O impressionismo caracteriza-se pela preponderância radical dada às sensações visuais. Se se considerar uma paisagem clássica, (...) sente-se que ela evoca uma espécie de natureza «média», resultante de sensações sucessivas, colhidas a diversas horas, depois combinadas e decantadas. Ela procura significar que tomámos posse do mundo não só com os nossos olhos, mas com o nosso espírito (...). Assim, Monet pintará a mesma paisagem em vários momentos do dia (...). O Impressionismo é, em certo sentido, menos “realista” do que a arte clássica, pois, baseia-se apenas na visão. (...) Desta atitude dos impressionistas resulta em particular a sua predileção pelo ar livre.

Pierre du Colombier, *História da Arte*, Lisboa, Edições Tavares Martins, 1958.

1.1 Associe os conceitos (coluna A) às respetivas definições (coluna B).

A	B
(A) Cientismo	(1) Movimento literário e artístico influenciado pelo positivismo, que se afirma a partir de 1850, e se caracteriza por representar a realidade tal como esta se apresenta, valorizando a objetividade.
(B) Positivismo	(2) Movimento artístico que surgiu em França na década de 1860 e que rompe com os modelos do passado, pois procura reproduzir as impressões tal como são sentidas e percebidas.
(C) Realismo	(3) Movimento artístico que atingiu o seu expoente em 1880-1890 e que se afirmou a nível pictórico e literário com a sua abordagem ao mundo invisível, ao sobrenatural, ao desejo e às ideias.
(D) Impressionismo	(4) Corrente de pensamento que valoriza a ciência como meio para alcançar o pleno conhecimento, o progresso e a felicidade humana.
(E) Simbolismo	(5) Estilo artístico que surgiu entre 1890 e 1914, presente na arquitetura e na pintura que se assumiu como um estilo decorativo em que predominam as linhas onduladas e assimétricas de inspiração natural.
(F) Arte Nova	(6) Corrente de pensamento do século XIX que exclui o pensamento metafísico considerando que a construção do conhecimento se deve fazer através do método positivo/científico.

Dossiê de fontes

A Europa dos Estados absolutos e a Europa dos parlamentos

Doc. 1 – A sumptuosidade joanina

O ouro jorra do Brasil incessantemente neste anos deslumbrantes para o rei e D. João V quer deixar obra. O esplendor da talha dourada começa a forrar igrejas e conventos, como sucede na igreja do convento da Madre de Deus, em Lisboa, na igreja de Santo António, em Lagos, ou nas de São Pedro de Miragaia e de São Bento da Vitória, no Porto. Além disso, o monarca intervém em velhos monumentos, como sucede em Alcobaça, onde a fachada do velho mosteiro ganhará uma nova face em 1725, ou em Évora, onde foi construído um novo altar-mor na sé catedral, entre 1716 e 1729, com um donativo de cerca de um milhão de cruzados d’el-rei. Também em Vila Viçosa, na privacidade do paço familiar e onde o avô partiu para ganhar o trono, D. João V procede a obras importantes, em que se destaca a redecação da sala grande do paço. A riqueza incessante permite obras de outro fôlego, e, em 1717, iniciaram-se duas das obras mais emblemáticas da sumptuosidade joanina. A 17 de julho, foi lançada a primeira pedra da nova biblioteca da universidade de Coimbra. No ano anterior, o reitor pedira auxílio para dispor de uma nova sala de leitura, mas o *Magnânimo* superou todas as expectativas e ordena a construção de um novo edifício ao lado da capela de São Miguel, que fora construída por D. Manuel I. Obra de engenharia complexa, pois as suas fundações assentam num terreno desnivelado, e de gosto requintado, dispondo de mobiliário e de uma decoração de um mecenato régio, a biblioteca representou um investimento importante na renovação cultural e no desenvolvimento da ciência, pois foi acompanhada por uma campanha de

aquisição de livros que disponibilizavam um conhecimento científico atualizado aos estudantes da universidade.

O reinado de D. João V foi marcado, aliás, pelo apoio da Coroa ao desenvolvimento cultural, o que se consubstanciou na criação de academias, a começar pela Real Academia da História, fundada a 8 de dezembro de 1720, cujos estatutos foram aprovados pelo monarca a 14 de janeiro do ano seguinte.

1717 foi igualmente o ano em que D. João V lançou a primeira pedra daquela que terá sido a sua «obra de regime», o convento de Mafra. D. João I invocara a vitória em Aljubarrota para edificar o grande mosteiro da Batalha, D. Manuel I invocara o sucesso da Índia para construir os Jerónimos, mas D. João V limita-se a prometer a fundação de um novo convento pela graça de ter um herdeiro. É certo que só ao fim de três anos de casamento é que a



Uma das três salas da biblioteca de Coimbra. Ao fundo, ao centro, como se de um templo se tratasse, ressalta o retrato do rei D. João V, de Domenico Duprá, num magnífico trabalho de talha em forma de moldura.

rainha engravidou, mas o monarca tem quatro irmãos barões legítimos, pelo que a dinastia nunca esteve em perigo. Não há, pois, nenhum feito extraordinário associado ao novo monumento, senão a sobrevivência da linhagem real e a riqueza imensa que lhe vem do Brasil, a colónia que sustentara a Restauração e que agora enchia os cofres da Coroa, ao mesmo tempo que se desenvolvia rapidamente.

O convento de Mafra foi a última grande construção religiosa ordenada pela Coroa e é o último programa desta envergadura. Na segunda metade do século XVIII, a monarquia continuou a patrocinar a construção de novas igrejas, em que o maior investimento recaiu na basílica da Estrela, em Lisboa, mas esteve a braços com a reconstrução de Lisboa; depois, a partida da corte para o Brasil e o advento do liberalismo também não foram propícios à criação de obras desta natureza.

João Paulo Oliveira e Costa, *Episódios da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.



Palácio-convento de Mafra (gravura de finais do séc. XVIII). Célebre pelos seus carrilhões, com um total de 92 sinos, e encarado como um desnecessário sorvedouro de ouro, o palácio-convento de Mafra é hoje uma peça incontornável do património edificado português. No seu interior existe a outra grande biblioteca joanina, com mais de 36 000 volumes.

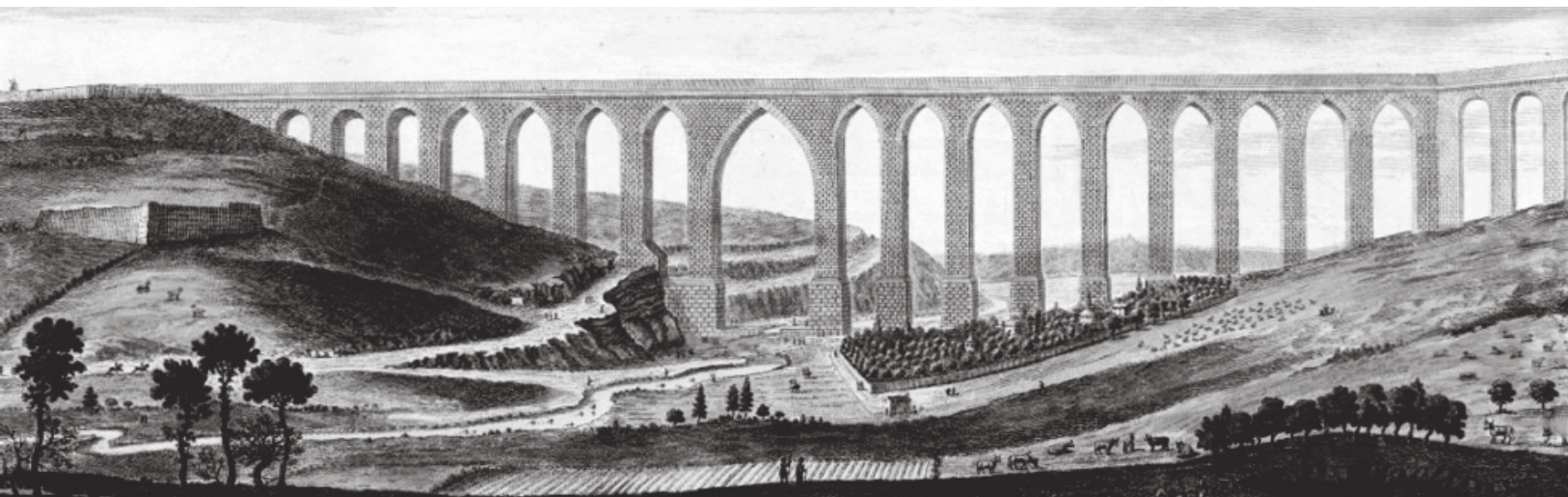
Doc. 2 – A construção do aqueduto das Águas Livres

Lisboa tinha dificuldades crónicas no abastecimento de água e D. João V decidiu pôr fim à situação. Em julho de 1731 ordenou o início do «encanamento» da água vinda da nascente das Águas Livres, em Belas. A obra demorou a arrancar e tardou dezassete anos até que o novo aqueduto fornecesse água aos lisboetas, mas tratava-se, de facto, de uma obra longa e complexa. O aqueduto prolonga-se por 14 174 metros, desde a nascente até à mãe-d'água, nas Amoreiras, mas a sua ramificação para obtenção de água noutras nascentes deu-lhe um comprimento total de 47 000 metros, a que se juntou mais 11 000 de distribuição dentro da cidade. O troço mais espetacular atravessa o

vale de Alcântara e é, ainda hoje, um dos ex-líbris da cidade de Lisboa. O percurso sobre o vale tem 941 m de comprimento e 65,29 metros de altura (ou 296,75 palmos) e foi construído entre 1740 e 1744. Toda a obra resistiu ao terramoto de 1755. O sistema entrou em funcionamento em 1748 e manteve-se em atividade até 1967, duzentos e dezanove anos depois.

Trata-se, sem dúvida, de uma das obras emblemáticas do reinado joanino, que nos ajuda a compreender a versatilidade da sua política no que respeita às obras públicas.

João Paulo Oliveira e Costa, *Episódios da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.



O aqueduto das Águas Livres (pormenor de gravura de finais do séc. XVIII).

Triunfo dos Estados e dinâmicas económicas nos séculos XVII e XVIII

Doc. 3 – O tráfico negroiro

Um navio nunca é exclusivamente um navio negroiro. Antes de carregar os negros, veio trazer mercadorias de troca. Desembarcados os negros, transportará madeira, açúcar e tabaco para Portugal. Muitas vezes, até, só transporta escravos de África para o Brasil. (...) Enquanto os negreiros holandeses, no início do século XVII, têm uma capacidade que varia entre 450 e 1 000 toneladas, os negreiros portugueses são muito mais pequenos, mas mais bem organizados e limpos, o que lhes permite transportar uma carga maior – cerca de 500 numa caravela –, enquanto os holandeses transportam apenas 300 num grande navio. Alguns navios portugueses chegavam a transportar cerca de 700. Os bergantins levam, pelo menos, 200. O navio no qual vai o religioso Carli leva 680, entre homens, mulheres e crianças. Os «homens», escreve ele, «eram empilhados no fundo do porão, acorrentados, com receio que se revoltassem e matassem todos os brancos que iam a bordo. Às mulheres reservavam a segunda entrecoberta. As que estavam grávidas eram reunidas na cabina de trás. As crianças eram amontoadas na primeira entrecoberta, como arenques no barril. Se quisessem dormir, caíam uns por cima dos outros. Havia sentinas, mas como muitos tinham medo de perder o seu lugar, faziam aí mesmo as necessidades, principalmente os homens», cruelmente acumulados «de maneira que o calor e o cheiro se tornavam intoleráveis». A duração da viagem é de cerca de 35 dias de Angola até Pernambuco, 40 dias até Baía e 50 até Rio de Janeiro – no melhor dos casos. Mas se o navio apanha as calmarias equatoriais, a viagem até Recife pode durar 50 dias. (...) Pior do que tudo é o

sofrimento dos cativos, de tal forma que muitos não resistem, morrendo asfixiados, exaustos ou doentes. Já em 1569, o frei Tomé de Mercado nos citou o caso de uma nau com 500 escravos em que, numa só noite, morreram 120. (...) Chegados ao Brasil, e desembarcados segundo as regras impostas pelo rei e pelo contratador, os escravos são reunidos num campo, onde repousam, são alimentados, limpos, tratados, para estarem prontos a ser vendidos nos leilões e perderem o aspeto da «fadiga» da viagem. (...) No mercado brasileiro o preço varia muito e rapidamente com a oferta, em função da própria oferta do mercado africano, das carreiras do transporte, das necessidades das Índias de Castela. Varia também com a procura, em função da produção açucareira e dos flagelos – fome, varíola – exterminadores de escravos. Finalmente, em Pernambuco ou na Baía, como em Angola, a especulação e o açambarcamento têm um papel considerável. E os funcionários do Estado tornaram-se peritos nessas operações.

Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670)*, Paris, École Pratique des Hautes Études.

Doc. 4 – O protecionismo: um exemplo

Pierre Guichard, comerciante da nossa cidade de Saint-Quentin, tendo estabelecido na dita cidade uma manufatura de bombazinas e outros tecidos de algodão (...) nós permitimos-lhe o fabrico, na cidade e nos arredores (...) de todo o tipo de bombazinas e outros tecidos de algodão ou de linho, proibindo qualquer outra pessoa de o incomodar, inquietar, imitar ou contrafazer as ditas bombazinas durante 10 anos inteiros e consecutivos (...) e para lhe mostrar como o estabelecimento da dita manufatura nos agrada e dar-lhe meio de a manter e a aumentar, concedemos-lhe a soma de 12 mil libras (...). E isentamos e isentaremos a casa onde viver de obrigação de alojar tropas, e para atrair à dita manufatura muitos operários, determinamos que os operários estrangeiros que trabalhem durante 6 anos inteiros e consecutivos na dita manufatura sejam considerados naturais do reino e Franceses (...). Queremos também que durante o dito privilégio não possa ser incluído na lista das talhas desta nossa cidade por uma soma superior à que foi registada na lista do ano de 1670. Versalhes, fevereiro de 1671.

«Privilégio concedido ao Senhor Guichard para a manufatura de bombazinas de Saint-Quentin», in François Cadilhon, *La France d'Ancien Régime: Textes et Documents, 1484-1789*, Paris, PUF, 2003.

Doc. 5 – Algumas condições da prioridade inglesa na Revolução Industrial

As grandes mudanças no domínio do Homem sobre a natureza e as suas consequências para o modo de vida das populações, iniciadas em Inglaterra no reinado de Jorge III para depois se espalharem em maior ou menor grau por quase todas as partes habitadas do globo, constituem espantoso assunto para qualquer historiador. Até à Revolução Industrial, as mudanças económicas e sociais, apesar de contínuas, caracterizaram-se por um ritmo deveras lento (...).

O caminho para a Revolução Industrial foi preparado pelos primeiros e rápidos melhoramentos dos métodos de transporte, talvez os únicos a serem levados a cabo desde a era dos Romanos. Podemos assistir, desde o início do reinado de Jorge III, ao alastrar de uma rede de canais que acabou por alcançar inúmeros distritos, trazendo-lhes os benefícios de que Londres sempre desfrutara graças à sua posição marítima e ao carvão trazido pela mesma via. Os canais acabaram por surgir em todos os cantos da ilha, mas os que pagavam dividendos acima de 10% localizavam-se na sua maioria nos distritos mineiros e industriais do norte e das *Midlands*, ou serviam para ligar esses

mesmos distritos ao vale do Tamisa. O sistema de «navegação interna», como lhe chamavam, desenvolveu-se por causa do comércio do carvão de uma forma muito semelhante à da moderna marinha mercante. Os caminhos de ferro, quando surgiram, foram inicialmente concebidos para servir a distribuição do carvão e para colmatar as lacunas do sistema de canais. Contudo, nos dias de George Stephenson, os mais avisados davam já uma vida curta ao sistema de canais em Inglaterra. Também efémera, e pelas mesmas razões, foi a glória das duras estradas «macadamizadas», com as suas carruagens de tração animal e correios-expressos. (...) Em quarenta anos, a produção de ferro britânica aumentou dez vezes; o País Negro tornou-se no centro deste novo empreendimento, ao qual se juntaram outras indústrias associadas, como as das ferragens e da cerâmica, todas elas cada vez mais dependentes do ferro ou do carvão. A ilha encheu-se de novos ramos de negócios, cada qual ajudado por uma das muitas adaptações da máquina a vapor de James Watt, destinadas aos vários processos de mineração ou de manufatura. (...)

Foi durante o reinado de Jorge III que as *Midlands*, a Anglia Oriental e grande parte da paisagem do norte de Inglaterra e da Escócia assumiram o aspeto que hoje apresentam, tão parecido com um tabuleiro de xadrez: as terras aráveis encontram-se «vedadas» por inúmeras sebes ou muros feitos de pedras sobrepostas. O canto sudeste da ilha, bem como muitos dos condados ocidentais, apresentaram estas características ao longo dos últimos séculos. A vedação generalizada das terras no reinado de Jorge III (...), abriu o caminho a melhores métodos agrícolas, caracterizados pelo minifúndio, em lugar das faixas comunitárias cultivadas nos campos abertos. Estas oportunidades não foram negligenciadas, pois o século XVIII foi a era dos «senhorios investidores» – pessoas que colocaram os seus capitais nas terras e que estudaram, aplicaram e ensinaram a agricultura científica e a criação racional de gado. As raças bovina e caprina, bem como a cavalar, foram desenvolvidas em Inglaterra até à perfeição durante aquilo a que se chamou o «século dos melhoramentos». As culturas experimentais, os enxertos de espécies e a aplicação de métodos corretos no crescimento dos cereais – aspetos impossíveis de concretizar no sistema de campo aberto – tornaram-se assim prática usual dos agricultores ingleses.

G. M. Trevelyan, *História Concisa de Inglaterra*, vol. II, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1991.

Doc. 6 – A política mercantilista do conde da Ericeira

Os dois vedores da fazenda, o conde da Torre (depois marquês de Fronteira) e o conde da Ericeira – que foi nomeado superintendente das fábricas e manufaturas do reino –, gizaram um plano de crescimento industrial, contratando artífices e peritos em França, Inglaterra, Espanha e Veneza, adiantando fundos, concedendo toda a espécie de privilégios às novas fábricas, etc. Estabeleceu-se uma indústria de vidros em Lisboa (1670-71), indústrias têxteis em Estremoz (1671-72), Lisboa (1677-79) e nas regiões da Covilhã, Fundão e Tomar (1671-1681), e fundições de ferro em Lisboa, Tomar e Figueiró dos Vinhos (sobretudo a partir de 1680, mas já com alguns precedentes).

A fim de proteger as novas indústrias, o governo promulgou uma série de leis proibindo o uso de diversas qualidades de tecidos importados, chapéus, fitas, rendas, brocados e outros artigos similares (1677, 1686, 1688, 1690, 1698). Desta maneira, não eram teoricamente violados os tratados de comércio que haviam sido firmados com países estrangeiros. Proibiu-se também a importação de cerâmica, azulejos e vidro. Fomentou-se ainda a construção naval. Com o fim da crise económica (1692) e a descoberta das minas de ouro no Brasil (1693-95), surgiram maiores dificuldades para as recém-criadas indústrias. Voltou a prosperidade baseada nas exportações de vinho, azeite, açúcar, tabaco, etc., sendo difícil pagar em ouro o défice da balança comercial. Comércio e agricultura vol-

taram a dar as mãos. A fraca qualidade de muitos artigos manufaturados, aliada ao prestígio de bens de consumo vindos do estrangeiro, levou muitos compradores a violarem a lei e a desprezarem os produtos «made in Portugal». A política de «industrialização» teve de ser abandonada, o conde da Ericeira suicidou-se e o marquês de Fronteira mudou completamente de linha de rumo.

A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. I, Palas Editores, 1973.

A construção da modernidade europeia

Doc. 7 – Jacob de Castro Sarmiento

O primeiro judeu a obter o grau de doutor no Reino Unido, tentou que em Portugal fossem aceites a Filosofia e a Ciência modernas. Nascido Henrique de Castro Sarmiento (1691-1762), em Bragança, estudou Artes na universidade de Évora e, posteriormente, Medicina na universidade de Coimbra, curso que completou em 1717. Já médico, praticou em Beja e em Lisboa e, em 1721, saiu de Portugal, fugindo à perseguição movida pela Inquisição aos judeus. Fixou então residência em Londres, tendo alterado o nome para Jacob de Castro Sarmiento, convertendo-se em rabi dos judeus portugueses ali residentes. Conviveu com o médico Ribeiro Sanches (1699-1783) e com o Marquês de Pombal (1699-1782), enquanto este foi ministro junto da corte inglesa. Ao longo da sua vida, destacou-se por ter sido membro do Colégio real dos médicos de Londres, sócio da *Royal Society* e por ter sido o primeiro judeu a obter o grau de doutor no Reino Unido, através da universidade de Aberdeen, na Escócia. Tentou, por várias vezes, que em Portugal fossem aceites a Filosofia e a Ciência modernas. Em 1737 provocou uma renovação nas ideias científicas portuguesas com a publicação de «Teórica verdadeira das marés», o primeiro texto em português a divulgar as ideias de Isaac Newton. Faleceu em Londres em 1762.

www.museudaciencia.pt (consultado em março de 2014)

Doc. 8 – O ensino pombalino

Ao longo dos três séculos da Era Moderna, a forma escolar foi-se impondo aos modos tradicionais de socialização, de aprendizagem e de transmissão cultural. Em meados do século XVIII, graças ao trabalho dos jesuítas e de outras congregações docentes, o modelo escolar encontra-se já razoavelmente definido: a educação das crianças e dos jovens realiza-se num espaço próprio, separado da família e do trabalho, sendo da responsabilidade de um ou de vários mestres que ensinam um elenco de matérias previamente definidas através de determinados procedimentos didáticos. A expulsão dos jesuítas, em 1759, constitui um momento de grande significado na história da educação em Portugal e na Europa católica. Num curto período de tempo, o marquês de Pombal vê-se obrigado a substituir a Companhia de Jesus na direção e organização dos estudos. Através das reformas de 1759 e de 1772, lança as bases de um sistema estatal de ensino, antecipando a ideia de instrução pública, tal como ela se desenvolveria após a Revolução Francesa. (...) Dois aspetos merecem realce na ação reformadora de Pombal. Por um lado, a definição de uma rede de escolas, segundo um plano elaborado por «corógrafos peritos», que prefigura um sistema de ensino em três níveis (primário, secundário e superior). Por outro lado, a imposição de um imposto especial, designado por «subsídio literário», exclusivamente em benefício das escolas régias e do pagamento dos seus mestres e professores.

António Nóvoa, *e.vid.ente.mente*, Porto, Edições Asa, 2005.

A Revolução Americana – uma revolução fundadora

Doc. 1 – A Revolução Americana

Implantados desde os princípios do século XVII na América do Norte, os Ingleses fundaram aí treze colônias. Fiéis à mãe-pátria na altura da guerra dos Sete Anos (1756-1763), lutaram contra os Franceses do Canadá e contribuíram assim para a vitória inglesa. No sul da América do Norte, as colônias são constituídas por vastas plantações onde os escravos cultivam algodão, tabaco e cana-de-açúcar. Os proprietários destas plantações, muitos deles excentricamente ricos, vivem à maneira dos aristocratas europeus. O norte, com atividades artesanais e indústrias mais diversificadas, está marcado por um importante desenvolvimento urbano, que favorece a difusão do ensino, a evolução da imprensa e a vivacidade dos debates políticos. Ao contrário destas regiões de pequenas cidades e portos ativos, o centro é dominado por vilas e aldeias preocupadas em preservar os interesses económicos e as liberdades políticas ameaçadas. Comitês de correspondência estabelecem-se no conjunto do território, um partido patriótico e milícias clandestinas constituem-se: é a guerra que se prepara. Em abril de 1775, em Lexington, um destacamento inglês que tenta ocupar um depósito de armas atira sobre os colonos, abrindo as hostilidades. O Congresso cria um exército continental oficial cujo comando é confiado a George Washington.

(...) A valorização das terras é aí assegurada por colonos de origem germânica. Submetidas à autoridade de um governo nomeado pela coroa britânica, cada uma destas colônias possui uma constituição e uma assembleia eleita encarregada de votar o imposto. Em 1766, o parlamento inglês, preocupado em fazer desvanecer a dívida de guerra do Estado, procura impor novas taxas às suas colônias da América. Os colonos recusam, as suas assembleias protestam e os confrontos, por vezes violentos, opõem a população às tropas britânicas. Escandalizado com estas manifestações de desobediência, o rei Jorge III toma medidas económicas, reservando o monopólio do comércio das colônias aos navios de portos ingleses, o que suscita a indignação dos colonos. A Virgínia instaura a república (1776), em breve seguida pelo conjunto do Congresso, que, a 4 de julho de 1776, proclama a união das colônias e a independência dos Estados Unidos da América, em nome dos direitos do homem e das suas liberdades.

Michael Welply e Caroline de Peyronnet, *A Era das Revoluções*, col. «A História dos Homens», Porto, Lello & Irmão, (s.d.).

A Revolução Francesa – paradigma das revoluções liberais e burguesas

Doc. 2 – A sociedade francesa do Antigo Regime

A nobreza tinha perdido, não somente o seu esplendor, mas até mesmo a sua existência, e estava inteiramente decomposta. (...) A maior parte das grandes terras tituladas tinha-se tornado apanágio dos financeiros, dos negociantes ou dos seus descendentes. Os feudos, na sua maior parte, achavam-se nas mãos dos burgueses das cidades. A nobreza, enfim, já não se distinguia das outras classes de cidadãos senão pelos favores arbitrários da corte e pelas isenções de impostos, menos úteis para ela do que onerosas para o Estado e chocantes para o povo. Nada conservava da sua antiga dignidade e da sua primitiva consideração; restava-lhe unicamente o ódio e inveja dos plebeus (...).

Em Paris e nas grandes cidades, a burguesia era superior em riquezas, em talento e em mérito pessoal. Tinha nas cidades de província a mesma superioridade sobre a nobreza rural. A burguesia sentia essa superioridade e, contudo, era por toda a parte humilhada; via-se excluída, pelos regulamentos militares, dos empregos do exército; era-o também, de certa maneira, do alto clero, pela escolha dos bispos entre a alta nobreza e dos grandes vigários em geral entre os nobres. A alta magistratura também a repelia e a maior parte dos tribunais soberanos (parlamento, tribunais de contas, etc.) não admitia entre si senão nobres. Mesmo para ser nomeado referendário, primeiro grau no conselho de Estado, que conduzia aos lugares eminentes de intendente e que tinha conduzido os Colberts e os Louvois e tantos homens célebres aos cargos de ministros da Estado, exigiam-se, nos últimos tempos, provas de nobreza.

Marquês de Bouillé (1739-1800) «Memórias», em G. de Freitas, *900 Textos e Documentos de História*, vol. III, Lisboa, Plátano Editora.

Doc. 3 – Panfleto contra o rei francês

Pai-nosso que estais em Versalhes, que o vosso nome seja detestado. O vosso reino treme. A vossa vontade não é mais executada na terra como no céu. Dai-nos o pão de todos os dias que nos haveis tirado. Perdoai aos vossos parlamentos, que defenderam os vossos interesses, como perdoais aos vossos ministros que os traíram. Não sucumbais às tentações da Du Barry [amante favorita de Luís XV – 1769-1774]. Mas livrai-nos do diabo do chanceler. Assim seja!

Robert Darnton, *Édition et Sédition, L'univers de la Littérature Clandestine au XVIII^e Siècle*, Paris, Gallimard, 1991 (tradução das autoras).

Doc. 4 – Os girondinos na Convenção

Os desorganizadores são aqueles que tudo querem nivelar: as propriedades, o preço dos géneros, os serviços a prestar à sociedade; querem que o operário receba subsídios do legislador; querem nivelar até os talentos, os conhecimentos, as virtudes, pois não têm nada disto!

O povo foi feito para servir a revolução, mas, estando esta concluída, deve permanecer em casa e deixar que os mais inteligentes o dirijam.

Discurso de Brissot, a 24 outubro de 1792. Jornalista e deputado eleito na Convenção, que dirigiu os girondinos e, depois, foi preso e executado.

Doc. 5 – Os montanheses na Convenção

Todos se amotinam, todos tremem, todos anseiam combater. (...) Uma parte do povo vai para as fronteiras; uma outra abre trincheiras; a terceira defenderá as nossas cidades com os seus piques. (...) O sino a rebate que vai tocar não é um sinal de alarme, é a carga sobre os inimigos da Pátria. Para os vencer, senhores, é-nos necessária audácia, mais audácia, sempre audácia, e a França será salva!

Discurso de Danton aquando das derrotas francesas face aos prussianos. Foi advogado e deputado da Convenção e tentou reconciliar girondinos e montanheses. Foi executado em 1794.

Doc. 6 – O processo de Luís XVI

Não tendes uma sentença a proferir a favor ou contra um homem, mas uma medida de salvação pública a tomar, um ato de providência nacional a exercer.

Luís foi rei e a república está fundada. Luís foi destronado pelos seus crimes. Luís denunciava o povo francês como rebelde. Para o castigar, chamou às armas os tiranos seus confrades. A vitória e o povo decidiram que apenas ele é rebelde. Luís não pode, pois, ser julgado: ou ele é já condenado ou a república não será absolvida. (...) Se Luís é absolvido, se Luís é presumível inocente, o que será da revolução?

Quanto a mim, detesto a pena de morte proporcionada pelas vossas leis; e, por Luís, não tenho nem amor nem ódio; apenas odeio os seus crimes. Com pesar, pronuncio esta fatal verdade (...) mas Luís deve morrer para que a pátria viva (...). Peço que a Convenção Nacional o declare, desde já, traidor à nação francesa, criminoso para com a humanidade.

Discurso de Robespierre na Convenção, a 3 dezembro de 1792.

Doc. 7 – O Terror: a justificação

Disseram que o Terror era a força do governo despótico. O nosso parece-se então com o despotismo? Que o déspota governe pelo terror os seus súbditos abrutados; tem razão como déspota. Dominaí pelo terror os inimigos da liberdade e tereis razão como fundadores da república. O governo da revolução é o despotismo da liberdade contra a tirania. Não se faz a força para proteger o crime? Até quando o furor dos déspotas será chamado justiça, e a justiça do povo barbaridade ou rebelião?

Discurso de Robespierre na Convenção, a 25 de fevereiro de 1794.

Doc. 8 – Marat: a morte do herói

O busto do amigo dos verdadeiros *sans-culottes* foi levado num andor; a fronte estava cingida por uma coroa de carvalho; ao lado, estavam colocados vasos onde se queimava incenso; grinaldas de folhas de carvalho esvoaçavam à volta; música, forças armadas e muito povo formavam o cortejo. Percorreram diferentes ruas e dirigiram-se à sala ordinária de sessões. Lá, o busto de Marat foi colocado ao lado do de Le Peteliet (membro da Convenção assassinado a 20 de janeiro de 1793), e os verdadeiros amigos da república contemplaram enternecidamente os bustos dos seus dois mártires da liberdade. Os músicos tocaram «Túmulo de Marat», composto por Paillot, músico desta comuna. Após isto, Sauvageot, o presidente, pronunciou o elogio fúnebre de Marat.

A. Aulard, «La Révolution de 1789 en Côte d'Or»,
Histoire Politique de la Revolution Française, Paris, 1913.

A geografia dos movimentos revolucionários na primeira metade do século XIX

Doc. 9 – A independência da Bélgica

Belgas! Nossos compatriotas, nossos amigos, nossos irmãos!

Há épocas em que a independência e a honra de uma nação, ameaçadas pelas intrigas externas, só podem ser salvas por uma alta manifestação da vontade geral. Este momento chegou para os Belgas. Apertemo-nos em volta da bandeira de setembro: a Pátria será salva pela união dos seus filhos.

Estejamos prontos para a guerra (...) aos bárbaros que ocupam ainda uma parte do nosso território! (...) para rejeitar o fardo da nossa dívida holandesa, para escapar à fragmentação do nosso território (...). Os Polacos, comprimidos por três Estados que escravizam esta heroica nação, rejeitam as hordas do autocrata. Nós só temos de o fazer contra o rei da Holanda.

Manifesto da Associação Nacional Belga, março de 1831.

Doc. 10 – Liberdade

Até 1789, a sociedade francesa não era igualitária. A nobreza e o clero gozavam de privilégios, ou seja, eram beneficiados em relação ao terceiro estado, isto é, ao povo. A liberdade de opinião não existia; a Igreja Católica, não separada do Estado, não tolerava o livre exercício dos outros cultos, nem favorecia a propagação das novas ideias. O rei governava «como muito bem lhe apetecia». Por meio de uma ordem de prisão podia deter e pôr na cadeia quem quisesse.

A tomada da Bastilha, a 14 de julho de 1789, é comemorada todos os anos, constituindo o dia nacional de França, pois simboliza a conquista da liberdade. Nesse dia, o povo de Paris quis libertar os prisioneiros que ali se encontravam detidos. Foi uma forma de dizer que o poder não deveria nunca mais prender quem quer que fosse sem julgamento.

Sabes certamente que 1789 é uma data muito importante na história, não somente de França, mas também da Europa e do mundo. Nesse ano começou a Revolução Francesa. (...) Um dos mais belos momentos desta revolução ocorreu quando a Assembleia Constituinte, a 26 de agosto de 1789, votou a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, cujo primeiro artigo começava com estas palavras: «Os Homens nascem e mantêm-se livres e iguais em direitos.» (...)

Em 1792, a monarquia foi abolida e a república proclamada. No início do ano seguinte, Luís XVI foi guilhotinado e, alguns meses mais tarde, foi estabelecido o Terror, através da ditadura moral de Robespierre.

Centenas de inocentes foram então condenados à morte – para assegurar a liberdade, afirmavam aqueles que a condenavam.

É certo que a situação se apresentava difícil, pois a república era atacada do exterior, pelos exércitos dos reis, e interiormente, pelos camponeses que recusavam defender a pátria. Os inocentes não eram por via disso menos inocentes. Entre as vítimas contou-se Lavoisier, um dos nossos maiores cientistas. Outra vítima foi o poeta André Chénier, que tinha escrito grandes poemas sobre a liberdade. Ou ainda a célebre Madame Roland, cuja tertúlia tinha tido uma influência política considerável e que, segundo se diz, intrépida e sorridente sobre o cadafalso disse: «Liberdade, quantos crimes se cometeram em teu nome!» Das liberdades, com efeito, não restava quase nada.

Jean-Luc Moreau, *A Liberdade Explicada às Crianças*, Lisboa, Terramar, 1998.

Doc. 11 – O século das revoluções

Em 1815, Napoleão, vencido em Waterloo, foi exilado em pleno Atlântico, na pequena ilha britânica de Santa Helena. Mas em França não foi restaurada a república. Foi a monarquia que foi restaurada e daí o nome que se dá ao período que então começa: a Restauração.

O novo rei, Luís XVIII, não restabeleceu pura e simplesmente o antigo regime. A ideia dos direitos do Homem é uma ideia tão forte que já ninguém a pode voltar a pôr seriamente em questão. Mas a verdade é que apenas usufrui de direitos políticos uma pequena minoria de gente rica, e a maior parte das liberdades não se encontra garantida.

Se em 1830, e depois de 1848, o povo de Paris se revolta de novo, é justamente em nome da liberdade.

Em 1848 é proclamada a Segunda República. Desta vez a escravatura é definitivamente abolida em todos os territórios sob administração francesa. *Liberdade, igualdade, fraternidade* torna-se oficialmente a divisa da república. O sufrágio universal, ou seja, o direito reconhecido a todos de votar para elegerem os seus representantes, é instaurado pela primeira vez. Mas, infelizmente, os Franceses utilizam-no bastante mal. Aquele que escolhem monopoliza em breve todo o poder e torna-se imperador: é Napoleão III. Victor Hugo, exilado na pequena ilha de Guernsey, chama-lhe «Napoleão, o Pequeno». Os Franceses pensaram que tinham escolhido um chefe; na realidade entregaram-se a um patrão.

Jean-Luc Moreau, *A Liberdade Explicada às Crianças*, Lisboa, Terramar, 1998.

Doc. 12 – *A Liberdade Guiando o Povo*, de Eugène Delacroix (1831)

Sob um céu de uma magnífica cor de chumbo, sob um sol cinzento e poderoso pairando sobre Paris, a barricada alonga-se com as suas pedras e os seus mortos. O cadáver da direita, despido por baixo, exhibe uma nudez erótica e trágica. No plano de fundo, a cidade sob as nuvens de fumo e de pólvora, a massa dos insurretos que combatem. Eis as cinco personagens em primeiro plano. Um descendente de revolucionários, com boina, descomposto e sem idade, com a baioneta calada; a seus pés uma criança, miúdo ou miúda, espreita a morte junto ao chão, no furor da angústia; um estudante de chapéu, com as mãos crispadas num bacamarte, avança; um operário agoniza, com a cabeça caída; à direita, um garoto, com um grande cinturão arrancado a um morto, corre freneticamente com uma pistola em cada mão. Mas rodeando tudo e todos, bem ao centro, direita, a enorme frágil mulher com seios de combate, o vestido atado com uma corda, seminua, viril, caminhando descalça: é um perfil doce e rude de deusa antiga e de rapariga da rua, com um olhar de comando certo, de piedade soberana; o braço direito ergue a bandeira tricolor, que se desdobra atrás de si; o braço esquerdo está armado com uma espingarda



de baioneta. A Liberdade é bela, de uma beleza casta e fogosa; ela irrompe; ela conquista; surge invulnerável a nossos olhos. Todos os outros morrerão, mas ela não. Com um garoto que a acompanha, ela forma um par, o mais belo de todos, o da mãe e do filho. Esta criança é o herdeiro de França! Com o operário agonizando de joelhos, de perfil suavemente perdido na sombra, deslizando, contemplando-a com o olhar extasiado da derradeira visão, ela também forma um par, brutalizado pela morte: aquele era o pai da criança.

Pierre-Jean Jouve,
Lyrique, 1956 (adaptado).

A implantação do liberalismo em Portugal

Doc. 13 – A burguesia comercial do Porto e a Revolução de 1820

Formavam-se no Porto ricos comerciantes e grandes fortunas, provenientes, em grande parte, dos vinhos. À feira que, em fevereiro, se realizava em Peso da Régua, ocorriam negociantes de todo o reino e as transações realizadas representavam 10 a 12 milhões de cruzados. O fundo primitivo da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, de 1 800 000 cruzados, estava avaliado, à data em que Balbi escrevia, em 14 000 000, incluindo os vinhos armazenados, as construções e os utensílios pertencentes à Companhia do Porto, Peso da Régua, etc. Os lucros dos acionistas oscilavam entre 10 a 12% do capital investido. (...) O enriquecimento da classe mercantil do Porto, o facto de Ferreira Borges, um dos elementos do *Sinédrio*, filho de um armador, ser secretário da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, ter constatado no Brasil, em 1822, que Portugal preparava uma forte expedição e submissão, financeiramente abonada pela Companhia, não são coincidências para desprezar na compreensão da revolução de 1820.

Julião Soares de Azevedo,
Condições Económicas da Revolução portuguesa de 1820, Lisboa, 1944 (adaptado).

Doc. 14 – A importância da imprensa no século XIX

O jornal destinava-se a uma classe média alfabetizada e instruída, apologista da revolução de 1820 e constitucionalista, que lia também o *British Monitor* e o *Diário de Paris*. Sem dúvida passa pelo *Astro da Lusitânia* um propósito de libertar a população do domínio da opressão e ignorância, seja ela de teor material ou espiritual.

Susana Pinheiro, «Religião, Sociedade e Vintismo no jornal *Astro da Lusitânia*»,
in *Lusitânia Sacra*, 16, 2004.

Doc. 15 – D. Pedro IV, o *Rei Soldado*

Por esta fórmula se desencadearam sobre o País, em que Eu nasci, todos os horrores que pode excitar a perversidade humana! Oprimidos os Povos pelos ultrajes que cometiam as Autoridades que os governam; manchadas as páginas da História Portuguesa pelas afrontosas satisfações com que o frenético Governo da usurpação se tem visto obrigado a expiar alguns atos de irrefletida atrocidade con-

tra súbditos portugueses; (...) interrompidas as relações diplomáticas, e comerciais com a Europa inteira; enfim, a tirania manchando o trono; a miséria e a opressão sufocando os mais nobres sentimentos do Povo! Eis o quadro lastimoso que apresenta Portugal há perto de quatro anos.

Depois de agradecer nas ilhas dos Açores aos indivíduos que compuseram a Regência (que nomeei por estar ausente) o patriotismo com que desempenharam em circunstâncias tão difíceis o seu encargo, reassumirei (pelos motivos que ficam ponderados) a Autoridade, que na mesma Regência se achava depositada, a qual conservarei até que estabelecido em Portugal o Governo Legítimo de Minha Augusta Filha, deliberem as Cortes Gerais da Nação Portuguesa (cuja convocação imediatamente mandarei proceder) se convém que Eu continue no exercício dos Direitos, que se acha designados no Artigo 92.º da Carta Constitucional; e resolvida que seja esta Questão afirmativamente, prestarei o juramento exigido pela mesma Carta para o exercício da Regência permanente. Será então que os Portugueses oprimidos verão chegar o termo dos males, que há tanto tempo os flagelam.

D. Pedro, duque de Bragança, a bordo da fragata *Rainha de Portugal*, a 2 de fevereiro de 1832,
in *Crónica Constitucional de Lisboa*, 1833.

O legado do liberalismo na primeira metade do século XIX

Doc. 16 – O romantismo

O romantismo, tantas vezes mal definido, é, afinal de contas – e esta é a sua definição real –, o liberalismo na literatura. (...) A liberdade na arte, a liberdade na sociedade, eis o duplo fim para o qual devem tender todos os espíritos consequentes e lógicos (...). Esta voz alta e poderosa do povo, que se assemelha à de Deus, pretende, doravante, que a poesia tenha a mesma divisa que a política: Tolerância e Liberdade.

Victor Hugo, *O Romantismo*, 1830.

As transformações económicas na Europa e no mundo

Doc. 1 – A revolução dos transportes e dos meios de comunicação

A consolidação da economia mundial no século XIX foi possível graças ao aumento e melhoria dos meios de intercâmbio e de comunicação. A trilogia telégrafo, caminho de ferro e barco a vapor expande as notícias, os homens e as mercadorias a uma velocidade inusitada até então e a preços que desciam continuamente. A generalização do telégrafo elétrico revolucionou o mundo das finanças e do comércio. Não se compreende a especulação bolsista sem uma cobertura telegráfica que permita a internacionalização do capital. Neste aspeto, há um paralelismo estreito entre a difusão do telégrafo e a maior presença de valores estrangeiros nas bolsas nacionais. A partir de meados do século XIX, nas bolsas de Londres e Paris são negociados valores de todo o mundo: empréstimos estatais, ações e obrigações ferroviárias ou mineiras, passando o telégrafo a anunciar o aumento das cotações em apenas alguns minutos. (...) Mas o telégrafo elétrico abriu uma nova época. (...) Os progressos técnicos facilitaram a consolidação do novo invento, com a aplicação da pilha voltaica e as descobertas sobre o eletromagnetismo e o código Morse. A partir de 1844, colocam-se as primeiras linhas telegráficas nos Estados Unidos e na Europa. (...) O caminho de ferro foi a peça-chave na formação dos mercados nacionais.

Concluindo, a revolução dos transportes articula os mercados nacionais e unifica o mercado mundial, até conformá-lo como um único espaço económico, onde circulam homens, ideias e mercadorias. Um só espaço, constituído por um conjunto de economias dependentes, satélites de capitalismo centrais em vias de industrialização. Em 1800-70, o comércio da antiga América espanhola e portuguesa, estimulado a partir de Londres, cresceu 400%, sem que estes números fossem suscetíveis de proceder ao arranque industrial. Entre 1842-60, pelos tratados de Nanquim e Tientsin, o imenso espaço chinês abria os seus portos e o Iangtsé à hegemonia europeia, abrindo caminho para o extremo oriente asiático. Tudo isto facilitado pela abertura do canal de Suez, em 1869, e posterior controlo do Egito.

Ángel Bahamonde Magro, *Grande História Universal*, vol. XXIII, Lisboa, Ediclube, 1998.

A sociedade industrial e urbana

Doc. 2 – A condição dos operários – carta encíclica «Rerum Novarum»

A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos de um pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.

Por toda a parte, os espíritos estão apreensivos e numa ansiedade expectante, o que por si só basta para mostrar quantos e quão graves interesses estão em jogo. Esta situação preocupa e põe ao

mesmo tempo em exercício o génio dos doutos, a prudência dos sábios, as deliberações das reuniões populares, a perspicácia dos legisladores e os conselhos dos governantes, e não há, presentemente, outra causa que impressione com tanta veemência o espírito humano.

É por isto que, Veneráveis Irmãos, o que em outras ocasiões temos feito, para bem da Igreja e da salvação comum dos homens, em Nossas Encíclicas sobre a soberania política, a liberdade humana, a constituição cristã dos Estados (1) e outros assuntos análogos, refutando, segundo Nos pareceu oportuno, as opiniões errôneas e falazes, o julgamos dever repetir hoje e pelos mesmos motivos, falando-vos da Condição dos Operários. Já temos tocado esta matéria muitas vezes, quando se Nos tem proporcionado o ensejo; mas a consciência do Nosso cargo Apostólico impõe-Nos como um dever tratá-la nesta Encíclica mais explicitamente e com maior desenvolvimento, a fim de pôr em evidência os princípios de uma solução conforme à justiça e à equidade. O problema nem é fácil de resolver, nem isento de perigos. É difícil, efetivamente, precisar com exatidão os direitos e os deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho. Por outro lado, o problema não é sem perigos, porque não poucas vezes homens turbulentos e astuciosos procuram desvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar as multidões e fomentar desordens.

Não luta, mas concórdia das classes

O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições. (...)

Sim, a dor e o sofrimento são o apanágio da humanidade, e os homens poderão ensaiar tudo, tudo tentar para os banir; mas não o conseguirão nunca, por mais recursos que empreguem e por maiores forças que para isso desenvolvam. Se há quem, atribuindo-se o poder de fazê-lo, prometa ao pobre uma vida isenta de sofrimentos e de trabalhos, toda de repouso e de perpétuos gozos, certamente engana o povo e lhe prepara laços, onde se ocultam, para o futuro, calamidades mais terríveis que as do presente. O melhor partido consiste em ver as coisas tais quais são, e, como dissemos, em procurar um remédio que possa aliviar os nossos males.

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também na sociedade as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.

A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, de um conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens. Ora, para dirimir este conflito e cortar o mal na sua raiz, as instituições possuem uma virtude admirável e múltipla.

E, primeiramente, toda a economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça.

Leão XIII, *Carta Encíclica Rerum Novarum*, 1891 (texto integral em <http://www.vatican.va>, consultado em março de 2014).

Doc. 3 – O manifesto comunista

A História de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes. [Homem] livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta.

Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores de trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, os quais, não tendo meios próprios de produção, estão reduzidos a vender a sua força de trabalho para poderem viver. (...) Nas anteriores épocas da história encontramos quase por toda a parte uma articulação completa da sociedade em diversos estados, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma Antiga temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, burgueses de corporação, oficiais, servos, e ainda por cima, quase em cada uma destas classes, de novo gradações particulares. A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Apenas pôs novas classes, novas condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas.

A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que diretamente se enfrentam: burguesia e proletariado. O descobrimento da América, a circum-navegação de África, criaram um novo terreno para a burguesia ascendente. O mercado das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o intercâmbio com as colónias, a multiplicação dos meios de troca e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação, à indústria, um surto nunca até então conhecido, e, com ele, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário na sociedade feudal em desmoronamento. O modo de funcionamento até aí feudal ou corporativo da indústria já não chegava para a procura que crescia com novos mercados. Substituiu-a a manufatura. Os mestres de corporação foram desalojados pelo estado médio industrial; a divisão do trabalho entre as diversas corporações desapareceu ante a divisão do trabalho na própria oficina singular.

Mas os mercados continuavam a crescer, a procura continuava a subir. Também a manufatura já não chegava mais. Então o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. Para o lugar da manufatura entrou a grande indústria moderna; para o lugar do estado médio industrial entraram os milionários industriais, os chefes de exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos. A grande indústria estabeleceu o mercado mundial que o descobrimento da América preparara. O mercado mundial deu ao comércio, à navegação, às comunicações por terra, um desenvolvimento imensurável. Este, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria e, na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação, os caminhos de ferro se estenderam, desenvolveu-se a burguesia, multiplicou os seus capitais, empurrou todas as classes transmitidas da Idade Média para segundo plano. Vemos, pois, como a burguesia moderna é, ela própria, o produto de um longo curso de desenvolvimento, de uma série de revolucionamentos no modo de produção e de intercâmbio (...).

A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário. A burguesia, lá onde chegou à dominação, destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rasgou sem misericórdia todos os variegados laços feudais que prendiam o homem aos seus superiores naturais e não deixou outro laço entre homem e homem que não o do interesse nu, o do insensível «pagamento a pronto». Afogou o frêmito sagrado da exaltação pia, do entusiasmo cavaleiresco, da melancolia pequeno-burguesa, na água gelada do cálculo egoísta. Resolveu a dignidade pessoal no valor de troca e, no lugar das inúmeras liberdades bem adquiridas e certificadas, pôs a liberdade *única*, sem escrúpulos, de comércio. Numa palavra, no lugar da exploração encoberta com ilusões políticas e religiosas, pôs a exploração seca, direta, despudorada, aberta. A burguesia despiu da sua aparência sagrada todas as atividades até aqui veneráveis e consideradas com pia reverência. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela. A burguesia arrancou à relação familiar o seu comovente véu sentimental e reduziu-a a uma pura relação de dinheiro. (...)

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, portanto as relações sociais todas. (...) Tudo o que era dos estados e estável se volatiliza, (...), e os homens são por fim obrigados a encarar com olhos prosaicos a sua posição na vida, as suas ligações recíprocas. A necessidade de um escoamento sempre mais extenso para os seus produtos persegue a burguesia por todo o globo terrestre. Tem de se implantar em toda a parte, instalar-se em toda a parte, estabelecer contactos em toda a parte.

A burguesia, pela sua exploração do mercado mundial, configurou de um modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, tirou à indústria o solo nacional onde firmava os pés. As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas e são ainda diariamente aniquiladas. São desalojadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que já não laboram matérias-primas nativas, mas matérias-primas oriundas das zonas mais afastadas e cujos fabricos são consumidos não só no próprio país, como, simultaneamente, em todas as partes do mundo. Para o lugar das velhas necessidades, satisfeitas por artigos do país, entram [necessidades] novas que exigem, para a sua satisfação, os produtos dos países e dos climas mais longínquos. Para o lugar da velha autossuficiência e do velho isolamento locais e nacionais, entram um intercâmbio omnilateral, uma dependência das nações umas das outras. E tal como na produção material, assim também na produção espiritual. Os artigos espirituais das nações singulares tornam-se bem comum. A unilateralidade e estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial.

A burguesia, pelo rápido melhoramento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os preços baratos das suas mercadorias são a artilharia pesada com que deita por terra todas as muralhas da China, com que força à capitulação o mais obstinado ódio dos bárbaros ao estrangeiro. Compele todas as nações a apropriarem o modo de produção da burguesia se não quiserem arruinar-se; compele-as a introduzirem no seu seio a chamada civilização, i.e., a tornarem-se burguesas. Numa palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem.

A burguesia submeteu o campo à dominação da cidade. Criou cidades enormes, aumentou num grau elevado o número da população urbana face à rural, e deste modo arrancou uma parte significativa da população à idiotia da vida rural. Assim como tornou dependente o campo da cidade, [tornou dependentes] os países bárbaros e semibárbaros dos civilizados, os povos agrícolas dos povos burgueses, o Oriente do Ocidente. A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disto foi a centraliza-

ção política. Províncias independentes, quase somente aliadas, com interesses, leis, governos e direitos *alfandegários diversos, foram comprimidas numa nação, num governo, numa lei, num interesse nacional de classe, numa linha aduaneira.*

A burguesia, na sua dominação de classe de um escasso século, criou forças de produção mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas. Subjugação das forças da Natureza, maquinaria, aplicação da química à indústria e à lavoura, navegação a vapor, caminhos-de-ferro, telégrafos elétricos, arroteamento de continentes inteiros, navegabilidade dos rios, populações inteiras feitas saltar do chão — que século anterior teve ao menos um pressentimento de que estas forças de produção estavam adormecidas no seio do trabalho social? (...)

A sociedade vê-se de repente retransportada a um estado de momentânea barbárie; parece-lhe que uma fome, uma guerra de aniquilação universal, lhe cortaram todos os meios de subsistência; a indústria, o comércio, parecem aniquiladas. E porquê? Porque ela possui demasiada civilização, demasiados meios de vida, demasiada indústria, demasiado comércio. As armas com que a burguesia deitou por terra o feudalismo viram-se agora contra a própria burguesia. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que manejarão essas armas — os operários modernos, *os proletários.*

Na mesma medida em que a burguesia, i.e., o capital se desenvolve, nessa mesma medida desenvolve-se o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto encontram trabalho e só encontram trabalho enquanto o seu trabalho aumentar o capital. Estes operários, que têm de se vender à peça, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e estão, por isso, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as oscilações do mercado.

O trabalho dos proletários perdeu, com a extensão da maquinaria e a divisão do trabalho, todo o caráter autônomo e, portanto, todos os atrativos para os operários. Ele torna-se um mero acessório da máquina, ao qual se exige apenas o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Os custos que o operário ocasiona reduzem-se por isso quase só aos meios de vida de que carece para o seu sustento e para a reprodução da sua raça. O preço de uma mercadoria, portanto também do trabalho, é, porém, igual aos seus custos de produção. Na mesma medida em que cresce a repugnância [causada] pelo trabalho, decresce portanto o salário. Mais ainda: na mesma medida em que aumentam a maquinaria e a divisão do trabalho, na mesma medida sobe também a massa do trabalho, seja pelo acréscimo das horas de trabalho, seja pelo acréscimo do trabalho exigido num tempo dado, pelo funcionamento acelerado das máquinas, etc.

Quanto menos habilidade e exteriorização de força o trabalho manual exige, i.e., quanto mais a indústria moderna se desenvolve, tanto mais o trabalho dos homens é desalojado pelo das mulheres. Diferenças de sexo e de idade já não têm qualquer validade social para a classe operária. Há apenas instrumentos de trabalho que, segundo a idade e o sexo, têm custos diversos. (...)

Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista*, 1848 (adaptado)

Portugal: uma sociedade capitalista dependente

Doc. 4 – Os empréstimos

O Cohen colocou uma pitada de sal à beira do prato e respondeu, com autoridade, que o empréstimo tinha de se realizar «absolutamente». Os empréstimos em Portugal constituíam hoje uma das fontes de receita, tão regular, tão indispensável, tão sabida como o imposto. A única ocupação mesmo dos ministros era esta – «cobrar o imposto» e «fazer o empréstimo». E assim se havia de continuar...

Eça de Queirós, *Os Maias*, 1888.

Doc. 5 – Carolina Beatriz Ângelo

Pela letra da lei, Carolina Beatriz Ângelo reunia as condições necessárias para exercer o direito de voto, como referido. No seu número de janeiro-fevereiro de 1922, a revista *Alma Feminina*, na sua rubrica «Feministas illustres», faz capa com Carolina Beatriz Ângelo, contando como esta senhora requereu a sua inscrição no recenseamento eleitoral. O funcionário indeferiu o requerimento e Carolina Beatriz Ângelo reclamou. (...) Carolina Beatriz Ângelo não desistiu e levou a questão para os tribunais. Consegue recensear-se e ter direito a votar. O juiz João Baptista de Castro (pai de Ana de Castro Osório) concede-lhe o direito a ser incluída nos cadernos eleitorais e a votar nas eleições de 28 de maio de 1911, na assembleia eleitoral de Arroios. Aí estava Carolina Beatriz Ângelo, pela manhã, olhada por um grande número de curiosos e acompanhada de várias mulheres. Nada a impediu de votar. Em quem votou a primeira eleitora? (...) Em Afonso Costa, Bernardino Machado e Magalhães Lima. (...) A notícia atravessou fronteiras e as organizações e as sufragistas internacionais não tardaram a enviar as suas felicitações.

Nas eleições de maio de 1911, os candidatos pertenciam quase exclusivamente ao Partido Republicano Português. Os deputados eleitos tinham à sua frente tarefas muito importantes. Em primeiro lugar, a discussão e a aprovação da Constituição; em segundo, a revisão da legislação do governo provisório. (...)

(...) Continuou a trabalhar e a lutar pela causa feminina. Sobretudo era importante tentar que a Assembleia Constituinte discutisse a questão do voto feminino, sendo enviada uma representação, assinada por várias senhoras, de entre as quais Carolina Beatriz Ângelo, como dirigente da APF. O sufrágio era pedido apenas para mulheres diplomadas em cursos superiores, para diplomadas com curso completo de instrução primária superior, para chefes de família que soubessem ler e escrever e mulheres comerciantes que soubessem ler e escrever, maiores de 21 anos. Nada de muito radical.

Maria Alice Samara, *Operárias e Burguesas, as Mulheres no Tempo da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007 (adaptado).

Doc. 6 – O olhar masculino sobre a mulher

Como é que o homem olhava a mulher e como é que a pensava?

Em primeiro lugar, o olhar dito científico masculino sobre os géneros tinha uma representação muito própria do que era a mulher, do que era o homem e de quais eram as suas características. E este iria transbordar para outros domínios como o político, o pedagógico, o social e o cultural.

Era ideia comum que a mulher era fisicamente inferior ao homem. A mulher é de estatura mais baixa, tida como mais delicada e gentil, com pele mais fina e branca. Considera-se que tem mais tecido adiposo e menos desenvoltura muscular. Mas mais importante do que isso, o seu crânio é mais pequeno e com menor capacidade. Surge a ideia de que o peso da sua massa cerebral é inferior. De igual modo, as medições do bolbo raquidiano são inferiores para o sexo feminino.

Em grande medida, a ciência aceitou a tese da inferioridade ou da deficiência mental de indivíduos do sexo feminino. Em primeiro lugar defendia-se que esta inferioridade estava diretamente relacionada com o menor peso e volume do cérebro da mulher. Uma segunda teoria pretendia explicar esta situação recorrendo à natureza das circunvoluções cerebrais.

Alguns cientistas acreditavam que o desenvolvimento do córtex cerebral era mais acentuado no homem do que na mulher. Uma outra teoria pretendia pensar as aptidões intelectuais em função da relação entre o peso da massa cerebral e o da medula vertebral. Por último, uma outra hipótese considerava que o importante era a «substância» cortical, o total das células nervosas. (...) Eram escassas as opiniões que consideravam que a explicação para a menor visibilidade intelectual das mulheres se prendia com uma questão social, cultural e educacional.

Uma ideia central deste discurso é a diferenciação entre os sexos, com funções e desenvolvimentos específicos. «Porque sistematicamente o corpo feminino é explicado pelo seu sexo, que lhe é interior, e toda a definição de "natureza feminina" é estruturada a partir da instabilidade de um órgão interno, o útero.»

Defendia-se que as diferenças entre os sexos não só eram naturais, como eram um sinal de evolução da espécie. A mulher tinha um papel a desempenhar que se prendia com a sua tarefa reprodutiva. E esta era a sua missão. A biologia parecia indicar que tal era a sua natureza. Remetia-se assim a mulher para o lar, para a casa e para o privado.

Mas há outras maneiras do olhar masculino recair sobre a mulher. Das várias características que este encontra na mulher, há a salientar a beleza. A primeira virtude da mulher, vista como objeto de desejo, era ser bela. E este sobrevalorizar das características físicas era uma forma de olhar comum tanto a homens como a mulheres. Significa que se pensava a mulher de uma forma física, não como a companheira com quem se podia discutir, pedir a opinião, trocar impressões. A mulher deveria agradar. Ser olhada e não olhar.

A mulher é vista pelo homem como o belo. «(...) ó mulher portuguesa, pelas evoluções que tens percorrido, vós fostes, sois e haveis de continuar a ser o viço do nosso olhar, o paladar da nossa boca, a música dos nossos ouvidos, o verdadeiro corpo da nossa alma e acima de tudo a raiz de toda a nossa poesia e o alento da nossa pátria.»

São ensaiadas várias explicações para a beleza das mulheres. O Almanaque ilustrado da parceria António Maria Pereira para 1915 ajuda a explicar o «belo sexo». Um médico inglês procurou compreender porque é que as mulheres eram mais bonitas do que os homens. Eis a surpreendente conclusão: «A mulher deve a formosura ao pouco esforço físico que é obrigada a exercer. Os estudos sérios, o trabalho intelectual muito árduo, as preocupações dos negócios, exercem uma influência real e prejudicial sobre a beleza.» Dito de outra forma, se a mulher queria continuar a ser bela devia abster-se de cansar a sua cabeça com assuntos para os quais não estava preparada e que, além do mais, destruíam o que a tornava objeto de desejo. A linda cabecinha não devia estar ocupada com pensamentos complicados. O cérebro tinha sexo, portanto, e não era feminino.

Maria Alice Samara, *Operárias e Burguesas – as Mulheres no Tempo da República*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007 (adaptado)

Soluções do Caderno de Atividades

Ficha 1 – No horizonte das fontes...

1.1 Falta e carestia de pão devido às chuvas intensas.

1.2 O autor do documento refere as três calamidades – guerras, fomes e epidemias.

1.3 De acordo com os autores, quer a fome, quer as epidemias estavam diretamente relacionadas com as guerras. As fomes resultavam facilmente da destruição e pilhagem das colheitas, rebanhos e alfaías agrícolas. Também a devastação provocada pelo abandono das explorações agrícolas, a confiscação de bens, as destruições sistemáticas e as epidemias resultantes da deterioração económica provocavam elevada mortalidade.

2.1 De acordo com o documento 3, a população europeia, no período de 1750-1950, evoluiu positivamente, verificando-se um aumento aproximado de quatro pontos percentuais na Europa, incluindo a Rússia, e de vinte e um pontos percentuais na população mundial. Este súbito crescimento populacional explica-se pelas melhorias das condições de vida e de higiene das populações, favorecidas pelos avanços técnico-científicos, e pela maior estabilidade política.

2.2 O documento 4 refere-se aos avanços na medicina e à descoberta da vacina contra a varíola, que interferiu diretamente na taxa de mortalidade infantil.

2.3 O modelo demográfico antigo caracteriza-se por um período de crises demográficas, devido a crises de subsistência que geravam fome; às pestes e às guerras, cada vez mais mortíferas, conforme relatam os documentos 1 e 2. Com a melhoria do nível de vida, melhor alimentação, melhores cuidados de higiene e com os avanços na Medicina, afirmou-se um novo período em que as crises cíclicas foram desaparecendo, dando lugar a um surto demográfico, com taxas positivas de crescimento da população, sobretudo nos países da Europa do Norte e Ocidental, como os documentos 3 e 4 confirmam.

Ficha 2 – No horizonte das fontes...

1.1 O documento 1 é uma pintura do século XVIII e representa um ambiente familiar da aristocracia, no interior do seu palácio ricamente decorado e mobilado. Permite inferir os privilégios da nobreza pela forma luxuosa como estão vestidos e pelo comportamento de lazer e divertimento, servidos e animados por criados. Este grupo destacava-se pela posse de propriedades, cobrança de rendas e impostos e pelo acesso a cargos importantes, assegurando uma vida faustosa e de riqueza.

1.2 O documento 2 representa uma família do terceiro estado, camponeses junto das alfaías agrícolas. Tratava-se de um grupo não privilegiado, inferior em prestígio e consideração, quer nas formas de tratamento, no traje e na justiça, quer nos cargos que exercia. Tratava-se de um grupo muito heterogéneo, formado por um conjunto de população com diversas ocupações, que assegurava as atividades produtivas e sustentava a sociedade com pesados impostos.

1.3 O autor do documento 3 refere-se à sociedade de ordens, formada por três grandes grupos ou estratos sociais. Esta estruturava-se hierarquicamente, de acordo com o estatuto social e com os privilégios conferidos a cada um dos estratos – clero, nobreza e povo ou terceiro estado – e que definia a sua posição numa ordem superior ou inferior da sociedade. As diferenças entre eles eram muitas, destacando-se os privilégios do clero e da nobreza que detinham direitos feudais e senhoriais desde a Idade Média. No fim da hierarquia estava o terceiro estado, sem privilégios e que pagava pesados impostos, constituindo a principal força de trabalho.

2.1 Forma de organização social estruturada por grupos ou estratos distintos, diferenciados juridicamente pelo nascimento ou pela dignidade e prestígio que lhes era conferido socialmente, independentemente da sua condição económica. Distinguiam-se de acordo com a sua função, mérito, traje, comportamento e atitudes em público, formas de tratamento, de saudação e pela forma como conviviam com os outros.

2.2 De acordo com os documentos 1 a 4 o grupo que gozava de maior prestígio social era a nobreza (o clero não é mencionado diretamente). Destacava-se pelos privilégios já referidos e que a imagem retrata, distinguindo-se pelo vestuário, pela riqueza e prestígio que gozava na sociedade.

2.3 A sociedade de ordens do Antigo Regime era uma sociedade hierarquizada. O clero e a nobreza eram as ordens superiores, gozavam de privilégios e distinguiam-se pelas suas funções, regalias, títulos e vestuário. Dentro de cada ordem havia diferenças entre os seus membros, destacando-se os privilégios do clero e da nobreza, que detinham direitos feudais e senhoriais e contrastavam com o terceiro estado, no fim da hierarquia, sem privilégios e pesados encargos.

Ficha 3 – No horizonte das fontes...

1.1 O retrato do rei Luís XIV de França, pintado por Hyacinthe Rigaud, c. 1700, mostra a grandeza e a magnificência do absolutismo régio que o próprio simboliza. Desde o ambiente onde posa em majestade – um salão com cortinado de veludo e uma coluna clássica em mármore como um príncipe do Renascimento – com figura imponente e semblante altivo evidenciando autoridade, às suas vestes e insígnias.

O manto azul, com flores-de-lis bordadas a ouro, o emblema com o símbolo solar, a espada, o ceptro e a coroa.

1.2 A frase de Luís XIV define o regime político que vigorou na Europa no Antigo Regime, denominado «absolutismo régio». Caracterizava-se por um governo forte e pessoal do rei em que o monarca concentrava em si todos os poderes do Estado como a administração do território (poder executivo), a elaboração das leis (poder legislativo) e aplicação da justiça (poder judicial).

1.3 O autor do documento 3 confirma a declaração do rei Luís XIV ao afirmar que toda a ordem política emanava de si e os direitos e interesses da nação estavam necessariamente unidos aos seus e repousavam

apenas nas suas mãos. Segundo Bossuet, principal teórico da monarquia absoluta no século XVII, todos os Homens deveriam obedecer ao rei, pois este representava Deus na Terra, o que lhe conferia poder sagrado. Por isso, todos os Homens deveriam obedecer ao monarca que asseguraria, com o seu poder supremo – absoluto –, o respeito pelas leis e a aplicação da justiça, evitando a anarquia do Estado.

2.1 A corte representava um papel institucional central na representação do Estado na sociedade de Antigo Regime. Era o lugar onde se tomavam todas as decisões políticas da governação, onde se reuniam os cortesãos que o rei nomeava para os cargos consultivos e diplomáticos como o Supremo Tribunal do Reino, onde o rei era juiz, a Tesouraria Régia e o Estado-Maior do Exército e das Polícias, além de outros organismos administrativos que empregavam centenas de funcionários.

2.2 O autor do documento considera que a vida na sociedade de corte era um jogo sério, pois aí se decidia o lugar na hierarquia e a posição social que cada um dos servidores do rei continuaria ou não a desempenhar, consoante o cumprimento de obrigações e formalidades diárias, definidas por um código rígido de etiqueta.

2.3 O monarca absoluto não dispensava os serviços dos seus servidores distribuindo magnanimamente cargos, dinheiro e favores. Em troca esperava obediência e granjeava a admiração dos súbditos através de rituais diários que exigiam normas de etiqueta muito rígidas carregadas de protocolo e significado institucional. Por isso, na corte desde o acordar do rei até ao momento de se vestir e de aparecer, era seguido com todo o preceito pela alta nobreza, mais próxima, e pela hierarquia de nobres que integravam o séquito real numa encenação do poder e da grandeza do soberano que todos veneravam com admiração, como um deus.

Ficha 4 – No horizonte das fontes...

1.1 Segundo o autor do documento 1, a descoberta de novos continentes constituiu um fator que permitiu à nobreza reforçar o seu poder político e económico, permitindo-lhe monopolizar os proventos da exploração económica do ultramar e consolidar o domínio hereditário da terra.

1.2 Perante o papel preponderante da nobreza nos negócios ultramarinos assistiu-se, em Portugal, ao recuo transitório do papel das burguesias nacionais nos negócios do ultramar e nos cargos do reino.

1.3 A frase significa que a toda a nobreza, além dos rendimentos da terra, exercia cargos públicos e acumulava cargos no império, tirando grandes lucros do comércio ultramarino. Desde cargos de comando na metrópole e no ultramar, a nobreza aproveitava a oportunidade de negócios lucrativos e participava na administração do reino, ocupando cargos e funções de prestígio na corte e no império, além de participar nos negócios ultramarinos, com os quais alcançava honras e privilégios além da atividade comercial (nobreza mercantilizada).

2.1 Os reinados da segunda dinastia, em Portugal, corresponderam à afirmação progressiva do absolutismo régio.

D. João IV, após a restauração da independência, reorganizou o aparelho do Estado, verificando-se um declínio do poder dos conselhos representativos do clero e da nobreza nos reinados seguintes e o reforço do poder pessoal do rei. Por isso, se atribuía ao rei o dito acerca da nobreza do reino – que seu avô apenas a temia, seu pai a temia e amava e ele nem a amava, nem temia.

2.2 D. João V diminuiu o papel dos conselhos e a sua capacidade de decisão político-administrativa, reestruturando as competências dos secretários de Estado, os seus colaboradores mais próximos. O rei deu importância relevante às funções governativas, despachando todo o expediente e tomando decisões em todas as áreas decisivas da governação: legislativa, executiva e judicial.

2.3 Convergentes. Os dois autores referem-se ao reforço do poder da Coroa no reinado de D. João V, que adotou uma política de redução do peso político da nobreza enquanto grupo autónomo, promovendo o enfraquecimento do poder dos grupos privilegiados, e concedendo-lhes privilégios e mercês, ao mesmo tempo que deixou de reunir as cortes, passando a ter o controlo direto de toda a administração pública.

Ficha 5 – No horizonte das fontes...

1.1 Holanda ou República das Províncias Unidas do Norte.

1.2 Era uma região florescente, constituída, sobretudo, por uma burguesia urbana enriquecida, com apreço pela liberdade de expressão relativamente ao poder político e tolerante para com todos os que na Europa católica do sul encontravam a opressão, como os judeus, protestantes e outros, acolhendo-os na sua sociedade. Esta atitude manifestou-se vantajosa para os negócios e para o desenvolvimento da economia, aliando a tolerância política, económica e religiosa ao alto índice demográfico que caracterizava esta região. A forte densidade urbana, com elevado número de emigrantes esclarecidos e fugidos de perseguições políticas e religiosas, contribuiu para o predomínio de burgueses (naturais e emigrados), com altos níveis de contactos globais (espaço colonial) e capacidade financeira, comercial e distribuidora de produtos em diferentes partes do globo.

1.3 Hugo Grotius, jurista e diplomata holandês, defendeu a legitimação do domínio dos mares e rejeitou o direito dos povos ibéricos à exclusividade da navegação comercial oceânica. Considerava o mar um território internacional, logo propriedade comum de todos, procurando beneficiar a sua nação que ficaria livre de exercer as atividades comerciais à escala global com a força das suas frotas. Os Holandeses acabariam por consolidar o seu poderio colonial pela ação militar e comercial das duas companhias mercantis e monopolistas.

2.1. O novo rei de Inglaterra (Guilherme III), coroado sob juramento da *Declaração dos Direitos* (1689) comprometeu-se a restituir a liberdade religiosa aos protestantes, a não aumentar os impostos sem ouvir o Parlamento e a manter a independência da justiça. Desta forma, ficava garantido o poder do parlamento e dos indivíduos sobre o poder real. Esta segunda revolução – *Revolução Gloriosa* – representou a vitória da aristocracia rural e da burguesia sobre o absolutismo régio sendo uma prática seguida até hoje na política inglesa – a monarquia parlamentar –, e a recusa do poder centralizado na pessoa do rei. O reforço do poder do Parlamento confirmou o triunfo das ideias liberais propostas por Locke, teorizador do parlamentarismo.

Ficha 6 – No horizonte das fontes...

1.1 Para Colbert a base da riqueza de um Estado era a quantidade de ouro e de dinheiro que se conseguia arrecadar no reino (doc. 1).

1.2 Colbert colocou em prática o seu pensamento económico, desenvolvendo as manufaturas de modo a que as exportações fossem em maior número do que as importações (como é referido no documento 2 «...rico nas artes e fecundo em bens de todo o género, sem necessidade de nada e podendo dispensar tudo...»), conseguindo, assim, uma balança comercial favorável. O ouro permanecia no reino, conseguindo-se, inclusive, «retirar» riqueza aos outros Estados. Para o desenvolvimento manufatureiro, Colbert concedeu vários privilégios fiscais aos investidores, subsidiou e permitiu a criação de monopólios de fabrico, criou as manufaturas reais e regulamentou toda a atividade manufatureira. Para além do desenvolvimento manufatureiro, Colbert aumentou as taxas alfandegárias, para que os produtos importados fossem menos competitivos do que os produtos nacionais, regulamentou e controlou a atividade comercial, aumentando, também, a frota mercante francesa.

1.3 Resposta aberta. Uma possibilidade: Thomas Mun concorda com Colbert, pois considerava que era necessário «ganhar» na balança comercial, ou seja, exportar mais do que importar, garantindo assim, que a riqueza do Estado se reforce, conforme os documentos 1 e 3.

1.4 A Grã-Bretanha garantiu o domínio do comércio marítimo colonial com a publicação dos *Atos de Navegação* (doc. 4), porque garantia o exclusivo comercial com as suas colónias, não permitindo que outros povos pudessem negociar diretamente com elas, ou seja, colocava entraves à atividade de intermediários. Para além desta medida, a Grã-Bretanha também controlava o comércio colonial através das Companhias de Comércio, que foi reforçando.

1.5 As medidas tomadas pelos Britânicos visavam a proteção do comércio externo, pretendendo alcançar uma balança comercial positiva para a Grã-Bretanha, por isso, creio que poderiam ter seguido o pensamento de Mun.

1.6 As áreas coloniais eram muito disputadas entre as várias potências europeias levando a vários e longos conflitos como foi o caso da Guerra dos Sete Anos entre a Grã-Bretanha e a França presente no documento 5. Os países europeus foram aplicando medidas mercantilistas promovendo as suas manufaturas, investindo em frota mercante para escoar estes produtos, e aumentando as taxas alfandegárias para que os produtos importados não fossem competitivos por serem mais caros. Deste modo, os países europeus iam-se controlando uns aos outros, ou seja, a circulação de mercadorias no continente europeu foi muito afetada. Neste contexto as áreas coloniais ganharam um papel ainda mais relevante, na medida em que eram mercados de escoamento dos seus produtos manufaturados, mas também abasteciam as potências europeias de matérias-primas e produtos exóticos que eram muito desejados na Europa. As várias potências europeias visavam com este enfoque na atividade comercial, o maior lucro possível e a multiplicação do capital investido – capitalismo comercial.

Ficha 7 – No horizonte das fontes...

1.1 No documento 1 podemos observar as vedações feitas com sebes na Grã-Bretanha ao longo do século XVIII, os *enclosures*, que constituíram uma nova forma de organização das propriedades agrícolas, caracterizada pela concentração e vedação das parcelas. Para além das alterações nas propriedades e para evitar que 1/3 da terra agrícola ficasse constantemente em pousio, foi introduzido um sistema de rotação que alternava as culturas e as colheitas dos cereais com o cultivo de leguminosas e de plantas forrageiras, o que permitia a alimentação do gado. A fertilidade da terra foi incrementada com a utilização da marga, de adubos, de fertilizantes e pelo uso mais frequente de estrume. Desta forma, e como podemos ver no documento 1, a criação de gado foi reforçada, pois, o gado dispunha de alimentação todo o ano. Começou, também, a realizar-se de forma mais frequente a seleção de sementes e de animais para reprodução. Como também podemos ver no documento 1, foram introduzidas inovações e novos instrumentos, como semeadoras e debulhadoras mecânicas, que utilizavam a tração a cavalo em substituição do boi. Mais tarde, foram também utilizadas alfaías agrícolas com máquinas a vapor. Os grandes proprietários rurais, os *landowners*, descendentes de pequenos nobres e burgueses, construíram casas grandiosas e confortáveis, como podemos observar no documento 1, demonstrando assim o seu poder económico.

1.2 Londres era uma cidade grandiosa sendo, nos finais do século XVIII, a maior cidade europeia. Como vemos no documento 3, a cidade espalhava os seus edifícios pelas margens do Tamisa, onde também se observa um grande movimento de embarcações.

1.3 Por exemplo: o aumento de produção agrícola contribuiu para o crescimento das cidades, porque permitiu a libertação de mão de obra da agricultura,

que se deslocou para os centros urbanos, onde foi absorvida por outras atividades económicas.

1.4 No documento 3 podemos ver no rio Tamisa um grande movimento de embarcações, meio de transporte por excelência para a realização do comércio nacional, tanto mais que a Grã-Bretanha é um território insular e dispõe de muitos cursos de água. Mas, para além do comércio nacional, as embarcações também serviam o comércio marítimo com outras potências europeias e com os territórios coloniais.

1.5 Como podemos inferir através do documento 2, a Grã-Bretanha dispunha, no século XVIII, do Banco de Inglaterra (sendo que, posteriormente, foram surgindo outros bancos) e da Bolsa de Valores de Londres.

1.6 a) Máquina a vapor; **b)** indústria têxtil e metalúrgica; **c)** vapor criado pela combustão do carvão; **d)** indústria, agricultura, minas, transportes; **e)** mercado nacional e externo.

1.7 O sistema financeiro britânico permitiu a concretização de várias iniciativas empreendedoras, através da concessão de empréstimos a investidores particulares mas também à Coroa que podia desta forma investir em grandes projetos ao nível, por exemplo, das comunicações e transportes. O Banco de Inglaterra além dos empréstimos, também, facilitava as operações financeiras de suporte ao comércio, através das transferências entre contas, os depósitos e ainda a emissão de papel-moeda – as notas. Por outro lado, a transação de ações na Bolsa de Valores foi determinante para o desenvolvimento económico britânico porque as empresas eram, assim, financiadas pelas poupanças de particulares que investiam o seu dinheiro, promoviam o desenvolvimento económico e iam arrecadando lucros significativos com as aplicações de capitais.

1.8 Resposta aberta. Uma possibilidade: As alterações verificadas, quer na agricultura, quer na indústria, foram de tal forma marcantes que se pode falar de uma revolução. O movimento dos *enclosures*, as inovações agrícolas e a aplicação da máquina a vapor a vários setores provocaram mudanças profundas, promovendo o mercado nacional e externo, o crescimento demográfico, a urbanização, a sociabilidade, a estabilidade financeira, o sistema político liberal e a livre iniciativa.

Ficha 8 – No horizonte das fontes...

1.1 As remessas do ouro do Brasil, chegadas a Portugal ao longo do século XVIII, foram aumentando de forma contínua, até atingirem o seu auge na década de 1750, mas depois foi diminuindo durante a segunda metade do século.

1.2 Resposta aberta. Uma possibilidade: Na minha opinião há relação entre os momentos de maior entrada de remessas de ouro e o número de navios estrangeiros no porto de Lisboa – quanto mais ouro entra em Portugal, mais navios estrangeiros entram e saem do porto, segundo os documentos 1 e 2.

1.3 As afirmações destacadas são confirmadas pelos documentos 1 e 2 porque, quanto mais ouro entrava

em Portugal, mais navios estrangeiros estavam no porto de Lisboa, ou seja, estes navios estrangeiros traziam as mercadorias que eram importadas por Portugal e pagas com o ouro do Brasil «...géneros de produção estrangeira, negociados por estrangeiros e conduzidos em embarcações estrangeiras.»

1.4 a) «...fez estabelecer as fábricas quando era regente e viu acabá-las quando rei. O mais notável é que acabaram no tempo em que a fortuna deparava a Portugal um novo agente, que, aumentando prodigiosamente o nosso capital, deve pôr a nova indústria na maior atividade. Este agente era o ouro das minas do Brasil, que se descobriram por esse tempo...»

b) «... correndo atrás desta riqueza de convenção, desprezamos os nossos bens reais.»

1.5 Resposta aberta. Uma possibilidade: O marquês de Pombal seguiu medidas mercantilistas semelhantes às do conde da Ericeira, pois o marquês também promoveu o desenvolvimento das manufaturas tendo em vista uma balança comercial favorável através da promoção do comércio externo e colonial criando companhias monopolistas (doc. 4), protegendo os produtos nacionais, e valorizando a burguesia portuguesa.

Ficha 9 – No horizonte das fontes...

1.1 Devido ao alargamento do conhecimento do mundo os filósofos desenvolveram uma nova forma de olhar a Natureza, enriquecendo o conhecimento através da observação, da descrição e experimentação, do desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento matemático atingindo o progresso científico. O progresso do conhecimento levou à criação de gabinetes de curiosidades e de associações científicas que tinham como objetivo elevar o estatuto da ciência.

1.2 Como podemos observar a ciência também foi valorizada por membros da nobreza, da família real (doc. 1) e burgueses (doc. 2) que motivou a criação de academias como a Academia dos Linceus, em Roma ou o investimento de laboratórios como o de Antonie van Leeuwenhoek, que permitiu o avanço no campo da biologia celular com o aperfeiçoamento do microscópio.

1.3 Na construção do conhecimento os cientistas valorizavam o método experimental nas várias áreas de estudo como a Astronomia, a Medicina e as Ciências Matemáticas, entre outras. Os cientistas consideravam que só através da aplicação do experimentalismo (doc. 1 e 2) se validava de forma clara o conhecimento científico.

1.4 Os instrumentos foram um meio para a aplicabilidade do método experimental ou científico como presente no documento 3, com a utilização do microscópio nas investigações realizadas. Dá-se uma complementaridade entre os instrumentos que são peças fundamentais na forma de compreender o mundo que, juntamente com a linguagem matemática, permitiam registar com clareza e rigor os resultados das experiências e verificar de novo os resultados.

1.5 O aluno deverá concordar com a frase destacada, considerando que através da ciência se constrói o conhecimento, enriquecendo a Humanidade, compreendendo melhor o mundo. Exemplo disso foram as investigações em diferentes áreas como a Biologia, a Matemática, a Astronomia, a Anatomia, desmistificando as teorias dogmáticas que persistiam desde a Antiguidade Clássica ou Idade Média e que não traziam nada de novo.

Ficha 10 – No horizonte das fontes...

1.1 Segundo Montesquieu o cumprimento da lei e dos direitos naturais do Homem permitia garantir que todos os Homens eram iguais, livres e independentes pela existência de uma lei natural. Montesquieu entendia que a governação devia respeitar a soberania do povo e a liberdade dos cidadãos, «porque os outros teriam igualmente esse poder».

1.2 A aplicação dos princípios iluministas pelo governo exigia o respeito pelo indivíduo e pelos direitos naturais. Acreditava-se que para garantir os direitos dos indivíduos se devia estabelecer um contrato entre os governantes e os governados que cumpriam e asseguravam a soberania popular através da liberdade, considerando que a liberdade de um não devia interferir com a dos restantes cidadãos e com o equilíbrio governativo, em que os «cidadãos entregaram o poder a um rei para que este vigie o cumprimento das leis, aplique a justiça, impeça a corrupção dos bons costumes». Para que as leis fossem cumpridas e de forma a garantir a liberdade dos cidadãos, Montesquieu defendia a separação dos poderes do Estado em poder legislativo (redigia as leis), poder executivo (ordenava o cumprimento das leis) e poder judicial (julgava os casos de desrespeito às leis). Por último, o desenvolvimento da ideia de liberdade e de igualdade permitiu o desenvolvimento da ideia de fraternidade humana, defendendo a tolerância e com ela o respeito pelo próximo, no entendimento pela defesa da liberdade de consciência.

1.3 O governo de marquês de Pombal promoveu a laicização do ensino através de um conjunto de reformas que denunciavam o atraso da sociedade portuguesa. Com o objetivo de elevar o nível da cultura e criar jovens capazes para os desafios do futuro valorizou as ideias iluministas obedecendo a modernas teorias pedagógicas desde as aulas experimentais, de línguas, de música e de dança. Apostou na modernização do ensino, suprimindo a influência da Igreja e da religião, nomeadamente a Companhia de Jesus (doc. 3) como matriz, colocando a tónica na Razão. Valorizou a ciência com a introdução no ensino de um método mais prático e experimental como visível na Reforma da Universidade de Coimbra (doc. 4) com a promoção da Matemática, da Física Experimental «em que se incluem os factos conhecidos pela experiência», do estabelecimento de um Jardim Botânico para auxiliar o estudo da História Natural e da Medicina.

Ficha 11 – No horizonte das fontes...

1.1 Os dois historiadores apontaram as seguintes razões para a independência e a constituição dos Estados Unidos da América: a sobrecarga fiscal que a Grã-Bretanha impôs aos colonos americanos, a falta de liberdade comercial imposta pela metrópole aos colonos através dos atos de navegação e ainda a partilha dos colonos americanos de ideias iluministas como a liberdade, a igualdade, a soberania nacional e o direito de representação/decisão.

1.2 Segundo o documento 1B os colonos americanos já estavam muito habituados a decidir coletivamente organizando-se e criando instituições.

1.3 Resposta aberta. Uma possibilidade: Na minha opinião, os dois visitantes europeus consideravam que os Americanos tinham regras de convívio e sociabilidade distintas, mais fluídas (doc. 2B «... O Presidente de pé... pega na mão, pergunta pela saúde...») e menos arreigadas a uma hierarquia tradicional e conservadora (doc. 1B «Não há famílias aristocráticas, não há bispos, não há poder oculto.»).

1.4 Resposta aberta. Uma possibilidade: Os órgãos políticos dos EUA são todos eleitos pelos cidadãos pois trata-se de uma República. Desta forma, o poder é colocado na nação (soberania nacional), existe uma constituição que garante a liberdade e a igualdade entre todos os Americanos, e ainda como é referido no documento 3, há tolerância religiosa. Assim, as ideias iluministas foram aplicadas de forma muito marcada na organização política dos EUA.

Ficha 12 – No horizonte das fontes...

1.1 A sociedade francesa na segunda metade do século XVIII caracterizava-se por uma forte e marcada diferença e hierarquia social, como era natural na sociedade de ordens do Antigo Regime, existindo duas ordens privilegiadas (clero e a nobreza) e o terceiro estado que era composto pela burguesia, camponeses e uma massa urbana pobre, que suportava os impostos cobrados para alimentar os privilégios fiscais e de justiça das ordens privilegiadas (docs. 1 e 2). Esta situação de grande desigualdade foi ainda mais agravada com a crise agrícola e industrial, o défice da despesa pública e o fracasso das medidas fiscais promotoras de maior igualdade social, o que incrementou o descontentamento social.

1.2 Com a Revolução Francesa o absolutismo foi abolido, bem como os privilégios feudais e a sociedade de ordens (docs. 4 e 5). Desta forma, visava-se a igualdade, nomeadamente, em termos fiscais (doc. 3), mas também face à lei promovendo-se a soberania da Nação (doc. 4). Os Franceses eram livres de escolher os seus representantes através do sufrágio censitário conforme a sua Constituição (doc. 4).

1.3 Resposta livre. Uma possibilidade: O sufrágio censitário instaurado em França após 1789, na minha opinião, não considerava todos os Franceses iguais porque só eram cidadãos eleitores os homens que pagavam uma quantia considerável de impostos, logo, as mulheres não podiam

ser eleitores e era o poder económico que permitia, ou não, a decisão política.

1.4 No documento 4 está presente a Monarquia Constitucional, em que existia a separação de poderes, uma Constituição que garantia os direitos e deveres fundamentais do Estado, mas em que o chefe máximo da nação era o rei. Segundo o documento 6, o regime político que tinha sido instituído em França foi a República, deixando o rei de ter qualquer poder, sendo instituído o sufrágio universal. No documento 7, Napoleão Bonaparte fez-se coroar como imperador sendo ele o chefe máximo de França, mas garantindo a igualdade jurídica, o direito à propriedade e a tolerância religiosa.

1.5 Resposta livre. Uma possibilidade: Na minha opinião, a representação de Napoleão aproxima-se muito à imagem do rei absoluto, poderoso, magnífico e a ostentar o seu poder e riqueza.

Ficha 13 – No horizonte das fontes...

1.1 No documento 1 estão representados os movimentos imperiais de Napoleão Bonaparte com a conquista e o controlo de vários territórios europeus. Por onde os exércitos franceses passavam as ideias liberais da Revolução Francesa eram difundidas. As monarquias tradicionais e impérios europeus reagiram a esta ação imperialista francesa, venceram as tropas francesas e reuniram-se no Congresso de Viena redesenhando o mapa político europeu (doc. 2).

1.2 O Congresso de Viena pretendia com este novo mapa político valorizar as monarquias tradicionais combatendo as ideias liberais (com a criação de Estados-tampão como o Reino de Piemonte e Sardenha), mesmo desrespeitando as nacionalidades e o desejo de liberdade de vários Estados europeus.

1.3 Resposta livre. Uma possibilidade: Na minha opinião, os documentos 3 a 6 podem demonstrar que as Revoluções Americana e Francesa «iluminaram o mundo com a Liberdade» porque como podemos ver nos documentos houve várias vagas de revoluções liberais quer na Europa (docs. 3 a 5), quer na América, em que vários territórios coloniais conseguiram a semelhança dos EUA a sua independência (doc. 6).

Ficha 14 – No horizonte das fontes...

1.1 Bocage manifesta o desejo da liberdade influenciado pelos ecos dos ideais difundidos pela Revolução Francesa como a liberdade, a igualdade e a fraternidade, desejando a queda do despotismo.

1.2 Os valores liberais da Revolução Francesa chegaram a Portugal através das obras clandestinas de autores franceses e emigrantes, devido a intelectuais e exilados portugueses, os «estrangeirados», e membros da Maçonaria.

1.3 As invasões francesas deixaram um rasto de destruição nas cidades portuguesas e devido à incapacidade de resposta imediata e perante a perda de infraestruturas assistiu-se a um agravamento da situação económica em Portugal. Como é visível no documento 3, durante as invasões francesas constatou-se uma descida acentuada quer das exportações das

manufaturas nacionais portuguesas, assim como das importações e exportações brasileiras devido à abertura, por parte de D. João VI, dos portos do Brasil ao comércio internacional e à confirmação do tratado de Methuen em 1810 com a Inglaterra, originando a perda de exclusividade comercial com o Brasil, permitindo a liberdade de comércio e navegação. Deste modo a burguesia ficou fragilizada, perdendo o domínio do território brasileiro e empobrecendo a relação comercial entre o Brasil e Portugal.

1.4 Os revolucionários de 1820 reclamavam a abolição do regime monárquico absolutista e a introdução de um regime monárquico liberal; o fim do domínio repressivo inglês; o regresso do rei D. João VI a Portugal; o fecho dos portos brasileiros ao comércio internacional; o respeito e a justiça social.

Ficha 15 – No horizonte das fontes...

1.1 A Revolução Francesa alterou a cena política internacional. Com a imposição do Bloqueio Continental por Napoleão Bonaparte, Portugal teve de assumir uma posição ao lado da Grã-Bretanha. Como se recusou a aplicar as medidas napoleónicas, Portugal sofreu três invasões francesas, o rei decidiu embarcar para o Brasil e entregou o reino a um Conselho de Regência. Aquando das invasões o exército militar português teve a ajuda do exército britânico, que permaneceu no país após a expulsão dos franceses e assumiu cargos de destaque, como foi o caso de Beresford, que foi nomeado por D. João VI para organização e defesa do país. A intervenção inglesa foi mais profunda e dominou política, administrativa e comercialmente os órgãos portugueses (doc. 1).

1.2 Para além das invasões francesas deve-se apontar a ruína do Estado português, os sentimentos de patriotismo que cresciam, os desejos de mudanças presentes na ação organizada pelo general Gomes Freire de Andrade e a consequente ação do *Sinédrio*.

1.3 A Constituição de 1822 tinha como propósitos a valorização da soberania da Nação e da monarquia; os valores oriundos da Revolução Francesa como a liberdade, a igualdade e a fraternidade; a separação tripartida do poder de acordo com a «divisão de Montesquieu; cabendo ao legislativo as Cortes (...) o poder executivo aos ministros (...) e o poder judicial aos juizes» (doc. 3); a valorização dos direitos naturais do indivíduo como a liberdade e a propriedade.

1.4 A afirmação presente no documento 3 não vai ao encontro da aplicação do sufrágio censitário mas na prática o voto não era um direito de todos os Portugueses, mas apenas dos que usufruíam de melhores condições económicas.

1.5 Com a permanência do rei D. João VI no Brasil desde 1807 a 1821, verificou-se uma expansão económica extraordinária com um crescimento a vários níveis e que teve consequências políticas com a elevação do Rio de Janeiro a sede da monarquia portuguesa em 1815. Com as notícias da Revolução Liberal Portuguesa, os Brasileiros acreditavam no crescimento da sua autonomia, contudo as Cortes Constituintes, composta

por vários burgueses portugueses que tinham perdido a sua influência comercial aquando da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, pretendiam retirar a autonomia ao Brasil. Esta atitude provocou o descontentamento dos Brasileiros e reforçou o desejo de independência, que influenciou a posição de D. João VI ao deixar a regência ao filho D. Pedro, com medo de perder o poder no Brasil. D. João VI regressou a Portugal em 1821 para jurar a Constituição de 1822 e, as Cortes consideraram que Lisboa devia ser sede do reino. Além disso, exigiam o regresso de D. Pedro a Portugal mas este não estava disposto a ficar dependente das Cortes e reconhecia apenas o pai como autoridade (doc. 4). O descontentamento e a rebelião brasileira crescem e D. Pedro acabou mesmo por assumir o título de «Príncipe Regente do reino do Brasil e seu Defensor Perpétuo», desvalorizando as Cortes Constituintes afirmando na carta que escreve a seu pai «De Portugal nada: não queremos nada» (doc. 4).

Ficha 16 – No horizonte das fontes...

1.1 Com a morte de D. João VI em 1826 surgiu um problema de sucessão. Dos dois filhos varões, D. Pedro tinha assumido o título de imperador do Brasil e D. Miguel devido às tentativas de restauração da monarquia absoluta – *Vila-Francada e Abrilada* – estava exilado na Áustria. Antecipando o problema, D. João VI, antes de morrer, publicou um decreto instituindo um Conselho de Regência presidido pela sua filha, infanta D. Isabel Maria. Contudo esta era uma situação provisória e D. Pedro acabou por proclamar-se herdeiro legítimo mas, como não pretendia deixar o Brasil, abdicou dos seus direitos a favor da sua filha D. Maria e aprovou a Carta Constitucional de 1826 de modo a serenar os absolutistas e liberais. Devido à menoridade de D. Maria, esta devia casar-se com o tio D. Miguel que regressou do exílio para jurar a Carta e assumir a regência de acordo com os valores liberais estabelecidos.

1.2 O autor do documento 1 era um claro opositor ao liberalismo e defensor da restauração da monarquia absoluta porque demonstra o seu apoio a D. Miguel, aquando o seu regresso a Portugal para jurar a Carta Constitucional e assumir a Regência do Reino.

1.3 D. Miguel quando assumiu o poder em 1828 desrespeitou o compromisso assumido com D. Pedro e demonstrou as suas intenções ao aclamar-se rei absoluto, ao convocar as Cortes por ordens e perseguindo e reprimindo todos os adeptos do liberalismo.

1.4 Em 1831, D. Pedro abdicou do trono brasileiro e comandou uma resistência liberal da ilha Terceira, contando com a ajuda de vários exilados, formando uma Regência Liberal com o apoio de várias potências estrangeiras. Em 1832, desembarcou em Mindelo e, em quatro dias, ocupou a cidade do Porto: marcando o início da guerra civil entre D. Miguel (absolutista) e D. Pedro (liberal). Só em 1834 se conheceu a vitória dos liberais com a ajuda do Reino Unido e com a assinatura da Convenção de Évora-Monte, sendo que, segundo o tratado, D. Miguel partiu definitivamente para o exílio, abdicando dos direitos ao trono.

1.5

	Constituição de 1822	Carta Constitucional de 1826
Poderes do Estado	Separação tripartida do poder legislativo, executivo e judicial.	Separação tripartida do poder legislativo, executivo e judicial mas com a introdução do poder moderador que regulava os demais poderes políticos.
Direitos e deveres do cidadão	Valorização do cidadão, dando primazia aos seus direitos e deveres como o primeiro ponto do diploma, reforçando de forma clara a ideia de liberdade e igualdade social, inferindo-se que se abolia os privilégios da nobreza e do clero.	Desvalorização do cidadão, devido a reafirmação de alguns dos privilégios hereditários da nobreza, assim como a sua posição no diploma que foram relegados para o final.

Ficha 17 – No horizonte das fontes...

1.1 Mouzinho da Silveira destacou-se no panorama político nacional devido à sua ação legislativa de cariz liberal porque acreditava que «um Governo esclarecido devia atender às queixas que lhe chegavam de todos os pontos do País». A nível económico suprimiu os dízimos (doc. 1); extinguiu os morgadios; aboliu os forais; facilitou o acesso à propriedade, acabou com monopólios e privilégios comerciais. A nível judicial criou o Supremo Tribunal da Justiça afirmando que a lei era igual para todos abolindo assim as justiças locais e privadas das ordens privilegiadas. A nível fiscal eliminou o sistema de tributação local e tornou-se central e nacional estando sobre a alçada do Estado, evitando as influências da nobreza e do clero.

1.2 D. Maria devido à instabilidade governativa entre 1834 e 1835, atendeu ao pedido dos deputados do Porto que, quando chegaram a Lisboa, pediram a demissão do governo e a nomeação de um novo mas de tendência vintista. Além disso, a rainha aprovou uma nova Constituição de 1838 que representava um compromisso entre a Constituição de 1822 e a de 1826 (doc. 2): os poderes voltaram a ser tripartidos (legislativo, executivo e judicial), desaparecendo o poder moderador.

1.3 Em 1842, Costa Cabral restaurou a Carta Constitucional de 1826 iniciando o período conhecido como cabralismo. A ação de Costa Cabral passou por um conjunto de medidas para melhorar as finanças e a administração pública. Contudo estas propostas implicaram a necessidade de um aumento de impostos que provocou sérios debates no Parlamento. Devido às medidas, o cabralismo aplicou métodos de atuação autoritários e repressivos que motivaram uma série de revoltas populares, aproveitadas pelos opositores do cabralismo, como a revolta da *Maria da Fonte* (doc. 3) e a *Patuleia*.

Ficha 18 – No horizonte das fontes...

1.1 O documento 1, excerto da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, demonstra que o liberalismo tinha como base o indivíduo e os seus direitos como a liberdade e a igualdade, afirmando que era um direito natural «Os Homens nascem e são livres e iguais em direitos». O documento também salienta que essa igualdade dissipa as desigualdades sociais existentes na sociedade do Antigo Regime.

1.2 De acordo com o liberalismo o cidadão deve desempenhar um papel interventivo na política garantindo os seus direitos e deveres na sociedade e nas instituições que o representam. De acordo com os documentos 2 e 3, o cidadão deve estar empenhado na governação, respeitando os ideais liberais.

1.3 A defesa dos direitos do indivíduo era garantida através de uma representatividade da Nação na Constituição que respeita os direitos e deveres de todos os indivíduos: a soberania popular.

1.4 O exercício político da cidadania assentava no dinheiro e na propriedade, considerando que a fortuna era sinónimo de trabalho, talento e mérito, presumindo-se que apenas os eleitores com maior independência económica teriam as condições – «aquisição das luzes» e «retidão do julgamento» – para governar de forma assertiva.

1.5 Os documentos 1 e 3 divergem quanto à noção de cidadão como agente político, dado que enquanto no documento 1 é clara a ideia de igualdade para todos os cidadãos, no documento 3 verifica-se uma restrição no exercício político, apenas destinado a uma determinada categoria de cidadãos – os que tinham influência económica.

1.6 A Câmara dos Comuns presente no documento 4 reforçou os seus poderes com o Ato da Reforma Inglês de 1832 em que a Câmara baixa cresceu influentemente em relação à Câmara alta tornando-se na mais representativa e importante instituição nos momentos de decisão política.

1.7 O liberalismo político pretendia um maior respeito pelos direitos e garantias individuais considerando que o Estado devia ser laico, separando a esfera temporal da esfera espiritual. Neste sentido, os liberais tomaram medidas que pretendiam limitar o «vasto poder» da Igreja (doc. 5) como a criação do registo civil; a criação de uma rede de assistência e ensino; as nacionalidades do fundo patrimonial das ordens religiosas; eliminação

dos privilégios fiscais do clero e aplicação de uma justiça única. Estas medidas de secularização das instituições provocaram a descristianização dos costumes e a aplicação de medidas anticlericais (leis de separação da Igreja e do Estado).

1.8 O liberalismo difere de outros regimes como o absolutismo devido à intenção clara de promover a divisão do poder político em diferentes esferas de ação (legislativo, executivo e judicial) de modo a evitar os abusos de poder e a influência da nobreza e clero em relação ao povo. Esta preocupação está patente nos diplomas constitucionais, garantindo a liberdade e igualdade dos cidadãos (doc. 1), assim como a criação de órgãos políticos que garantem a representatividade da Nação (doc. 4) e não apenas os interesses de alguns (doc. 5).

Ficha 19 – No horizonte das fontes...

1.1 O documento 1 representa uma imagem que simboliza o liberalismo económico, que se caracteriza pela liberdade absoluta dos indivíduos, considerando que a busca individual de fortuna beneficia o Estado; pela valorização da iniciativa privada, extinguindo-se os monopólios e promovendo a livre concorrência; e pela reduzida intervenção do Estado, respeitando a ordem natural que estabelece a oferta e a procura, obedecendo as leis do mercado.

1.2 Os valores da liberdade e da igualdade defendidos pelos liberais foram sendo difundidos nos países europeus, assim como no resto do mundo, o que contribuiu para a afirmação dos direitos naturais do Homem. Esta nova ideologia permitiu a abolição da escravatura, primeiro nas colónias (doc. 2), e, mais tarde, nos países europeus, como foi o caso da França, e nos EUA.

1.3 A afirmação dos direitos humanos foi um problema devido às pressões económicas que advinham da abolição da escravatura em alguns territórios como na França e nos EUA. A economia destes dois países baseava-se no aproveitamento pelos proprietários das plantações e pelos armadores dos portos da mão-de-obra escrava. A sua abolição trazia problemas devido aos interesses comerciais o que promoveu no caso francês um debate entre abolicionistas e não abolicionistas, que ganhou voz pública através da imprensa e que, entre avanços e recuos, só em 1848 foi definitivamente abolida (doc. 2). No caso dos EUA a posição tomada pelo Presidente Abraham Lincoln contra a escravatura gerou uma cisão entre Carolina do Sul e dez Estados sulistas que se separavam da União e formaram a Confederação. Este ato levou a Guerra da Secessão (doc. 3) entre 1861 e 1865, com a vitória da União que proclamou o fim da escravatura nos Estados Unidos com a introdução da 13.^a emenda à Constituição.

1.4 Sá da Bandeira, quando assumiu a pasta da Marinha, traçou um cenário real da situação das colónias, considerando que era necessário uma reforma para garantir o sucesso da presença de Portugal em alguns territórios africanos, principalmente após a

independência do Brasil. Sá da Bandeira vai ao encontro das ideias de Adam Smith considerando que a abolição do comércio da escravidão permitiria a «prosperidade dos povos africanos». Considerava que em vez de assegurar a economia através da exploração do tráfico negreiro se deveria criar infraestruturas promovendo o bem comum e garantindo o progresso de África (doc. 4), reforçando que um sistema baseado nas restrições não trazia prosperidade económica. Deste modo, reforça a ideia do liberalismo económico e da importância da liberdade do Outro.

Ficha 20 – No horizonte das fontes...

1.1 No documento 1 está presente o culto do eu, do indivíduo, bem como a solidão, a liberdade arrebatada de sentir que é cultivada e o refúgio na Natureza.

1.2 Os românticos fomentaram a rutura com os cânones clássicos centrando-se em temas da Natureza, do passado, do revivalismo (doc. 5) e da promoção da liberdade seja dos povos (doc. 3) seja da criação de obras em que o naturalismo é saudado com cor, luz, vida e emoção (docs. 2 e 4).

1.3 Resposta livre. Uma possibilidade – «culto do eu» – doc. 1; «valorização do passado» – doc. 5; «liberdade» – doc. 3; «emoção e naturalidade» – doc. 4; «cor e luz» – doc. 2; «melodia intimista» – doc. 4.

Ficha 21 – No horizonte das fontes...

1.1 Promoveu-se um forte diálogo entre a ciência e a técnica o que permitiu que a indústria fosse cada vez mais competitiva e investisse na produção e investigação científica com a criação e desenvolvimento de laboratórios, empregando cientistas, engenheiros e inventores – como é referido no documento 1 «...as grandes firmas alemãs e americanas, no fim do século XIX, desenvolveram centros de investigação...». Este processo de invenção foi contínuo «a ciência podia responder» e «uma teoria de origem puramente científica deu lugar a uma técnica nova.», numa lógica de progressos cumulativos.

1.2 a) O petróleo e a eletricidade (docs. 3 e 5, respetivamente). **b)** A indústria siderúrgica e a indústria química (docs. 5 e 2, respetivamente). **c)** Grã-Bretanha, Alemanha, França, Estados Unidos da América e o Japão (docs. 1, 2 e 4).

1.3 Resposta aberta. Uma possibilidade: Na minha opinião, estes documentos demonstram como a ciência a técnica conseguiram potenciar o melhor de cada numa lógica contínua de progresso. O documento 2 demonstra os avanços a que se assistia na indústria química com a produção de concentrados de carne; o documento 3 demonstra como a eletricidade foi colocada ao serviço da ciência, da saúde; o documento 4 apresenta um produto que foi fruto dos avanços verificados na criação de motores de explosão e na construção de transportes.

1.4 Henry Ford aplicou os princípios defendidos por Taylor, que defendia a racionalização do trabalho em que cada operário realizava apenas uma tarefa de forma rápida e que estava encadeada numa determinada sequência – taylorismo. Este tipo de

trabalho em série promoveu a standardização da produção: um produto em série, com uma qualidade definida e com um custo baixo para servir um mercado de massas – aumento de produção, de rentabilidade e de consumo - standardização.

1.5 Os motores de explosão interna a gasolina e gasóleo que são derivados do petróleo foram aplicados na indústria automóvel que se desenvolveu de forma pujante. No início do século XX também foram usados num motor a hélice aplicado à aviação. Os navios continuavam a ser movidos a vapor, mas também apareceram os primeiros petroleiros que transportavam esta nova fonte de energia. A eletricidade por seu turno foi aplicada a carros elétricos e ao metropolitano. Os transportes tornavam-se cada vez mais rápidos e mais económicos sendo uma pedra basilar para o desenvolvimento económico.

1.6 No documento 4 o monopolista americano Morgan controla o barco em que se encontra a economia americana representada por uma figura esguia, pequena, débil. No século XIX, vários empresários foram investindo em várias indústrias e bancos de forma a controlarem toda a cadeia de produção dos bens que transformavam e/ou para serem os monopolistas de uma área industrial, mas também a lucrarem com o setor bancário-financeiro. Assim, estes empresários que não confiavam nas instituições bancárias começaram a investir e dominar a banca que se dedicava, preferencialmente, aos negócios. Desta forma, os grandes investidores empresariais dominavam a economia dos países onde tinham os seus investimentos, tal como está caricaturado no documento 4.

Ficha 22 – No horizonte das fontes...

1.1 a) Na segunda metade do século XIX as potências que começaram a rivalizar com a Grã-Bretanha foram a Alemanha, a França e os EUA como podemos ver pelos valores presentes nos documentos 1 a 4, que nos mostram como estas potências começam a aumentar a sua produção de hulha que alimenta o crescimento da potência das máquinas a vapor, que desenvolvem a produção metalúrgica, e provocam a descida do preço dos produtos britânicos, uma vez que havia maior concorrência, conforme os dados do documento 4.

b) No início do século XX, os EUA são a nova potência económica aparecendo em cena o Japão nesta rivalidade como podemos observar no documento 4.

1.2 Resposta aberta. Uma possibilidade: Na minha opinião os dados expressos nestes documentos estão interligados porque ao haver aumento de potência das máquinas a vapor (doc. 1), estas precisavam de mais hulha para o seu funcionamento, logo há um aumento de produção deste combustível (doc. 2), por fim se há necessidade de mais máquinas a vapor e mais potentes, a indústria metalúrgica também tem de produzir em maior quantidade (doc. 3).

1.3 a) Com o aparecimento e o aumento de produção industrial (docs. 1 a 4) é sinal que existe a aplicação do livre cambismo, isto é, que os Estados não intervêm nos

direitos alfandegários de forma muito efetiva nos mercados, o que permitiu o desenvolvimento de várias potências em termos mundiais.

b) No documento 5 vemos de que forma os preços britânicos foram sendo alvo de flutuações de preços associados à lei da oferta e da procura promovida pelo livre cambismo, que pode provocar crises de super-produção e, consequentemente, a descida do preço dos produtos.

1.4 Resposta livre. O aluno deverá na sua resposta referir que: a) o livre cambismo provocou o agudizar das diferenças entre países: os países desenvolvidos são cada vez mais poderosos e os países em vias de desenvolvimento cada vez mais condenados pois não conseguem competir no mercado livre internacional; b) o mercado internacional fica inundado com os produtos manufaturados das potências industriais promovendo a divisão do mundo entre «as fábricas» do mundo e os mercados de escoamento e de fornecimento de matérias-primas e produtos agrícolas; c) esta divisão do mundo promove um sistema de trocas desigual: potências económicas vendem produtos com valor acrescentado, já os países em vias de desenvolvimento vendem produtos com menor valor; d) o mercado internacional acaba por promover a divisão mundial do trabalho entre países cuja população se dedica a atividades comerciais e industriais e países que se dedicam à agricultura.

Ficha 23 – No horizonte das fontes...

1.1 A tabela regista valores em percentagem da população urbana e rural nos países industrializados no período de 1840 a 1914, verificando-se uma tendência crescente da população urbana na Grã-Bretanha, Alemanha, EUA e França, com um aumento superior a 50%. Na Rússia verificou-se uma tendência contrária. Apesar do total da população ter crescido de 59 para 143 milhões, a população urbana manteve índices baixos comparativamente com a população rural.

1.2 Trata-se do fenómeno da pressão demográfica associado à industrialização dos diferentes países, considerando-se a Rússia o menos industrializado, o que justifica os dados do documento 1.

1.3 Convergente, na medida em que o fenómeno urbano está diretamente associado à forte industrialização verificada na Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos a partir de meados do século XIX.

1.4 A explosão demográfica do século XIX teve repercussões na expansão urbana que ocorreu no mesmo período na sequência da revolução demográfica e da forte industrialização da Europa. As cidades cresceram a um ritmo acelerado transformando-se em grandes metrópoles dando lugar a um novo urbanismo. Surgiu uma nova fisionomia da cidade que evidenciou o contraste entre o centro que acolhia os edifícios restaurados dos burgueses ricos, e a periferia, onde cresceram os bairros pobres dos operários que viviam nos subúrbios insalubres afastados em espaços distintos.

1.5 Devido à excessiva densidade demográfica e ao rápido crescimento económico surgiram problemas complexos de circulação e de transporte, de abastecimento de água, alimentos e energia, problemas de higiene e de saúde pública que exigiram resposta das autoridades obrigadas à reorganização administrativa das cidades e a um novo urbanismo. Na periferia cresceram os subúrbios, em espaços distintos e afastados, onde os bairros compostos por habitações desconfortáveis e com espaços exíguos, sem saneamento albergavam operários pobres em habitações insalubres, proliferando a miséria, a marginalidade e as doenças.

Ficha 24 – No horizonte das fontes...

1.1 Burgueses, aristocratas, homens de negócios, banqueiros, comerciantes, médicos, funcionários, lojistas, ferroviários, vendedores ambulantes, operários e outros assalariados.

1.2 O grupo social que se destaca na imagem é a classe burguesa.

1.3 A condição burguesa definia-se numa matriz social diferente da do Antigo Regime, já não enquadrada numa sociedade de ordens, procurando libertar-se da rigidez social própria da época através da obtenção do lucro e do investimento. Os seus elementos destacavam-se pelo seu poder económico e integrava pequenos industriais, médios banqueiros de província e membros das profissões liberais, altos magistrados, advogados, médicos, engenheiros, e outros profissionais independentes.

1.4 O modo de vida fundou-se na consciência do mérito próprio e da competência pessoal, na crença no trabalho e na poupança, no respeito pela propriedade e no desejo de progresso e bem-estar material, o que permitiu o sucesso rápido de alguns empresários industriais e financeiros destacando-se uma nova classe – a alta burguesia. Por outro lado, surgiram outros profissionais que constituíam a pequena e média burguesia e vivia nos centros urbanos – a classe média. Tratava-se de um grupo bastante heterogéneo formado por comerciantes, pequenos empresários, intelectuais, professores, jornalistas, médicos, advogados, militares, artistas, funcionários públicos e outros membros de profissões liberais que adquiriram um grande protagonismo social a partir dos finais do século XIX. Trabalhando na *City*, muitos viviam nas regiões suburbanas exercendo profissões por conta de outrem, no Estado ou nas grandes empresas privadas, ou por conta própria, no caso dos pequenos proprietários ou das profissões liberais. É este grupo heterogeneo que dá vida à cidade protagonizando um importante papel no plano político e económico no século XIX quer pelo seu número, quer pela sua instrução e função na sociedade da época.

2.1 De acordo com o autor do documento 3, as qualidades favoráveis ao êxito individual na sociedade americana era ser diligente, trabalhador, ativo nos negócios e capaz de constituir família, casando jovem. O exercício da profissão deveria acompanhar o sucesso familiar, contribuindo com trabalho para a herança recebida de seus pais.

2.2 O perfil do *self-made man* (o homem que se faz a si próprio) assenta na consciência do mérito próprio e da competência pessoal, na crença no trabalho e na poupança, no respeito pela propriedade e no desejo de progresso e bem-estar material. O sucesso rápido de alguns empresários industriais e financeiros na sociedade oitocentista ajudou a construir o mito do êxito individual, promotor da exaltação do trabalho e da poupança e na capacidade empreendedores de alguns operários que se transformaram em empresários de sucesso em variadas indústrias.

2.3 O trabalho foi altamente valorizado na sociedade burguesa da época, pois acreditava-se que só o trabalho permitiria alcançar o sucesso e atingir um patamar social que favorecia o bem-estar e o progresso individual.

2.4 As qualidades favoráveis ao êxito individual permitiram o desenvolvimento das classes médias que revelavam uma grande mobilidade social ascendente e descendente consoante a sua atividade profissional que exerciam. O reconhecimento constitucional da igualdade jurídica de todos perante a lei pôs fim ao predomínio político da aristocracia e institucionalizou os preceitos liberais que favoreceram a mobilidade ascensional da população burguesa. Todos os cargos e todas as funções podiam ascender ou não na esfera social, desde o escalão das profissões liberais à classe média. Apenas as diferenças individuais naturais e as suas virtudes morais como a sagacidade, a inteligência, o talento, a honra, a disciplina e o trabalho, ou seja, a competência pessoal determinava a fortuna e a importância de cada um, e consequentemente, a sua posição na hierarquia.

Ficha 25 – No horizonte das fontes...

1.1 Operários.

1.2 O texto expressa o sentimento da classe operária em relação aos grupos privilegiados, a quem consideram os grandes da terra que governam e usam roupas caras e brancas. Este sentimento é convergente com a ideia expressa no monólogo do tecelão que distingue o seu modo de vida da dos capitalistas contrastando a pobreza e a escravidão de uns contra o florescimento e os privilégios dos outros.

1.3 A diferença entre o capitalista e o operário era a de um «escravo» perante o seu «senhor».

1.4 A frase é reveladora da grande diferenciação social existente na época. Os operários pobres e miseráveis teciam os mantos que os ricos capitalistas envergavam como uma condição para governar – usar mantos e condecorações – sem comisseração por quem os tecia, sem roupa, enterrados na pobreza.

1.5 O autor do documento 4, está de acordo com a luta operária, uma vez que considera a luta contra a exploração dos burgueses capitalistas.

1.6 A Igreja temia que a igualdade defendida pelo comunismo nivelasse a população pelo patamar da pobreza.

Ficha 26 – No horizonte das fontes...

1.1 Resposta livre. Uma possibilidade – Doc. 1 Sufrágio feminino ou Luta pelo sufrágio universal; Doc. 2 O

nacionalismo alemão – unificação da Alemanha; Doc. 3 O nacionalismo italiano – unificação da Itália; Doc. 4 A conferência de Berlim – divisão de África; Doc. 5 A divisão do mundo.

1.2 Doc. 1 – Sufrágio universal e Demoliberalismo, porque é um cartaz que apela ao direito das mulheres ao voto, logo à extensão dos princípios de liberalismo político e de democracia; Doc. 2 Autocracia porque representa a vontade de lutar contra a autocracia e a promoção da unificação da Alemanha; Doc. 3 Movimento de Unificação Nacional, porque representa Garibaldi a reconhecer o rei Vítor Emanuel II como monarca de Itália unificada; Doc. 4 Colonialismo, porque se trata da representação da conferência de Berlim onde as grandes potências europeias dividiram África para a colonizar, isto é, para dominarem militar, política, económica e culturalmente; Doc. 5 Imperialismo, porque as grandes potências pretendem dividir o domínio da China que continua a ser independente politicamente.

1.3 No documento 5 estão caricaturados a Grã-Bretanha representada pela rainha; a França representada pela figura da República Francesa que tem no seu chapéu a *cocarde*; a Alemanha no centro, ladeada pela Rússia representadas por Bismarck e pelo Czar, respetivamente; e finalmente, o Japão que tem interesses também na China.

1.4 Resposta livre. Uma possibilidade. Na minha opinião, as rivalidades imperialistas estão relacionadas com as ideias do liberalismo porque com a aplicação das ideias de liberdade e igualdade, nomeadamente, económica há necessidade de conquista de novos territórios e mercados. No entanto, se pensarmos nas ideias de liberdade e igualdade entre os Homens, então, o imperialismo aparece como uma aberração destas ideias.

Ficha 27 – No horizonte das fontes...

1.1 A Regeneração apostou no desenvolvimento de infraestruturas nacionais que tinham como intenção o crescimento económico e a modernização do comércio, aproximando Portugal dos países europeus mais desenvolvidos. Para isso construiu uma rede de estradas, ligando os principais pontos do país, lançou o projeto do caminho-de-ferro, construiu pontes (doc. 1) para suportar as ligações rodoviárias e ferroviárias, remodelou portos como o de Lisboa e construiu outros como o porto de Leixões; recuperou e construiu faróis. Nas comunicações destacou-se o serviço de mala-posta, a introdução dos selos postais, a rede de telégrafo e de telefones (doc. 2).

1.2 Até meados do século XIX, a agricultura em Portugal era marcada pelo regime de propriedade feudal, com uma clara falta de investimento e modernização. Os governos da Regeneração apostavam numa mudança que se caracterizou pelo alargamento da área cultivada e pelos progressos técnicos agrícolas conseguido pela libertação da terra através da extinção dos morgadios e do arroteamento do solo, eliminando os campos baldios e pastos comuns, assim como o

aproveitamento de terrenos arenosos. Além disso, assistiu-se à utilização de adubos químicos e a mecanização com a introdução das primeiras máquinas agrícolas (doc. 3). Contudo, como nos indica o autor do documento 3 a sua divulgação, aceitação e aplicação pelos camponeses nem sempre foi a desejada e por vezes «extremamente vagarosa».

Apesar de se verificar o desenvolvimento do crescimento da produção agrícola destacando-se o vinho, a fruta, o gado, o azeite e a cortiça, Portugal não conseguia superar a desproporção entre a área cultivada e os terrenos incultos, a pouca aplicação dos novos métodos e maquinaria e fazer frente à entrada de produtos de outros países.

1.3 Destaca-se a indústria têxtil, metalúrgica, cerâmica, vidro, fósforos, tabaco, papel, cortiça, sabão, moagem, conservas de peixe.

1.4 Portugal para garantir o desenvolvimento prosseguiu com uma política capitalista – livre-cambismo – que favoreceu os investimentos e empréstimos estrangeiros em empresas de norte a sul do país. Tirando raras exceções, a maioria das empresas eram dominadas por estrangeiros. Deste modo, o mercado nacional estava dominado por produtos estrangeiros, asfixiando o produto nacional (doc. 4). Esta situação condicionava a atuação dos Estados que fazia crescer as suas despesas mas sem entrada de grandes receitas. Para resolver este desequilíbrio assistiu-se ao aumento dos investimentos estrangeiros e empréstimos a altos juros o que levou ao endividamento do Estado que perdeu o controlo da economia e das finanças num encadeamento de situações de despesas e recursos a novos empréstimos para cobrir a dívida pública.

1.5 Os governos liberais decidiram reforçar as medidas protecionistas apostando na melhoria científica e tecnológica com a introdução de novas máquinas e processos de mecanização que permitiu o aparecimento e/ou crescimento de novas indústrias como a têxtil, a metalúrgica e a indústria química (doc. 5).

Ficha 28 – No horizonte das fontes...

1.1 A crise política na década de 1890 em Portugal teve como principal causa a questão colonial e o Ultimato. A afirmação dos direitos de soberania sobre as possessões africanas levou os países europeus à realização da conferência de Berlim (1884/1885). Portugal pretendia ocupar os territórios entre Angola e Moçambique («Mapa Cor-de-Rosa») mas as suas pretensões colidiam com os interesses da Grã-Bretanha que exigiu a retirada imediata das forças portuguesas dos territórios em disputa. A cedência às exigências britânicas – Ultimato britânico – provocou um movimento de indignação e de descrédito da monarquia portuguesa, na figura do rei D. Carlos.

1.2 O descrédito da monarquia em Portugal deveu-se à afirmação do ideário republicano «aproveitada pelo Partido Republicano» (doc. 1) fundado em 1876 que defendia a liberdade, a igualdade e maior justiça social;

a débil situação económica; a instabilidade política e a postura do rei D. Carlos perante os problemas do povo demonstrada no documento 2, quer pela passividade do rei que frequentava mesmo perante a indignação popular «concursos de esgrima e hípico» ou a situação dos empréstimos feitos pelo Estado à Coroa; o rotativismo partidário; a questão do Ultimato britânico (doc. 1) e a ditadura de João Franco (doc. 2), marcada pela dissolução do Parlamento, perda de liberdade de imprensa e expressão que desencadeou ao Regicídio (doc. 3).

1.3 A Constituição de 1911 (doc. 4) valoriza a igualdade e a liberdade de consciência e de crença (carácter laico); confere o ensino público «obrigatório e gratuito» (carácter laico); reafirma a soberania da Nação através da separação tripartida do poder dando preponderância ao poder legislativo através da criação de um Congresso da República composto pela Câmara dos Deputados e do Senado (soberania do Parlamento); pela aplicação do sufrágio direto e universal mas com restrições; e pela eleição de um Presidente da República.

Ficha 29 – No horizonte das fontes...

1.1 O autor do documento 1 considerava que a vida se pautava pela ciência, pelo facto de a mesma permitir descobrir todas as leis da Natureza e solucionar os problemas do Homem. O autor transmite a ideia de que a aliança entre a ciência e a técnica foi importante para o progresso e bem-estar do Homem.

1.2 De acordo com o positivismo o conhecimento constrói-se através da observação dos factos, entendendo Augusto Comte que o pensamento do Homem passaria por três estados até alcançar a maturidade ao conhecer a realidade através das explicações positivas da ciência experimental. Esta ideia só era conseguida através da aplicação do método científico na construção do conhecimento. Assim, à semelhança das ciências exatas e naturais, a construção do conhecimento nas ciências sociais obedecia à observação e verificação dos factos como acontece na Sociologia, na Economia, na História e na Psicologia.

1.3 Como nos mostra o documento 2 a educação passou a ser fundamental para a construção de um cidadão esclarecido e consciente. A cultura e a instrução deixaram de ser domínios dos mais privilegiados para se assistir à progressiva generalização do ensino. Esta divulgação e acesso ao conhecimento promoveria uma mudança de paradigma e contribuiu para a construção de uma sociedade mais equilibrada, justa e atenta aos problemas.

1.4

Doc. 3 – Realismo

Doc. 4 – Impressionismo

Doc. 5 – Simbolismo

Doc. 6 – Arte Nova

1.5 O autor do documento 3 pretende nas suas obras transmitir a verdade tal como ela era percebida, numa representação fiel da realidade, focalizando a atenção para temas como a paisagem e o quotidiano, num jogo de luz e sombra. O autor do documento 4

perpetua os temas da Natureza, da figura humana e da realidade mas prolonga-se nas impressões baseadas nas emoções imediatas, aceitando a subjetividade do olhar através de mudanças que a realidade sofre fruto da variação de cores. Os impressionistas além de pintarem diretamente na tela, deixando o esboço preliminar, captam o momento com uma técnica de pinceladas soltas e sobrepostas numa sobreposição de cores de textura grossa e empastelada.

1.6 Segundo Jean Moréas, a arte pretende ser o meio de expressão das suas ideias, abandonando a lógica e refugiando-se na representação simbólica do pensamento, afirmando que «todos os fenómenos concretos não se representam a eles próprios». A arte torna-se na forma de expressão mais pura e clara das realidades ocultas.

1.7 A Arte Nova tinha como principal propósito demarcar-se da sociedade industrializada através quer de uma aliança entre a arquitetura e artes decorativas, promovendo uma unidade estética, assim como ampliar a relação entre a Natureza e o Homem. Os artistas inspiravam-se na tradição naturalista e vegetalista, assim como no feminino através de formas ondulantes. Exemplo disso foram os anúncios publicitários (doc. 6) em que a mulher é idealizada e surge rodeada de formas naturalistas.

Ficha 30 – No horizonte das fontes...

1.1 A realização das Conferências do Casino reflete o percurso cultural de Portugal na segunda metade do século XIX. A crença no progresso, o desenvolvimento de novas ciências, o aprofundamento de estudos e a difusão de novas ideias foi potenciado pela atenção dada ao desenvolvimento cultural sentido na modernização de ideias e costumes; na aposta na instrução, desde o ensino primário ao universitário; no combate ao analfabetismo e no crescimento da imprensa. Todos estes fatores condicionaram a visão política e cultural agitando as mentalidades e demonstrando a inquietação e desejo de modernidade: «que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização?» (doc. 1).

1.2 As Conferências do Casino resultaram de um grupo de intelectuais e artistas com o mesmo espírito revolucionário e de modernização do qual se incluía Antero de Quental. Na sua conferência «Causa da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos Três Séculos», Antero de Quental analisa e critica o cenário português, fruto do projeto da Regeneração. Ao longo do documento critica o poder político, colocando em causa a monarquia «centralizada, uniforme e imponente», debate o papel da «inércia industrial» portuguesa que mantinha Portugal afastado do resto da Europa mais avançada, coloca em causa a liberdade de uma sociedade demasiado agarrada às amarras do catolicismo que não promove o progresso, a expressão, a ciência apelando à mudança, à regeneração efetiva e à liberdade.

1.3 O poema de Cesário Verde é um exemplo do realismo pelo interesse de captar o real como «a larga rua macadamizada» (doc. 2) numa descrição detalhada de quadros reais, estabelecendo a ponte com o Naturalismo considerando que o meio era determinante para explicar certos cenários. A sua obra reflete o ambiente natural e a vida quotidiana focalizando nas pessoas e nos momentos de trabalho.